

RELATÓRIO & CONTAS

2016

Valorizamos e Acrescentamos
Valor aos Nossos Recursos



TIMOR GAP



ÍNDICE

Presidente do Conselho de Administração & Direção Executiva

Sumário Executivo

1 – Sobre a TIMOR GAP

Unidades de Negócios
Perspetiva Financeira
Os Nossos Recursos Humanos
Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente

2 – *Upstream*

JPDA PSC 11-106
Área Exclusiva De Timor-Leste
Energia Na CPLP
Outros Estudos *Upstream*

3 – *Downstream*, Serviços e Companhias Subsidiárias

Perspetiva Geral
Posto De Abastecimento De Combustível A Retalho
Concursos Para Serviços Offshore Na Jpda
Fornecimento De Combustível E Comercialização
Subsidiárias

4 – Projeto Tasi Mane: a Indústria Nacional de Petróleo

Base Logística do Suai
Reabilitação do Aeroporto do Suai
Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano
Fábrica de GNL de Beaço
Autoestrada

5 – Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto e Greater Sunrise

6 – Governação

Conselho de Administração
Direção Executiva
Quadro de Governação

7 – Comentários aos Resultados Financeiros

8 – Demonstrações Financeiras

ANEXO 1 - ACRÓNIMOS

Presidente do Conselho de Administração & Direção Executiva

É com um enorme prazer que, em nome do Conselho de Administração e da Direção Executiva, apresento o Relatório & Contas da TIMOR GAP para 2016. Este relatório abrange as atividades realizadas pela empresa no decurso deste ano, dando continuidade aos resultados obtidos desde o estabelecimento da TIMOR GAP.

Valorizamos os recursos humanos, onde os nossos colaboradores são centrais à concretização da nossa visão em sermos um líder regional no setor do petróleo & gás para um desenvolvimento nacional sustentável. Desde o nosso primeiro ano de operações até ao presente, registámos um aumento de 80% no número de colaboradores a trabalhar

na TIMOR GAP, com um investimento contínuo em pessoas com talento ao proporcionar oportunidades de aprender, crescer e prosperar profissionalmente através de formações e destacamentos com reconhecidos parceiros de negócios internacionais, pelo que o último exemplo deste investimento vê dois dos nossos

engenheiros a receberem o prestigiado Certificado OPITO, na sequência da conclusão da formação intensiva no local de trabalho alusiva à operação e manutenção de GNL. A aprendizagem contínua, desenvolvimento de competências, transferência de conhecimento e trabalho de equipa tornam a TIMOR GAP mais resiliente e capaz de navegar no complexo e, em permanente mudança, negócio da energia mundial.

No decurso deste ano, a TIMOR GAP alcançou importantes marcos e progressos significativos em vários setores de atividade. O nosso setor de Pesquisa & Produção registou um desenvolvimento positivo e promissor rumo à expansão, obtendo importantes progressos e um avanço significativo. No primeiro Contrato de Partilha de Produção celebrado pela nossa empresa para o bloco *offshore* 11-106 situado na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto, o mapa de prospeção foi concluído e discussões relativas à classi-

ficação e seleção dos prospectos para perfuração estão a progredir entre os parceiros, com a campanha de perfuração agendada para o início de 2018. No bloco *offshore* TL-SO-15-01, localizado na Área Exclusiva de Timor-Leste, concluímos o levantamento sísmico 3D a fim de cumprir as obrigações mínimas do Programa de Trabalho de Pesquisa, seguindo-se o mapa de prospeção e identificação de alvos perfuráveis. Na área de contrato *onshore*, a qual foi dividida em três blocos distintos de modo a maximizar o número de potenciais parceiros interessados na pesquisa da área de contrato, demos um passo adiante com a assinatura de um Acordo Comercial com a TIMOR Resources, uma subsidiária da companhia

australiana NEPEAN Resources, para participar em atividades de pesquisa a desenvolver em dois blocos, e discussões técnicas e negociações estão a decorrer com o propósito de celebrar um Contrato de Partilha de Produção no início de 2017. Estes desenvolvimentos promissores, no *offshore* e *onshore*, irão fortalecer e dar um novo impulso à

“...em manter as mais elevadas normas na prestação de serviços ao tornarmo-nos na primeira organização em Timor-Leste a ser certificada pelo seu Sistema de Gestão Integrada, englobando três sistemas de gestão: ISO 9001:2008 Sistema de Gestão de Qualidade, ISO 14001:2004 Sistema de Gestão Ambiental e ISO 18001:2007 Sistema de Gestão de Saúde e Segurança.”

expansão do nosso portfólio de pesquisa & produção.

No setor *downstream*, uma etapa significativa no nosso portfólio de distribuição e no crescimento da marca da TIMOR GAP foi alcançada com bons resultados. Os valores do *downstream* aumentaram com a inauguração do nosso primeiro posto de abastecimento de combustível localizado na costa sul do país este ano, contribuindo para maximizar o lucro da empresa e as receitas provenientes das vendas de combustível. O posto de abastecimento de combustível do Suai vendeu um total de 74,334.53 litros de gasolina e 102,226.93 litros de diesel no final de 2016. Continuámos a atuar na prossecução de outras oportunidades de distribuição de combustível e estamos, de momento, a dialogar com potenciais clientes, captando novas oportunidades de fornecimento de combustível para o projeto da costa sul.

Reforçámos a nossa competitividade a nível dos serviços marítimos & logísticos, participando com os nossos parceiros internacionais em vários concursos para a prestação de serviços de embarcações e logísticos em campanhas de perfuração no offshore. Parcerias de negócios no âmbito da indústria marinha do petróleo & gás são geridas através da nossa subsidiária TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics.

Impulsionámos os valores da qualidade, saúde, segurança e proteção ambiental na TIMOR GAP na medida em que reforçámos o nosso compromisso em manter as mais elevadas normas na prestação de serviços ao tornarmos na primeira organização em Timor-Leste a ser certificada pelo seu Sistema de Gestão Integrada, englobando três sistemas de gestão: ISO 9001:2008 Sistema de Gestão de Qualidade, ISO 14001:2004 Sistema de Gestão Ambiental e ISO 18001:2007 Sistema de Gestão de Saúde e Segurança.

A TIMOR GAP foi confiada com a gestão e supervisão do Projeto Tasi Mane em nome do Governo, um projeto integrado plurianual localizado na costa sul com o intuito de estabelecer a indústria nacional de petróleo, infraestruturas de apoio associadas, desenvolvimento de competências e capacidade de prestação de serviços a fim de facilitar o desenvolvimento petrolífero em Timor-Leste. Este projeto abrange a Base Logística do Suai, a Refinaria e o Complexo Petroquímico de Betano, a Fábrica de Gás Natural Liquefeito de Beaçó e as infraestruturas de apoio para cada agrupamento industrial, nomeadamente, novas cidades para o realojar



Francisco Monteiro
President & Chief Executive Officer

os residentes locais, a reabilitação dos aeroportos existentes no Suai e em Viqueque, e uma autoestrada que irá ligar a localização dos diferentes projetos ao longo da costa sul. Os projetos-chave da empresa foram impulsionados e importantes progressos foram obtidos na implementação do Projeto Tasi Mane. O Pre-FEED para a Fábrica de GNL foi concluído; iniciámos o Estudo de Impacto Ambiental e concluímos a reverificação e publicação de dados da identificação de terras e propriedades para a área da Refinaria e Complexo Petroquímico. Outros progressos foram alcançados para as infraestruturas de apoio previstas neste projeto com a finalização de 63,62% da construção do aeroporto, cuja inauguração está agendada para maio de 2017, entrega de 25 novas habitações à comunidade afetada de Lohorai e início da construção do troço 1 da autoestrada (30.4km).

O panorama da energia sofreu profundas alterações nos últimos anos. À medida que surgem fortes indícios que o mercado do petróleo e gás se está a ajustar e progressivamente se irá reequilibrar, permanecemos focados e aproveitamos esta oportunidade para fortalecer as fundações da nossa estratégia, contribuindo assim para a criação de valor no futuro. De modo a nos adaptarmos com êxito à tendência de diminuição dos preços mundiais de petróleo, devemos ter uma noção clara de para onde nos dirigimos. Neste contexto, este ano a TIMOR GAP aprovou o Plano Estratégico & de Negócios da empresa para o período de 2016-2035, no qual definimos onde estamos (a nossa posição atual e o contexto em que operamos), onde queremos estar (a nossa visão para o futuro) e como alcançar os nossos objetivos (quais os passos que irão tornar a nossa visão numa realidade nos próximos 5, 10 e 20 anos).

Sumário Executivo

Enquanto companhia nacional de petróleo de Timor-Leste, a TIMOR GAP recebeu o mandato de otimizar os benefícios económicos procedentes dos recursos petrolíferos e atividades associadas. Como parte do nosso esforço para cumprir o nosso mandato,

continuámos a investir no capital humano, desenvolvendo as competências dos nossos colaboradores para uma execução bem-sucedida da visão, missão e estratégia da empresa (Secção 1).

Upstream

A TIMOR GAP continuou a expandir o seu portfólio de Pesquisa & Produção (E&P), alargando a sua participação à Área Exclusiva de Timor-Leste com a adjudicação de dois blocos para pesquisa *offshore* e *onshore*, incluindo a autorização para realizar um levantamento de dados sísmicos 3D para o bloco *offshore*. A empresa está focada na execução dos projetos de desenvolvimento de E&P e, em 2016, continuámos a cumprir o Programa de Trabalho de Pesquisa estipulado no Contrato de Partilha de Produção do bloco *offshore*; e progressos adicionais foram obtidos para o bloco *onshore* com a aprovação da sua subdivisão em três blocos distintos pelo Conselho de Ministros, seguido do início de consultas e discussões com o propósito de iniciar a pesquisa na referida área de contrato. Outros estudos no *upstream* incluem a revisão das reservas do Greater Sunrise e revisão completa do campo de Bayu-Undan (Secção 2).



Downstream, Serviços & Subsidiárias

A TIMOR GAP continua a investir nos projetos a *downstream*, inaugurando este ano o seu primeiro posto de abastecimento de combustível de venda a retalho, um marco relevante para a marca da empresa e crescimento nos setores do *downstream* e de prestação de serviços, e com o aumento das capacidades comerciais e de importação. Outras oportunidades de negócios e parcerias são geridas através das subsidiárias GAP-MHS Aviation Lda, TIMOR GAP PSC 11-106, TIMOR GAP Marine and Logistics, TIMOR GAP Seismic Services, TIMOR GAP Offshore Block e da recém-estabelecida TIMOR GAP Onshore Block (Secção 3).



Projeto Tasi Mane

Continuámos com a gestão e administração do Projeto Tasi Mane em nome do Governo. O projeto prevê a criação de três agrupamentos industriais na costa sul de Timor-Leste: uma Base Logística no Suai; a Refinaria e Complexo Petroquímico em Betano; e um Gasoduto e Fábrica de GNL em Beaço. O desenvolvimento da indústria nacional de petróleo inclui igualmente a construção de infraestruturas complementares, tais como o Aeroporto do Suai, Autoestrada, assim como o desenvolvimento de novas cidades no Suai, Betano e Beaço. O progresso do Projeto do Tasi Mane e o respetivo estado de desenvolvimento atual estão disponíveis na Secção 4.



01 Sobre a TIMOR GAP

A NOSSA VISÃO

Sermos um líder regional em petróleo & gás para um desenvolvimento nacional sustentável

Quem somos

A companhia nacional de petróleo de Timor-Leste foi criada pelo Governo em 2011, tendo-lhe sido confiada a prossecução de atividades empresariais de pesquisa e produção no *upstream*, incluindo a prestação de serviços, a exercer *onshore* e *offshore*, dentro e fora do território nacional.

A TIMOR GAP é igualmente responsável pelo desenvolvimento de atividades empresariais no *downstream*, incluindo o armazenamento, refinação, processamento, distribuição e venda de petróleo e seus derivados, incluindo a indústria petroquímica.

Em 2016, a TIMOR GAP aprovou o Plano Estratégico & de Negócios da empresa para o período de 2016-2035, obtendo assim o alinhamento entre o que pretendemos vir a ser (visão), por que existimos (missão) e como trabalhamos (valores, abreviados no nosso espírito corporativo: "CAN DO").

A NOSSA MISSÃO



OS NOSSOS VALORES

INTEGRIDADE – Adotamos os mais elevados padrões de integridade, agindo sempre com profissionalismo e ética

COMPETÊNCIA – Somos competentes, confiantes e empenhados, oferecendo produtos e serviços de elevada qualidade, fiáveis e inovadores

FOCO COMERCIAL – Estamos voltados para os negócios, procurando sempre novas oportunidades e acrescentando valor aos recursos e parceiros

SEGURANÇA – Preocupamo-nos com a saúde e segurança dos nossos colaboradores, comunidade e meio ambiente, respeitando as melhores práticas internacionais

TRABALHO DE EQUIPA – Trabalhamos em equipa com um espírito aberto e respeito pela diversidade, e unidos por um espírito de família



Unidades de Negócios

A TIMOR GAP engloba unidades de negócios com as seguintes atividades principais:

A **Unidade dos Serviços Corporativos** proporciona à companhia os serviços de apoio essenciais e assegura a realização efetiva e eficiente das operações corporativas. Detém a responsabilidade geral pelos serviços corporativos da companhia, incluindo todos os aspetos da gestão de recursos humanos, gestão de tecnologias de informação e sistemas de comunicação, viagens e logística, gestão do aprovisionamento e administração geral.

A **Unidade de Desenvolvimento de Negócios** procura oportunidades comerciais para a TIMOR GAP e presta apoio comercial às outras unidades. Este apoio engloba questões jurídicas, identificação de oportunidades de negócio, análises e base de dados. A Unidade de Desenvolvimento de Negócios comunica igualmente com o Governo sobre questões relacionadas com as atividades da companhia.

A **Unidade de Pesquisa & Produção e Base Logística** é responsável pela gestão e coordenação das atividades no upstream, desenvolvendo a pesquisa e produção de petróleo e gás. A Unidade é igualmente responsável pelas atividades relativas à construção e funcionamento da base logística petrolífera.

A **Unidade da Refinaria e Serviços Petrolíferos** é responsável pela gestão e coordenação do projeto da refinaria e pelas atividades no *downstream*, incluindo produtos petrolíferos e distribuição em Timor-Leste.

A **Unidade de Negócios de Gás** é responsável pela gestão e coordenação de todas as atividades comerciais na área do gás natural, incluindo GNL, GPL e o gasoduto.

A **Unidade de Finanças** presta total apoio aos programas e projetos operacionais da companhia em termos de operações financeiras correntes, e documentação de registo, sendo igualmente responsável pela procura de fundos destinados ao financiamento de projetos.

A **Unidade de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente** proporciona, promove e assegura o cumprimento das elevadas normas de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente em todas as atividades da companhia.

A **Unidade de Novos Empreendimentos** está sob a supervisão do gabinete do Vice-Presidente com a principal responsabilidade de orientar, avaliar e coordenar todas as atividades associadas aos projetos/oportunidades de novos empreendimentos. A Unidade avalia e captura todas as oportunidades de novos empreendimentos, proporcionando conhecimento especializado geológico & Geofísico, recomendações comerciais & jurídicas relativas a potenciais empreendimentos nas áreas de pesquisa, produção e outros projetos de prestação de serviços para o setor do petróleo e gás. Estabelece uma ponte entre a companhia e outros parceiros a fim de iniciar todas as atividades comerciais, desempenhando um papel crucial em apoiar a companhia a converter uma proposta/ideia empreendedora num negócio lucrativo.



Perspetiva Financeira

As Demonstrações Financeiras auditadas encontram-se explanadas na Secção 7 deste Relatório, ao qual se anexou uma análise detalhada dos resultados para 2016, que dizem respeito a um período de 12 meses, com o exercício financeiro a findar a 31 de dezembro. A TIMOR GAP adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ou IFRS) de modo a garantir que o mecanismo de relato se baseia num padrão de renome. As figuras exibidas neste Relatório são apresentadas em dólares americanos.

A TIMOR GAP recebeu um subsídio do Governo no valor de \$6,000,000 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (\$9,700,000 milhões em 2015). As principais fontes de rendimento são provenientes da pesquisa *farm-out* no *onshore* no valor de \$3,000,000 e do lucro das vendas de combustível no valor de \$36,960. Outros rendimentos tiveram origem nos serviços de embarcações no *offshore* no montante de \$44,777 e nas comissões contratuais fixas por serviços no montante de \$8,498 (\$28,922 em 2015).

As despesas das Unidades de Negócios, Gabinete do Presidente & CEO e Gabinete do Vice-Presidente são discriminadas infra.

Gabinetes e Unidades	Notas às principais despesas incorridas durante o período
Gabinete do Presidente & CEO	Despesas associadas a projetos, nomeadamente, honorários de consultoria técnica & jurídica, Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto e reuniões da Comissão Conjunta, negociações do Sunrise, e aquisição e manutenção de ativos fixos (<i>software</i>) para projetos. Despesas associadas às reuniões do Conselho de Administração/Comissão Executiva, serviços jurídicos gerais, viagens de negócios e salários.
Gabinete do Vice-Presidente – Unidade de Novos Empreendimentos (New Ventures)	Despesas de projetos, tais como reuniões no âmbito de novos empreendimentos, honorários de consultoria técnica & jurídica; despesas operacionais gerais, rubricas de capital e salários.
Unidade dos Serviços Corporativos	Despesas operacionais da empresa, tais como artigos de papelaria, telefone, eletricidade, manutenção de veículos & escritório, infraestruturas de TI, incluindo renda do escritório e salários.
Unidade de Desenvolvimento de Negócios	Despesas de projetos principalmente em monitorização de projetos, despesas relativas à disseminação & ligação com a comunidade, honorários de consultoria técnica & jurídica, incluindo rubricas de capital (veículo) para fins operacionais de projetos. Formação profissional, equipamento menor, salários e outras despesas associadas à unidade.
Unidade de Pesquisa & Produção e Base Logística	Despesas relacionadas com projetos, honorários de consultoria, salários e despesas gerais, formação e/ou destacamentos, viagens & despesas e reuniões.
Unidade da Refinaria e Serviços Petrolíferos	Despesas associadas a projetos, principalmente contratados para o posto de abastecimento de combustível e o projeto da refinaria, consultoria técnica, disseminação & ligação com a comunidade, um veículo para as operações de projetos e despesas relacionadas com a monitorização de projetos. Desenvolvimento profissional, salários e outras despesas associadas com às operações da unidade.
Unidade de Negócios de Gás	Despesas para o Pre-FEED da fábrica de GNL e ligação com a comunidade. Formação e desenvolvimento profissional (destacamentos), salários e despesas gerais.
Unidade de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente	Despesas da unidade, consultoria técnica destinada à implementação do Sistemas de Gestão Integrada de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente, auditoria interna e de certificação, Equipamentos de Proteção Pessoal, salários e desenvolvimento profissional.
Unidade de Finanças	Despesas associadas ao investimento nas atividades de pesquisa do bloco <i>offshore</i> , cobrindo parte da aquisição e interpretação de dados sísmicos 3D, incluindo despesas gerais para a pesquisa do bloco <i>onshore</i> . Despesas gerais da unidade, tais como taxas de manutenção do Sage ACCPAC, reuniões associadas a finanças de projetos, auditoria financeira externa, desenvolvimento profissional, rubricas de capital e salários.

A maior parcela do orçamento do Ano Fiscal de 2016 respeita ao desenvolvimento e gestão de vários projetos, conforme detalhado nas Secções 2 até à 4.

Os Nossos Recursos Humanos



Fotografia por Michael Scott

Os nossos recursos humanos são centrais à concretização da nossa visão de sermos um líder regional em petróleo & gás para um desenvolvimento nacional sustentável. Recrutamos e formamos de acordo com uma estratégia baseada nas pessoas com o intuito de mobilizar e desenvolver o talento de hoje e do futuro, otimizando o desempenho e eficiência individual e organizacional.

Em 2016, a TIMOR GAP continuou a investir no seu capital humano, fiel ao compromisso de estimular e desenvolver continuamente as competências e capacidades dos colaboradores. Os nossos recursos humanos estão em constante progresso através do desenvolvimento de programas e formações em inúmeras áreas do setor do petróleo e gás. O desenvolvimento de competências e formação no local de trabalho são igualmente proporcionados através de destacamentos com os nossos parceiros, companhias internacionais de petróleo e gás de renome, assim como através de programas de cooperação.

Os nossos recursos humanos são centrais à concretização da nossa visão de sermos um líder regional em petróleo & gás para um desenvolvimento nacional sustentável

À semelhança dos anos anteriores, este ano continuámos a conduzir a nossa avaliação anual de desempenho com o propósito de rever o desempenho profissional dos nossos colaboradores e reconhecer prestações de excelência, abrangendo os objetivos e indicadores chave de avaliação de desempenho (*key*

performance indicators ou KPIs) definidos anteriormente, os quais ajudam igualmente a planear as necessidades de desenvolvimento dos colaboradores para os anos vindouros.

Em 2016, a TIMOR GAP continuou a prestar especial atenção ao seu Sistema de Gestão de Informação, com particular ênfase no

Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning* ou ERP) e no sistema de gestão de dados, designadamente o sistema informático SAP (Sistema, Aplicação e Produto), adotado e implementado em 2015. A Implementação das Fundações do SAP da TIMOR GAP consiste em Finanças, Gestão de Capital Humano, Aprovisionamento e Logística, Vendas

e Distribuição e Gestão Financeira de Projetos. Tarefas como Administração de Sistemas do SAP, Manutenção Funcional das Fundações do SAP e Serviços de Apoio foram realizadas ao longo do ano a fim de garantir a manutenção e monitorização do sistema em vigor e, consequentemente, o seu bom funcionamento. Estamos empenhados em manter um ambiente de trabalho construtivo e motivador. Atividades com foco na capacidade de trabalho em equipa e no reforço do

relacionamento entre colaboradores são promovidas na empresa com o propósito de desenvolver um compromisso comum em realizar os objetivos corporativos, dando lugar à capacidade de produzir mais e melhores resultados. A equipa de futsal da TIMOR GAP é um exemplo deste esforço pelo que continuamos a participar na Taça do Meio Ambiente organizada em 2016, promovendo simultaneamente o nosso espírito CAN DO e a sensibilização ambiental.

Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Perspetiva Geral dos Colaboradores

No final de 2016, a TIMOR GAP empregava um total de 128 colaboradores com uma distribuição por género de 40 mulheres e 88 homens. O nosso número de colaboradores continua a registar um aumento constante em consonância com a nossa estratégia e planos de cresci-

mento para o futuro, destacando-se a contratação de 16 novos colaboradores para o primeiro posto de abastecimento de combustível da TIMOR GAP inaugurado este ano.

A tabela *infra* ilustra a distribuição dos nossos colaboradores por categorias.

Colaboradores da TIMOR GAP por categorias

Total Colaboradores	128
Colaboradores do posto de abastecimento de combustível	16
Administração e apoio logístico	13
Assessores e consultores (internacionais)	6
Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente	7
Aprovisionamento, área jurídica e TI	11
Área Finanças e comércio	10
Geocientistas	11
Engenheiros (todas as categorias)	54

Cursos e Formações para a TIMOR GAP

Os nossos colaboradores são essenciais ao sucesso da execução da estratégia da empresa. A fim de garantir o seu sucesso, é fundamental que a empresa disponha das competências adequadas para superar os desafios que enfrenta. Neste âmbito, a TIMOR GAP empenhar-se-á em proporcionar oportunidades de formação a fim de maximizar as competências, desempenho e conheci-

mento dos seus colaboradores, não só nas suas áreas de especialidade, assim como na indústria do petróleo e do gás em geral.

Em 2016, oportunidades de formação foram identificadas a nível nacional e internacional, nas quais os nossos colaboradores foram incentivados a participar, nomeadamente:

- Adobe InDesign CS6 facultado pelo Fasnetgama Training Center;

- Formação em aquisição sísmica, processamento de dados e interpretação geológica facultada pelo escritório da BGP Marine;
- Formação Tropical Básica de Indução à Segurança e Emergência no Offshore (*Tropical Basic Offshore Safety Induction & Emergency Training* ou T-BOSIET);
- Formação para os colaboradores do posto de abastecimento de combustível a retalho facultada pela Pertamina;
- Levantamento Sísmico *Crocodile 3D Offshore* facultada pela BGP Geoexplorer;
- Formação em Processamento de Dados Sísmicos 3D facultada pela WesternGeco;
- Formação básica em operação de fábricas facultada pela INSTEP;
- Formação alusiva ao Estudo de Impacto Ambiental facultada pela TEAM Consulting;
- Formação na Embarcação BGP Geoexplorer (*Broome Offshore*) pela BGP Geoexplorer;
- Programa de Parceiras em Petróleo & Gás da Indonésia para 2016 promovido pelo Ministério da Energia e Recursos Minerais da República da Indonésia;
- Formação em transporte de GNL facultada pelo Instituto Marítimo da Malásia;
- Gestão de Dados na Indústria do Petróleo & Gás facultado pelo Jogja Training & Career Centre;
- Formação em Auditoria Interna conduzida pela LOCKFORCE Consultancy International Pty Ltd, Perth Austrália;



Workshops e Conferências

De acordo com o conteúdo da conferência/seminário, oportunidades são proporcionadas aos nossos colaboradores para participarem nas mesmas quando consideradas relevantes e benéficas às suas responsabilidades profissionais e ao objetivo geral da companhia.

Em 2016, os nossos colaboradores usufruíram da oportunidade de participar em vários *workshops* e conferências no decurso do período:

- 18º Conferência de GNL;
- Conferência da Gastech;
- Seminário Técnico promovido pela BGP;
- *Workshop* organizado no âmbito do Conteúdo Local da ConocoPhillips subordinado ao Futuro Projeto de Poços de Enchimento (Infill Wells) & Aprovisionamento;

Destacamentos e Formação no Local de Trabalho

Os destacamentos e formação no local de trabalho são parte integrante da estratégia que a empresa continuou a adotar em 2016 a fim de reforçar a capacidade profissional dos seus colaboradores, através dos parceiros de negócios internacionais da TIMOR GAP.

Este ano, a TIMOR GAP teve o prazer de ver dois dos seus engenheiros receberem o Certificado da OPITO após a conclusão de uma formação intensiva no local de trabalho com duração de 6 meses em operações de processamento e manutenção de GNL. Esta formação teve início em Bontang LNG em 2015, tendo a primeira fase sido concluída em novembro de 2015 e a segunda fase em maio de 2016. Facultada pela Cegelec Oil & Gas

(Actemium) e seu parceiro PT Badak LNG, a formação abrangeu um amplo leque de módulos, incluindo Unidade de Processamento, Utilidades e Armazenamento & Carga, assim como Manutenção.

A OPITO (*Offshore Petroleum Industry Training Organization*) é uma organização sem fins lucrativos, inteiramente detida pela indústria do petróleo e gás e responsável por garantir uma força de trabalho competente, qualificada e de confiança. As normas estabelecidas pela OPITO são elaboradas e aprovadas por grupos associados à indústria, e os que cumprem essas normas são reconhecidos a nível mundial.



Cerimónia de entrega dos Certificados da OPITO



Visita à Badak LNG

Licenças de Estudo

Os colaboradores da TIMOR GAP podem prosseguir com os estudos académicos como uma opção de desenvolvimento profissional. A licença de estudo permite-lhes atuar na persecução dos seus estudos, beneficiando desta forma futuras contribuições para a empresa.

Em 2016, um colaborador regressou à companhia após concluir o Mestrado em Gestão de Projetos pela Universidade de George Washington, Washington DC, EUA, ao abrigo do Programa de Bolsas de Estudo Fullbright promovido pela Secretaria de Estado dos Recursos Naturais (atual MPRM).

Durante este período, os nossos colaboradores continuaram ou iniciaram programas de bolsas de estudo ou

cursos académicos em universidades internacionais de renome, nomeadamente:

- Mestrado em Geociência pela Universidade de Wollongong, Austrália, ao abrigo do programa de bolsas de estudo australiano (*Australian Awards Scholarship Program*);
- Mestrado em Gestão do Ambiente pela Universidade de Massey, Palmerston North, Nova Zelândia, ao abrigo do programa de bolsas de estudo neozelandês (*New Zealand Development Scholarship* ou NZDS);
- Mestrado em Engenharia do Petróleo e Gás pela Universidade da Austrália Ocidental, ao abrigo do programa de bolsas de estudo australiano (*Australian Awards Scholarship Program*);
- Programa de Preparação em Língua Inglesa, Escócia, Reino Unido.

Desenvolvimento Institucional Corporativo

Plano Estratégico e de Negócios da TIMOR GAP para o Período de 2016 -2035

No ano anterior, a TIMOR GAP deu início a um processo dinâmico e inclusivo com vista à elaboração do seu Plano Estratégico e de Negócios para o período de 2016-2035. O processo *supra* culminou este ano com a aprovação do referido plano e a sua subsequente divulgação aos parceiros e partes interessadas.

Através do Plano Estratégico e de Negócios, a TIMOR GAP aprovou os principais objetivos estratégicos e ambições da companhia para os próximos 20 anos, abrangendo metas estratégicas a curto, médio e longo prazo. O Plano consiste num documento vivo uma vez

que será atualizado sempre que necessário, à medida que formos avançado e, sobretudo, será traduzido em ações quotidianas concretas para que cada indivíduo e unidade possa implementar a nossa estratégia e cumprir a missão e visão da empresa.

O Plano Estratégico e de Negócios foi construído com base em três questões chave que o orientam de modo a implementar eficazmente a nossa estratégia e missão de contribuir para um desenvolvimento nacional sólido: “onde estamos”, “onde queremos estar” e “como chegamos lá”.



Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente

Uma forte cultura de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente detém um valor incontestável na TIMOR GAP, com a segurança e qualidade a serem instituídos como pré-requisitos em todas as áreas operacionais, assim como o respeito pelo meio ambiente é uma preocupação constante. Ao infundir estes princípios nas nossas atividades, almejamos contribuir e fomentar a contínua excelência na prestação de serviços para a indústria do petróleo e gás em conformidade com as melhores normas de qualidade, saúde, segurança e ambiente.

Com o propósito de promover uma cultura de segurança na TIMOR GAP e maximizar a sensibilização dos seus colaboradores, atividades como a monitorização, registo & reporte de quaisquer anomalias, disponibilização de cuidados de primeiros socorros, formação introdutória à segurança e instruções de segurança prévias à partida de qualquer colaborador envolvido em visitas de campo são desenvolvidas e executadas regularmente na empresa.



Simulação de combate a incêndio do Timor Plaza

Certificação da Organização Internacional de Normalização

O nosso compromisso em respeitar as mais elevadas normas na prestação dos nossos serviços foi explicitamente demonstrado quando, este ano, concluímos a nossa jornada rumo à certificação da empresa, tornando-nos assim na primeira organização em Timor-Leste a ser certificada pelo seu Sistema de Gestão Integrada, o qual é constituído por três sistemas de gestão: ISO 9001:2008 Sistema de Gestão de Qualidade, ISO 14001: 2004 Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001:2007 Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho. Desta forma, a TIMOR GAP estabeleceu um Sistema de Gestão Integrada que cumpre os critérios das melhores práticas da indústria estabelecidos pelas Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization* ou ISO) e aborda simultaneamente todos os objetivos da qualidade, saúde, segurança e ambiente alcançando eficiência a nível da auditoria bem como uma melhor relação custo-eficácia.





Da esquerda para a direita: S.Exa. Alfredo Pires, Ministro do Petróleo e Recursos Minerais de Timor-Leste; Sr. Francisco Monteiro, Presidente & CEO da TIMOR GAP; Sr. Percy Lakdawalla, Vice Presidente da DNV GL Business Assurance; S.Exa. Stig Ingemar Traavik, Embaixador da Noruega na Indonésia; Sr. Rony da Costa, ex-Diretor da Unidade de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente da TIMOR GAP; Sr. Ros Oh, Gestor de Desenvolvimento de Negócios da SEA DNV GL Business Assurance

Na cerimónia de certificação realizada em abril de 2016, o Vice-Presidente da DNV GL – Business Assurance e Diretor Regional da Ásia-Pacífico, Sr. Percy Lakdawalla atribuiu o certificado ao Presidente & CEO da TIMOR GAP, presenciado pelo Embaixador da Noruega na Indonésia, S. Exa. Stig Ingemar Traavik, e com a participação dos relevantes atores governamentais, Membros do Parlamento e organizações pertencentes à indústria do petróleo e gás.

Na sequência da acreditação da Organização Internacional de Normalização, as rondas 1 e 2 do Sistema de Gestão Integrado foram lançadas na empresa com a apresentação e discussão dos sistemas e procedimentos operacionais abrangidos pelo mesmo, incluindo formulários, modelos e listas de verificação, assegurando a

sua plena implementação e contínua melhoria.

Em linha com este objetivo, o sistema *supramencionado* foi alvo de uma Auditoria de Vigilância e de uma Auditoria Interna realizadas no final do ano. A primeira trata-se de uma auditoria externa obrigatória executada pela DNV GL na qualidade de entidade acreditada e estabelecida de forma a avaliar a contínua conformidade da TIMOR GAP com as normas da Organização Internacional de Normalização, assim como as políticas e procedimentos em vigor na empresa; a última, uma auditoria interna, foi igualmente conduzida pela TIMOR GAP com o intuito de identificar se o sistema foi corretamente implementado e mantido, identificar as áreas a melhorar de modo a determinar a conformidade com as normas obtidas.

EIA e AAE para os Projetos da TIMOR GAP

Os projetos da nossa companhia são baseados em estudos que avaliam os potenciais impactos que projeto poderá causar no ambiente e nas comunidades. Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) foram realizados pela TIMOR GAP e parceiros, com o objetivo de identificar, prever, avaliar e mitigar potenciais impactos biofísicos, sociais e outros impactos adversos relevantes dos nossos projetos, bem como medidas específicas a fim de os evitar.

Um EIA determina as mudanças dos parâmetros ambientais e sociais, enquanto a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é o primeiro passo na avaliação desses efeitos. A esse respeito, os projetos do Tasi Mane ao abrigo do nosso portfólio realizaram em 2012 um AAE para dois agrupamentos industriais: a refinaria e complexo petroquímico de Betano, e a fábrica de GNL de Beaço. O projeto da base logística do Suai, que será o primeiro agrupamento industrial a ser construído e que dispõe de informações mais detalhadas, produziu um EIA completo. Em 2013, a licença ambiental para o agrupamento industrial do Suai foi-nos concedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

Um EIA para o fornecimento de combustível e desenvolvi-

mento do posto de abastecimento de combustível no Suai foi igualmente realizado em 2014, englobando a consulta pública com os líderes da comunidade, autoridades responsáveis pelo meio ambiente e outras entidades relevantes, tais como a Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais. A Declaração de Impacto Ambiental Simplificada e o Plano de Gestão Ambiental foram submetidos para aprovação do SEMA e a licença foi concedida em 2015.

Em 2016, um EIA destinado à refinaria de Betano e ao percurso do oleoduto *onshore* (Betano –Suai), incluindo igualmente um Estudo de Impacto na Saúde (EIS), foi realizado estando prevista a concessão da Licença Ambiental para 2017.

Adquirir a confiança da comunidade local é essencial ao sucesso dos nossos projetos e operações, consequentemente estes processos envolvem consultas públicas e “socializasaun” no âmbito dos propostos projetos. O objetivo da consulta e socialização consiste em informar a população e os líderes comunitários de modo a garantir que os projetos são compreendidos no que concerne aos benefícios económicos, diretos e indiretos, aos potenciais riscos envolvidos e as respetivas medidas de mitigação.



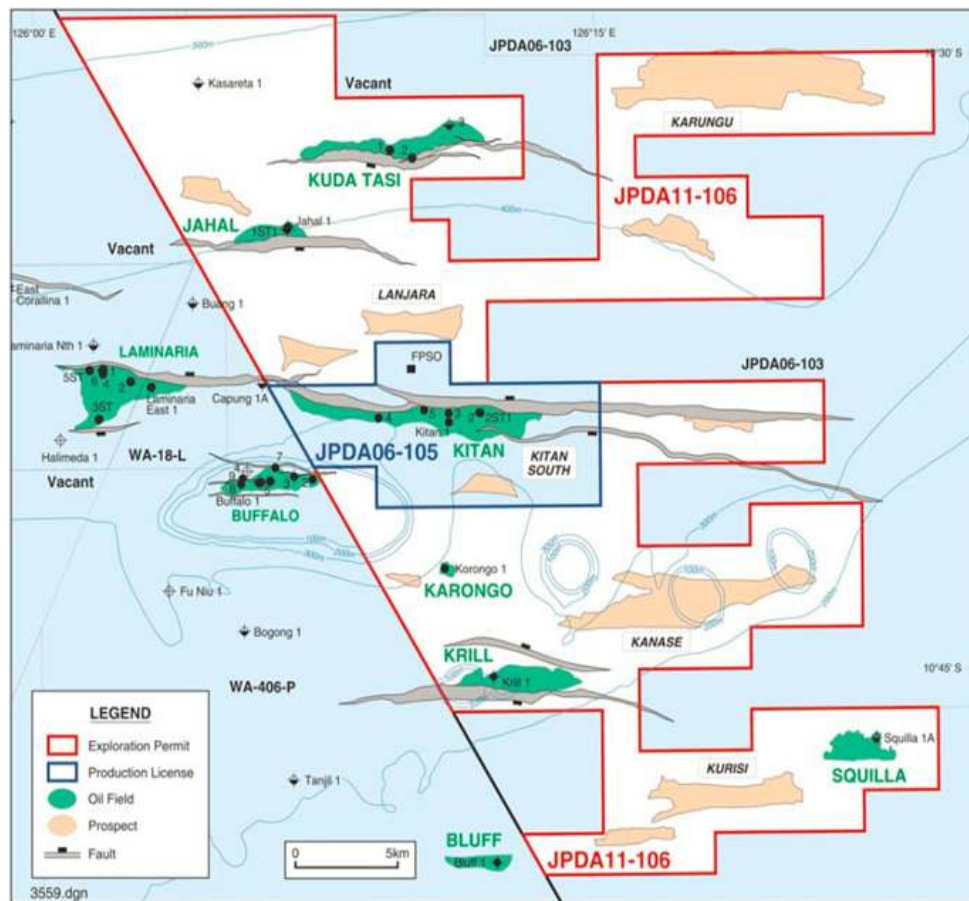
02 *UPSTREAM*

PSC JPDA 11-106

Em 2013, a TIMOR GAP assinou o seu primeiro Contrato de Partilha de Produção (*Production Share Contract* ou PSC) através da subsidiária detida a 100% pela companhia, a TIMOR GAP PSC 11-106, com o propósito de iniciar a pesquisa *offshore* na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto (*Joint Petroleum Development Area* ou JPDA) no Mar de Timor. Na parceria, a TIMOR GAP detém um interesse participativo de 24%, a qual representa um bom ponto de partida tendo em consideração

o nível de experiência que a jovem companhia nacional de petróleo detinha então, traduzindo-se igualmente num valor simbólico, na medida em que assinala o número de anos em que Timor-Leste lutou pela sua independência. A ENI, a operadora deste Contrato, detém um interesse participativo de 40.53% e a INPEX, o terceiro parceiro, detém 35.47%. O Contrato de Operação Conjunta (*Joint Operating Agreement* ou JOA)

foi assinado em outubro de 2013.



JPDA PSC 11-106 – Descobertas e Prospetos

A área de contrato a pesquisar pela parceria do PSC 11-106 situa-se aproximadamente a 240 Km a sul de Díli e 500km a noroeste de Darwin, abrangendo uma área de 662km², adjacente ao campo de petróleo de Kitan, e encontra-se a uma profundidade média de 350m. O foco do estudo assenta em reservas já confirmadas, mas cuja produção ainda não teve início, localizadas nos campos de Jahal, Kuda Tasi (+/- 20MMbbls), Squilla e Krill.

A avaliação técnica da área está em curso, incluindo a revisão das descobertas sub-comerciais existentes na área do PSC. O mapa de prospeção foi concluído e discussões relativas à classificação e seleção dos prospetos para perfuração estão a progredir entre os

parceiros. A campanha de perfuração está agendada para o início de 2018 e a ANPM aprovou a prorrogação do período de pesquisa inicial até 22 de outubro de 2018.

A equipa técnica da TIMOR GAP avalia meticulosamente o trabalho do operador e em paralelo, conduz estudos técnicos independentes de modo a avaliar a prospetividade da área do PSC. Todas as avaliações técnicas são periodicamente revistas pelos gestores, proporcionando igualmente a oportunidade de a equipa trabalhar as suas competências técnicas. A parceria está de momento a concentrar-se em prospetos mais profundos dentro da área de pesquisa, trabalho este que se prevê estar concluído no primeiro semestre de 2017.

Área Exclusiva de Timor-Leste

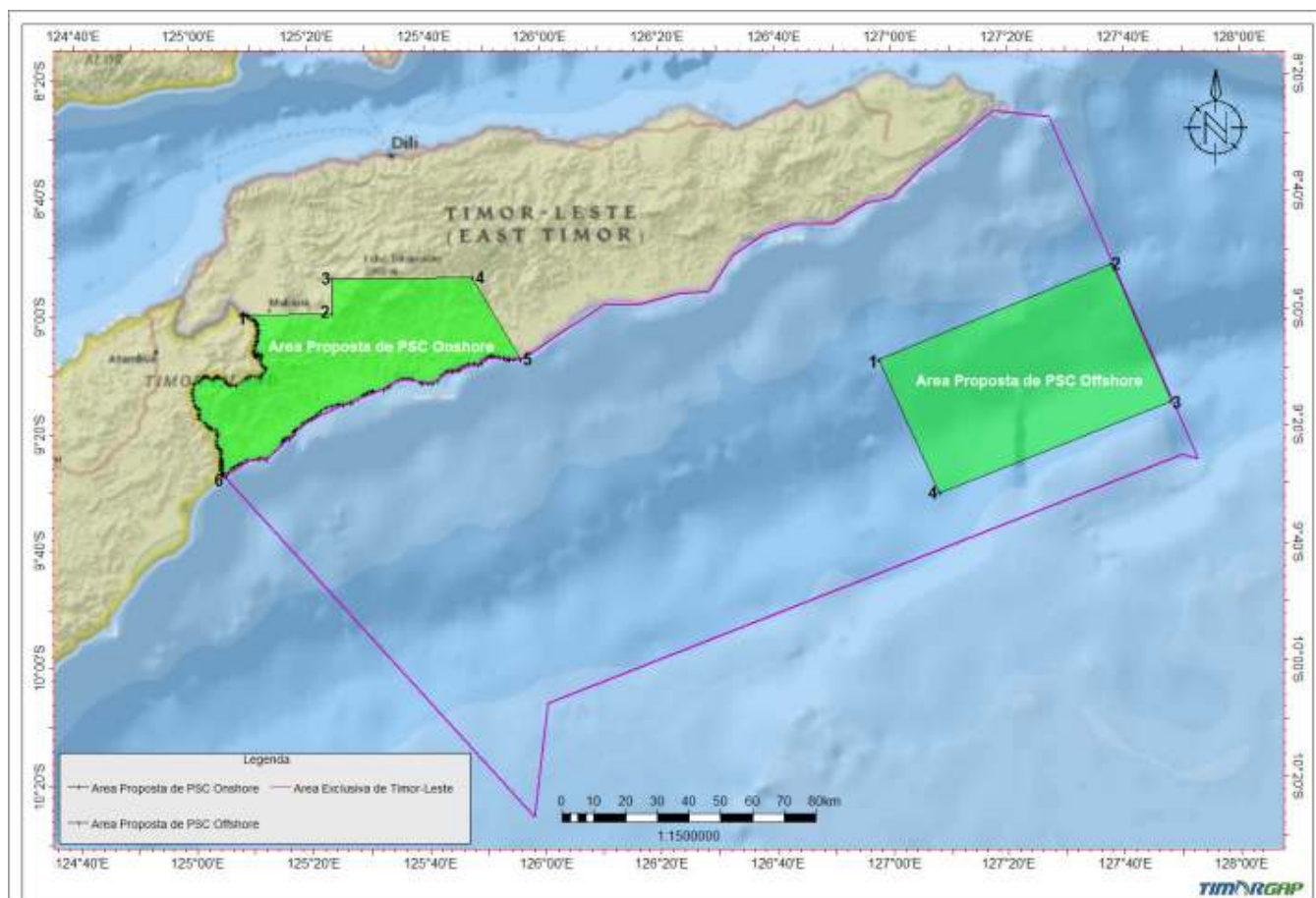
Um importante progresso na expansão do nosso portfólio de pesquisa e produção foi alcançado quando, a dezembro de 2015, o Conselho de Ministros, por meio da Resolução do Governo n.º 44/2015, autorizou a participação da TIMOR GAP, com um interesse participativo até 100%, num bloco *onshore* e *offshore*, incluindo uma autorização para realizar um levantamento de dados sísmicos 3D multiclientes (*multi-client seismic*) no bloco *offshore*, e o Ministro do Petróleo e Recursos Minerais, através de Despacho Ministerial, autorizou a participação direta da TIMOR GAP nos Contratos de Partilha de Produção para a áreas *onshore* e *offshore*, ambas localizadas na Área Exclusiva de Timor-Leste (*Timor-Leste Exclusive Area* ou TLEA). Desde o seu estabelecimento, as atividades *upstream* conduz-

idas pela TIMOR GAP têm-se concentrado exclusivamente na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto e, apesar dos inúmeros vestígios de petróleo e gás descobertos no *onshore* nos últimos anos, a TLEA permanece pouco explorada.

“... a nossa participação na TLEA,.. irá consolidar os esforços de crescimento da TIMOR GAP no que respeita a atrair novos investimentos...”

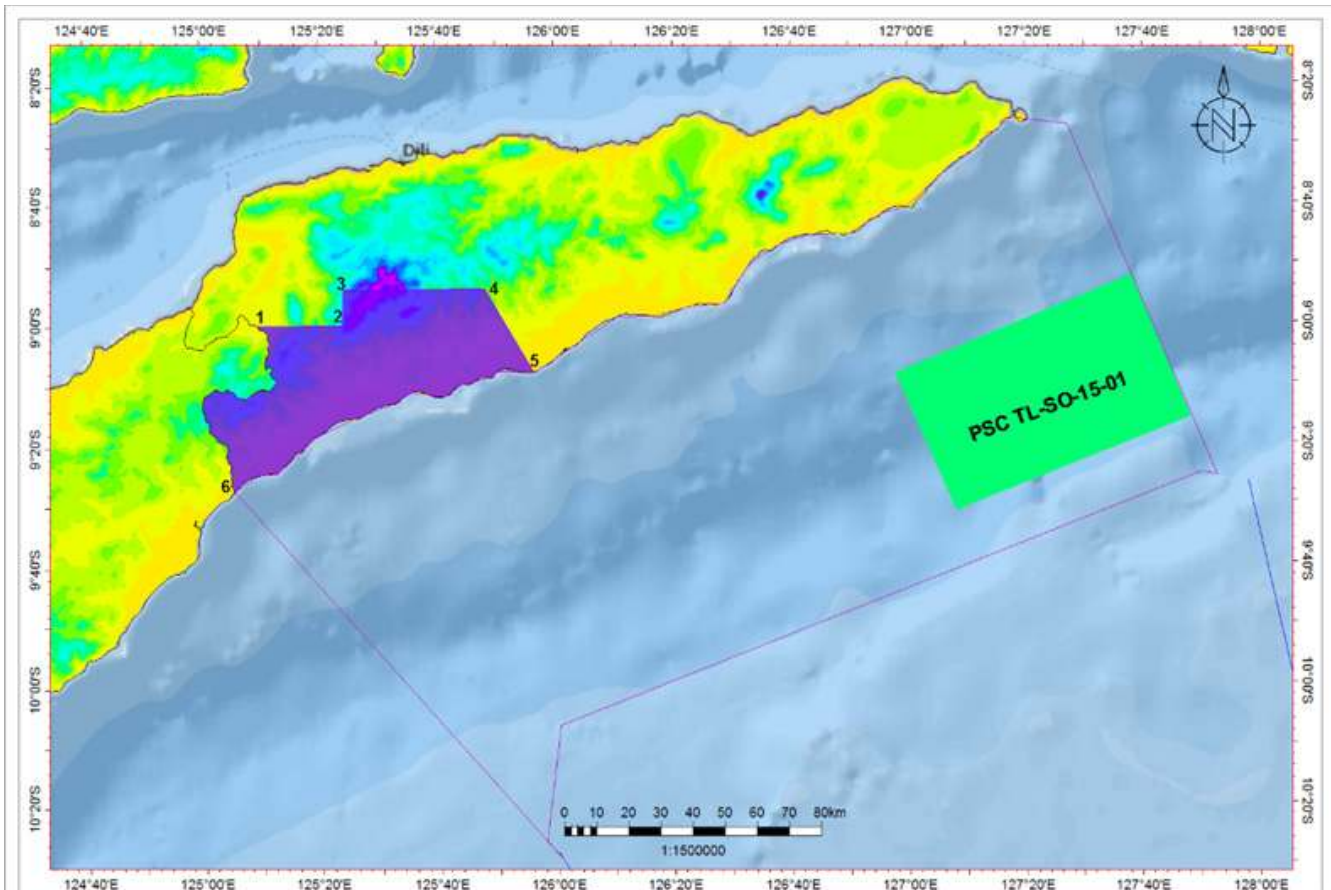
Consequentemente, estamos confiantes que a nossa participação na TLEA, concretizada igualmente através da aquisição adicional de dados, irá trazer valor para a nossa empresa, melhorando o nosso

conhecimento da subsuperfície geológica complexa desta área e desempenhado um importante papel na captação de potenciais parceiros. Tal irá consolidar os esforços de crescimento da TIMOR GAP no que respeita a atrair novos investimentos de modo a se posicionar estrategicamente e crescer na região.



Área de Contrato dos PSC no onshore e offshore

Bloco Offshore



Mapa do PSC TL-SO-15-01

Em dezembro de 2015, a TIMOR GAP celebrou o seu segundo PSC, através da subsidiária totalmente detida pela empresa, a TIMOR GAP Offshore Block, com o propósito de iniciar a pesquisa *offshore* do bloco TL-SO-15-01, localizada na TLEA. Este PSC representa um passo rumo à concretização da estratégia de crescimento da TIMOR GAP e demonstra o nosso compromisso em expandir o portfólio de pesquisa da empresa.

O Programa de Trabalho de Pesquisa do PSC encontra-se dividido em três períodos, nomeadamente, Período Inicial (correspondente aos Anos de Contrato 1 a 3), Segundo Período (Anos de Contrato 4 a 5) e Terceiro Período (Anos de Contrato 6 a 7). De modo a realizar as Obrigações Mínimas do Trabalho de Pesquisa estipuladas para o Período Inicial, que incluem a aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos 3D e estudos integrados geológicos e geofísicos (G&G), assim como o mapa de prospeção e identificação de

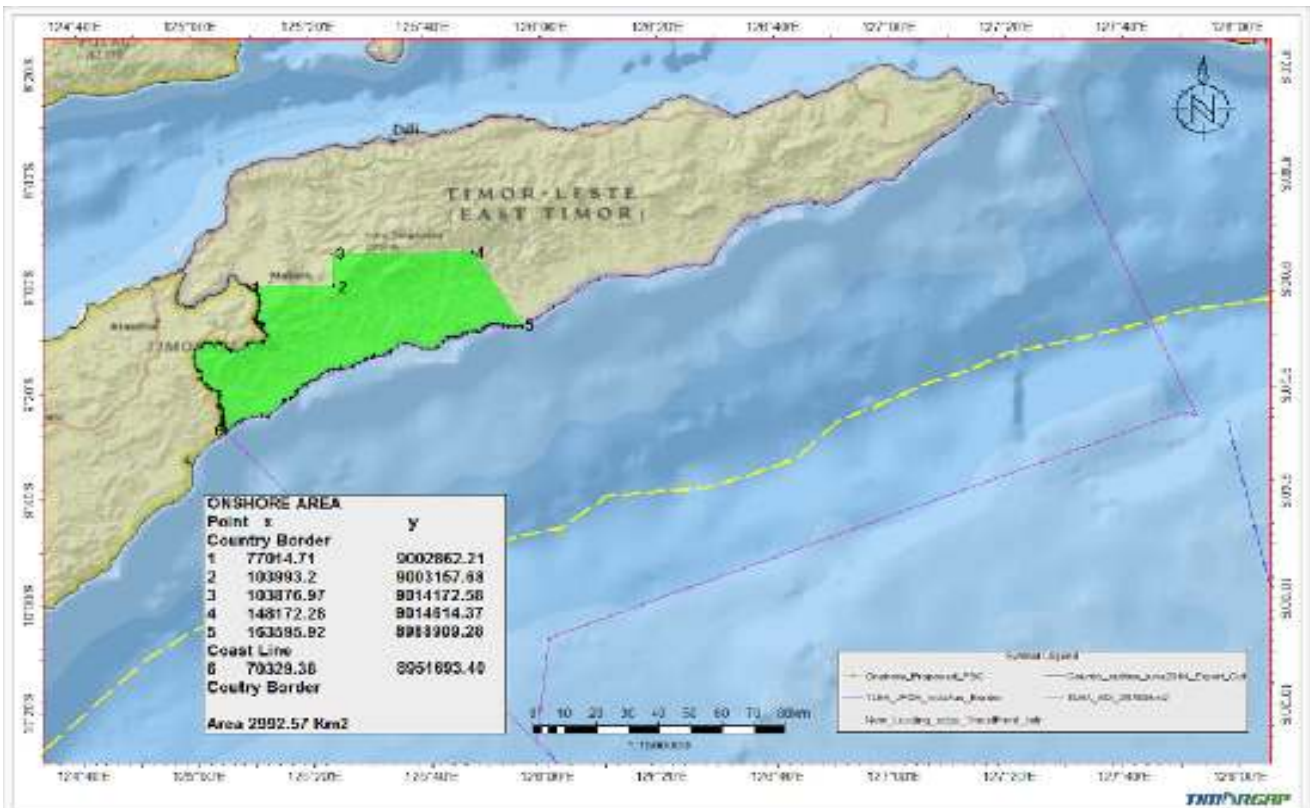
alvos perfuráveis, a TIMOR GAP recorreu à TIMOR GAP Seismic Service, uma companhia estabelecida com base na parceria entre a TIMOR GAP e a BGP Geoxplorer em 2015, para efetuar o levantamento de dados sísmicos 3D multiclientes. O referido levantamento teve início em 23 de dezembro de 2015 e foi concluído em 7 de março de 2016, seguindo-se a cerimónia de entrega dos dados recolhidos no levantamento à TIMOR GAP e posteriormente à ANPM, decorrida no dia 10 de março.

Após a entrega dos dados obtidos no levantamento e na sequência da conclusão do processo de aprovisionamento, no dia 25 de maio, a TIMOR GAP Offshore Block e a WesternGeco, Schlumberger Australia, celebraram um Contrato de Prestação de Serviços que estabelece os termos da provisão dos serviços de processamento de dados sísmicos 3D. O projeto de processamento de dados sísmicos 3D foi concluído a 25 de novembro de 2016.



Entrega dos dados do levantamento sísmico 3D ao Presidente da ANPM pelo Diretor da TIMOR GAP Offshore Block, na presença do representante da BGP Geoplerer

Bloco Onshore



Mapa do bloco onshore

A área do bloco *onshore* foi atribuída à TIMOR GAP pelo Ministério do Petróleo e Recursos Minerais com a aprovação do Conselho de Ministros. Na sequência de análises técnicas e comerciais efetuadas pela TIMOR GAP e posteriores discussões com potenciais parceiros no decurso de 2016, a TIMOR GAP subdividiu a área em três blocos distintos, designados de Bloco A, Bloco B e Bloco C, de modo a maximizar o número de potenciais parceiros interessados em iniciar a pesquisa na referida área e, assim, otimizar a quantidade e qualidade das atividades de prospeção na área de contrato.

Os blocos abrangem as seguintes áreas:

- **Bloco A**, abrange a Bacia do Suai com uma área de 1008.3 km²;
- **Bloco B**, abrange o Anticlíneo de Bazol e o Anticlíneo de Aituto com uma área de 1004.63 km²; e
- **Bloco C**, abrange a região de Betano com uma área de 1004.01 km².

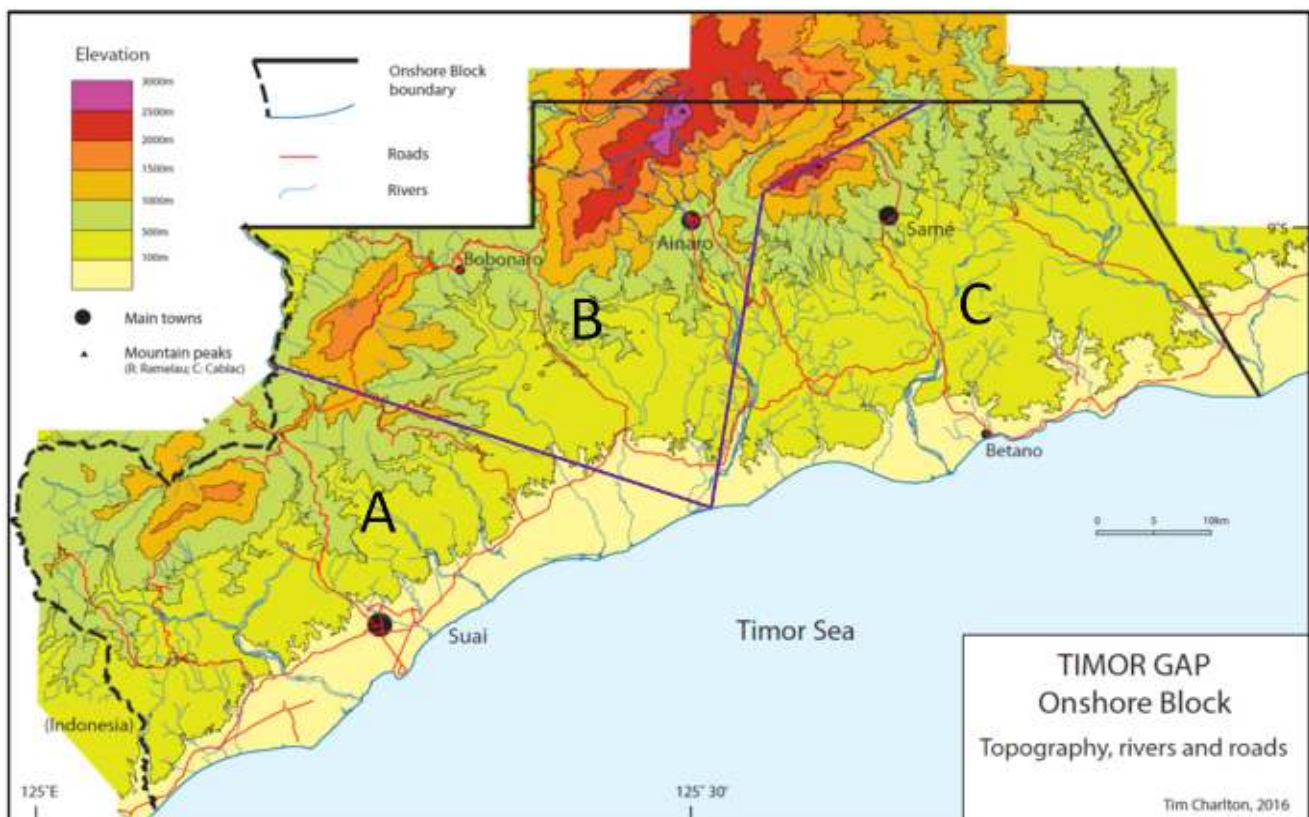
A elevação da área do bloco *onshore* varia desde o nível do mar até aos 2400m (exceto no Bloco B, onde a elevação atinge os 2986m devido ao Monte Ramelau), com a maioria da área plana a estender-se na costa e na cidade costeira

do Suai, onde está prevista a construção da Base Logística do Suai. Isto irá proporcionar infraestruturas de apoio à pesquisa de hidrocarbonetos e trará benefícios mútuos, a par do desenvolvimento socioeconómico.

A subdivisão da área de contrato do bloco de pesquisa foi apresentada em Conselho de Ministros e subsequentemente aprovada a 22 de novembro. Com a subdivisão da área de contrato em três áreas distintas prevê-se a maximização das atividades de prospeção e de pesquisa de petróleo e o aumento do interesse e futura participação do setor privado.

Neste âmbito, oportunidades de *farm out* foram promovidas para os blocos *onshore*, resultando, a 16 de novembro, na assinatura de um Acordo Comercial entre a TIMOR GAP e a TIMOR RESOURCES PTY LTD, uma sociedade constituída na Austrália, nos termos do qual o último adquiriu um interesse participativo nos blocos *onshore* A e B.

No seguimento da assinatura do Acordo Comercial, discussões técnicas e comerciais adicionais tiveram lugar entre as empresas e entre a ANPM, na qualidade de representante do Governo, com o intuito de proceder à celebração de um Contrato de Partilha de Produção no início de 2017.



Mapa da subdivisão do bloco onshore

Energia na CPLP

Timor-Leste assumiu a presidência bienal (2014 – 2016) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o que permitiu criar uma plataforma para Timor-Leste explorar e se expor entre os Estados-membros e mais além, criando a oportunidade de melhorar e adquirir mais conhecimentos relativos à importância do setor energético, o qual é a principal força motriz do crescimento económico do país.

Face à crescente importância geopolítica, geoestratégica e geoeconómica da energia, em outubro de 2016, decorreu a I Reunião Técnica da Energia da CPLP subordinada ao tema “O Potencial Económico da Energia na CPLP”, em Malabo, Guiné Equatorial. Esta reunião foi conjuntamente organizada por Timor-Leste, enquanto Estado-membro no exercício da Presidência *pro tempore*, e pela Guiné Equatorial, enquanto Estado-membro que acolheu a reunião,

contando com a participação de vários Pontos Focais da Energia dos Estados-membros da CPLP e presidida pelo Presidente & CEO da TIMOR GAP, na qualidade de Ponto Focal da Energia nomeado pelo Ministro do Petróleo e Recursos Minerais.

A I Reunião Técnica da Energia surge na sequência da I Reunião dos Ministros da Energia da CPLP organizada em Cascais, Lisboa, em 2015, competindo-lhe assegurar o seguimento das decisões, iniciativas e medidas que venham a resultar de deliberações da Reunião dos Ministros da Energia; avaliar o grau de implementação das decisões presentes na Declaração de Cascais; harmonizar, articular e consolidar a implementação dos projetos de cooperação no âmbito da energia que surjam no contexto da CPLP.

A II Reunião dos Ministros da Energia da CPLP está prevista decorrer em 2017.



De cima para baixo: Pontos Focais da Energia dos Estados-membros da CPLP;



Visita à Central Elétrica de Malabo operada pela SEGESA

Outros Estudos *Upstream*

Estudo da Reserva do Greater Sunrise

A Comissão do Sunrise, estabelecida por Timor-Leste e pela Austrália para consulta de questões relativas à pesquisa e exploração de petróleo na área dos campos do Greater Sunrise encomendou, em 2012, um estudo da estimativa das reservas. A TIMOR GAP, em nome do Governo de Timor-Leste, tem atuado na gestão deste estudo com o objetivo de obter uma estimativa independente das reservas do Greater Sunrise através uma terceira parte de consultores.

O *Petroleum Initially in Place* para o estudo do campo do Greater Sunrise foi concluído e os resultados revistos por Timor-Leste e Austrália.

A equipa de Pesquisa & Produção da TIMOR GAP completou os estudos de simulação de jazidas com base nos resultados relativos ao *Petroleum Initially In Place* fornecidos pelos consultores independentes.

Revisão Completa do Campo de Bayu-Undan

O Governo de Timor-Leste confiou à TIMOR GAP, através da Comissão Conjunta e do MPRM, a realização da revisão completa do campo de Bayu-Undan, com o objetivo de gerir e otimizar os recursos.

Os estudos técnicos da TIMOR GAP efetuados no âmbito das estimativas de Gas Initially in Place e a revisão da produção até à data foram concluídos. Um relatório exaustivo dos resultados do estudo foi submetido ao Governo, enquanto a TIMOR GAP prossegue com a realização de análises adicionais a fim

de otimizar os recursos recuperáveis provenientes do campo do Bayu-Undan.

A equipa de Pesquisa & Produção concluiu a Modelação Geológica (*Geomodelling*) e a Modelação Completa da Jazida para o campo de Bayu-Undan. Os resultados dos estudos foram submetidos ao Governo. A TIMOR GAP irá continuar em discussões com a ANPM e os parceiros do Bayu-Undan com o propósito de maximizar as receitas das partes interessadas e de Timor-Leste em particular.

03 *Downstream, Serviços* **e Companhias Subsidiárias**

Perspetiva Geral

Além do Projeto Tasi Mane (Secção 4), em 2016, continuámos a explorar novas oportunidades a fim de amplificar, diversificar e fortalecer o nosso atual e futuro portfólio.

A empresa reforçou a sua participação nos setores dos serviços e *downstream* com a inauguração do primeiro posto de abastecimento de combustível de venda a retalho em 2016, um importante marco a ser replicado nos próximos anos com a construção de outros postos de abastecimento de combustível no país. Continuámos igualmente a participar em vários concursos para a prestação de serviços *offshore* na JPDA e a atuar na persecução de novas oportunidades a fim de render

serviços de fornecimento de combustível para projetos. Demonstrando o nosso compromisso anterior em tornar a TIMOR GAP num parceiro de eleição, a empresa continuou a empenhada na procura de novas oportunidades de negócio, quer a nível doméstico quer internacional, associando-se a potenciais parceiros para assegurar o sucesso e desenvolvimento do portfólio. Estas oportunidades de negócio e parcerias são geridas através das seis subsidiárias da TIMOR GAP. Este ano trouxe-nos uma maior expansão com o estabelecimento de uma nova subsidiária, a TIMOR GAP Onshore Block, criada com o objeto de participar em atividades de pesquisa e exploração no bloco *onshore* localizado na TLEA.

Posto de Abastecimento de Combustível a Retalho



Posto de Abastecimento de Combustível do Suai

Em 2016, a TIMOR GAP atingiu um importante marco no seu portfólio de distribuição com a inauguração do seu primeiro posto de abastecimento de combustível de venda a retalho, constituindo-se como um precedente para o alcance de um maior sucesso na divulgação da marca da TIMOR GAP e do crescimento da empresa no setor *downstream*, alcançando assim uma maior eficiência operacional com vista à maximização do lucro.

O primeiro de uma rede de postos de abastecimento de combustível prevista ser construída no país resulta da parceria com a Pertamina, tendo sido inaugurado no dia 29 de abril, no Suai. Este posto de abastecimento de combustível foi edificado em consonância com as disposições estabelecidas no Regulamento da ANPM n.º 1/2013, sobre Instalação e Operação de Postos de Abastecimento de Combustível, e opera em conformidade com as melhores normas de

qualidade, saúde, segurança e ambiente aplicáveis à indústria do gás e petróleo, com inspeções a serem realizadas regularmente pela TIMOR GAP.

As instalações do posto de abastecimento de combustível do Suai encontram-se totalmente providas com os equipamentos necessários ao fornecimento de gasolina e diesel, incluindo três reservatórios subterrâneos de armazenagem de combustível, cada um com uma capacidade de 30 kl. As instalações dispõem igualmente de dois reservatórios de armazenagem colocados à superfície, com uma capacidade de 30 kl cada, mais um espaço adicional com capacidade para acomodar dois reservatórios a fim de satisfazer a procura de combustível de quaisquer projetos locais no futuro, tal como o projeto da Base Logística do Suai. Com o desenvolvimento e estabelecimento do posto de abastecimento de combustível, novos postos de trabalho

foram criados e 16 colaboradores nacionais recrutados localmente foram empregados e encontram-se a trabalhar no primeiro posto de abastecimento da TIMOR GAP. A fim de equipar os colaboradores com as competências adequadas, nos termos do Acordo de Cooperação Conjunta celebrado com a Pertamina, 8 operadores e 1 gerente usufruíram de uma formação organizada nas instalações comerciais da Pertamina em Surabaia, Indonésia.

Desde o início das operações, as vendas de combustível registaram um aumento progressivo e em setembro de 2016 a TIMOR GAP assinou um contrato para o fornecimento de combustível aos veículos da Administração do Município de Covalima. No final de 2016, foram vendidos um total de 74,334.53 litros de gasolina e 102,226.93 litros de diesel, representando uma receita de \$176,013.



De cima para baixo, da esquerda para a direita: Colaboradores do posto de abastecimento de combustível da TIMOR GAP; Posto de abastecimento de combustível do Suai; Inspeção do reservatório de armazenagem de combustível

Concursos para Serviços *Offshore* na JPDA

A TIMOR GAP e as suas subsidiárias estão envolvidas em vários concursos para prestação de serviços offshore na área da JPDA, predominantemente na área de contrato de Bayu-Undan. Em 2016, a TIMOR GAP com o apoio dos seus parceiros prosseguiram com a participação nesses concursos.

A TIMOR GAP assinou um Memorando de Entendimento com a China Oilfield Services Limited (COSL) com o intuito de procurar oportunidades em trabalhos de perfuração marítima, onde recentemente ambas partes uniram esforços para apresentar uma resposta ao Pedido de Informação (*Request For Information* ou RFI) relativa ao concurso para a provisão de serviços de perfuração autoelevatória (*jack-up*) para a fase 3B do desenvolvimento do Bayu-Undan.

Além disso, participamos com a COSL no Levantamento Geofísico & Geotécnico para a perfuração do Bayu-Undan, no âmbito do qual a TIMOR GAP confirmou o seu interesse em apoiar a Subsea 7 nos requeridos serviços

do levantamento, através da apresentação de uma proposta técnica e comercial para o âmbito dos serviços mencionados.

A South Horizon é uma companhia estabelecida em parceria com a Siglar Offshore Services Timor em 2015, com o propósito de explorar oportunidades de prestação de serviços Marítimos & Logísticos. Em 2016, a South Horizon apresentou uma proposta para embarcações de sondagem e veículo operado à distância (*remote operated vehicle* ou ROV) para Subsea 7 de modo a apoiar o seu Trabalho de Levantamento Geotécnico & Geofísico. Outras oportunidades com a Subsea 7 dizem respeito a embarcações de logística para o transporte de bens de Díli para Bayu-Undan, tendo a South Horizon submetido a cotação da embarcação e especificações técnicas. Prestámos igualmente assistência à Aibel no desenvolvimento do plano de execução de trabalhos de fabrico e montagem para o fabrico da estrutura do tapete de lama.

Fornecimento de Combustível e Comercialização

Em conformidade com os termos do disposto no Contrato de Projeto e Construção da Base Logística do Suai, a TIMOR GAP foi nomeada como fornecedora de combustível para o projeto de construção da mesma.

O Pedido de Proposta (*Request for Proposal* ou RFP) do fornecimento de combustível para as Obras Marítimas da SSB foram emitidos a 7 candidatos, mas apenas 1 candidato submeteu uma proposta. A proposta em questão foi avaliada pelo Painel de Avaliação do Concurso e, posteriormente, recomendada à gestão. De acordo com orientações transmitidas pela gestão da TIMOR GAP, o Painel foi instruído a contactar mais potenciais fornecedores diretos. Nesta linha, a equipa comercial da empresa conduziu discussões iniciais com

a PTT, Marine Creation Sdn e Trillion Bunkering Singapore/Indonésia.

Por outro lado, para o âmbito de fornecimento de combustível para as Obras em Terra, na sequência da recomendação do Painel de Avaliação do Concurso, foi realizada uma verificação física para a proposta técnica da Global e inspecionamos a barcaça flutuante e a armazenagem no *onshore* da Global na baía de Tibar. Adicionalmente, estamos no processo de negociação com o empreiteiro da autoestrada do Suai, a COVEC, para o fornecimento de diesel. O esboço do contrato de compra e venda está a ser discutido por ambas as partes envolvendo as equipas comerciais e jurídicas das respetivas empresas.

Subsidiárias

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 31/2011, de 27 de julho, na prossecução de qualquer das atividades do seu objeto, a TIMOR GAP, E.P., está autorizada a constituir subsidiárias, as quais podem associar-se a outras empresas, nacionais ou estrangeiras, assim como adquirir, onerar e alienar participações em quaisquer sociedades. As Demonstrações Financeiras Consolidadas da TIMOR GAP e suas subsidiárias e associadas

encontram-se detalhadas nas Secções 7 e 8.

As subsidiárias maioritariamente detidas pela TIMOR GAP enquanto companhia nacional de petróleo estão vinculadas às diretrizes e ao planeamento estratégico, bem como às normas corporativas comuns fixadas mediante orientações de cariz técnico, administrativo, contabilístico, financeiro e jurídico, que sejam aprovadas pelo Conselho de Administração. Os membros da gestão

estão autorizados a exercer cargos de administração nestas subsidiárias e coligadas, mediante designação do Conselho de Administração.

Na prossecução do objeto da empresa, a TIMOR

GAP-MHS Aviation



GAP-MHS Aviation Lda

A primeira subsidiária da TIMOR GAP, a GAP-MHS Aviation Lda, foi estabelecida em 2012 com o propósito de prestar serviços de aviação de apoio às operações petrolíferas *offshore* realizadas no Mar de Timor. A subsidiária é detida pela TIMOR GAP (60%) e pela MHS Aviation (TL) Lda (40%), a qual é uma subsidiária da Malaysian Helicopter Services (MHS) Aviation Berhad, uma companhia especializada em operações de aviação de apoio à indústria do petróleo e gás.

Desde o seu estabelecimento, a GAP-MHS tem prestado serviços de aviação à Unidade de Produção, Armazenagem e Expedição (*Floating Production, Storage and Offloading* ou FPSO) Glas Dowl da Bluewater, operando voos de helicópteros regulares entre Díli e o campo de Kitan, onde o Glas Dowl detinha as suas operações. A GAP-MHS continuou a realizar operações aéreas regulares até ao início de 2016. Contudo, a 27 de fevereiro, a subsidiária efetuou o seu último voo para o FPSO Glas Dowl e o contrato com a Bluewater, Contrato

TIMOR GAP PSC 11-106 Unipessoal Lda

Em 2012, a TIMOR GAP estabeleceu uma subsidiária detida a 100% pela empresa, a TIMOR GAP PSC 11-106 Unipessoal Lda, uma sociedade veículo (Special Purpose Vehicle ou SPV) com o objeto exclusivo de adquirir e exercer os respetivos direitos inerentes à detenção de um interesse participativo no Contrato de Partilha de Produção relativo ao Bloco JPDA 11-106 da Área de Desenvolvimento Conjunto Petrolífero estabelecida pelo Tratado sobre o Mar de Timor. Isto inclui a pesquisa e produção de petróleo bruto e gás natural e respetiva comercialização.

A TIMOR GAP, através da subsidiária referida *supra*, assinou o seu primeiro Contrato de Partilha de Produção a fim de iniciar a pesquisa *offshore* na área de contrato JPDA 11-106, com a companhia italiana

GAP constituiu, desde do seu estabelecimento, seis subsidiárias a fim de conduzir atividades empresariais específicas no setor petrolífero e serviços associados, tal como descrito *infra*.

GD03, cessou oficialmente a 12 de março de 2016. Na sequência do término do Contrato GD03, os dois helicópteros contratados, Reg. n.º: 9MSPB e 9MSPC, regressaram à Malásia e as instalações foram reduzidas apenas ao Hangar "C", tendo os restantes hangares sido desocupados e entregues à ANATL.

Previamente ao término do Contrato GD03, a direção da companhia realizou uma reunião com os acionistas, da qual resultou a decisão de reduzir o número de colaboradores em conformidade com os procedimentos em vigor em Timor-Leste, incluindo o pagamento de compensações aos colaboradores dispensados que se encontravam empregados na companhia até 30 de abril de 2016. Ficou igualmente decidido manter a subsidiária durante os próximos 2 a 3 anos. Neste âmbito, alguns colaboradores-chave continuaram a desempenhar funções na GAP-MHS e, no final do ano, a subsidiária empregava colaboradores nacionais e internacionais somando um total de 6 funcionários, dos quais 2 são mulheres e 4 são homens.

A GAP-MHS está ativamente envolvida na prossecução de novas oportunidades de negócios na área das operações de aviação de apoio à indústria do petróleo e gás, oferecendo a prestação de serviços de helicópteros tendo a qualidade e a segurança como principais prioridades e em linha com os melhores padrões da região.

ENI e a japonesa INPEX como parceiros, e a autoridade reguladora, a Autoridade Nacional de Petróleo e Minerais (ANPM). Com a primeira participação da TIMOR GAP nas atividades a upstream, Timor-Leste assinalou, pela primeira vez na sua história, a participação direta do país em atividades de pesquisa de petróleo.

Este ano continuámos a executar o Programa de Trabalho de Pesquisa previsto no PSC JPDA 11-106, principalmente focado em trabalho G&G, potencial *Play* do período Jurássico & Triássico para Kanase e avaliação das descobertas de Jahal, Kuda Tasi, Squilla e Krill. O mapeamento de prospectos foi concluído em 2016 e discussões adicionais alusivas à perfuração, engenharia e planeamento progrediram com a operadora e

parceiros.

A fim de garantir que as atividades de pesquisa decorrem conforme planeado, a ANPM concedeu uma

extensão ao PSC até outubro de 2018.

Informações adicionais sobre o PSC JDPA 11-106 disponíveis na Secção 2 deste Relatório.

TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics

Em 2014, a TIMOR GAP estabeleceu uma subsidiária totalmente detida pela TIMOR GAP, a TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, destinada à prestação de serviços gerais à indústria marítima e de serviços logísticos e de apoio à indústria petrolífera a operar no Mar de Timor, em Timor-Leste e em outras localizações. Está previsto que a subsidiária para além da gestão, eventualmente detenha e opere embarcações de abastecimento, rebocadores, e preste serviços marítimos gerais em consonância com as exigências da indústria petrolífera.

No ano seguinte, a TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics criou a South Horizon Offshore Services, Lda, uma companhia estabelecida em parceria com a Siglar

Offshore Services Timor, com o propósito de prestar serviços de apoio a embarcações e instalações *offshore* a operar no Mar de Timor (quer na JPDA, quer na TLEA), deter e operar embarcações de apoio *offshore*, e prestar quaisquer outros serviços para a indústria marítima e do petróleo & gás. Nesta parceria, a TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics detém uma quota correspondente a 51% e a Siglar Offshore Services Timor detém os restantes 49%.

No decurso de 2016, a South Horizon Offshore Services continuou a procurar ativamente oportunidades de prestação de serviços de embarcações para campanhas de perfuração e novas parcerias de negócios no âmbito da indústria marítima e do petróleo e gás.

TIMOR GAP Seismic Services

Estabelecida em 2015, a TIMOR GAP Seismic Services (TGSS) é detida pela TIMOR GAP (60%) e pela BGP Geopexplorer PTE, LTD (40%). Esta subsidiária foi criada através de um Acordo de Parceria Conjunta (*Joint Venture Agreement*) assinado a outubro de 2015 pelas duas empresas com o objetivo de prestar serviços na área do levantamento de dados sísmicos no território de Timor-Leste, prevendo-se uma expansão que englobe projetos no estrangeiro. A BGP Geopexplorer, uma subsidiária da China National Petroleum Corporation (CNPC), atua na prossecução de negócios na área da prestação de serviços sísmicos marítimos.

O principal âmbito de negócios da TIMOR GAP Seismic Services é a aquisição e processamento de dados sísmicos em 2D/3D, enquanto proporciona o desenvolvimento de

tecnologias e oportunidades de formação aos colaboradores locais, através dos seus parceiros internacionais.

Após o seu estabelecimento, a dezembro de 2015, a TIMOR GAP lançou o seu primeiro levantamento de dados sísmicos 3D, o qual envolveu a TGSS e a BGP como os contratantes a efetuar a aquisição de dados sísmicos Crocodile 3D no *offshore* da TLEA, abrangendo uma área de 2.780 km² do bloco *offshore* PSC TL-SO-15-01, localizado na Área Exclusiva de Timor-Leste. O levantamento foi efetuado pela embarcação BGP Prospector, uma embarcação sísmica com 12 cabos ou *streamers*, tendo sido concluído a 7 de março de 2016. A cerimónia oficial da entrega dos dados do levantamento realizou-se a 10 de março, seguida da visita à embarcação sísmica da BGP.



TIMOR GAP Offshore Block

Em conformidade com o disposto na Lei n.º 13/2005 das Atividades Petrolíferas e nos termos dos Contratos de Partilha de Produção, é necessária a criação de uma sociedade veículo (SPV) com o propósito de celebrar um contrato de partilha de produção. Por conseguinte, a TIMOR GAP estabeleceu uma subsidiária 100% detida pela companhia, a TIMOR GAP Offshore Block Unipessoal Lda, como uma SPV para o bloco *offshore* TL-SO-15-01.

A 23 de dezembro de 2015, a TIMOR GAP, através da subsidiária TIMOR GAP Offshore Block, celebrou o seu

segundo Contrato de Partilha de Produção para a área de contrato do bloco TL-SO-15-01, situado na Área Exclusiva de Timor-Leste. Como parte do Período Inicial do Programa de Trabalho de Pesquisa, um levantamento sísmico em 3D foi efetuado e concluído a março de 2016, seguido da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços com a WesternGeco, Slumberger, para o processamento dos dados obtidos no levantamento.

A TIMOR GAP Offshore Block continuará a atuar na execução do cronograma do programa de trabalho para o PSC TL-SO-15-01, que cessará em 2022.



assinatura do Contrato de Prestação de Serviços com a WesternGeco, Slumberger, para o processamento dos dados obtidos no levantamento

TIMOR GAP Onshore Block

Na sequência da autorização de participação direta num bloco *onshore* pelo MPRM, com a aprovação do Conselho de Ministros, em 2016, a TIMOR GAP criou uma subsidiária detida a 100% pela empresa, a TIMOR GAP Onshore Block Unipessoal Lda, com o intuito de tomar parte em atividades de pesquisa e exploração no referido bloco *onshore* localizado na Área Exclusiva de Timor-Leste, posteriormente dividido em três blocos distintos (Bloco A, Bloco B e Bloco C) a fim de maximizar as atividades de pesquisa na área de contrato.

A TIMOR GAP, através da TIMOR GAP Offshore Block, procura empresas de renome no setor do petróleo e gás para formar parcerias com o objetivo de celebrar potenciais Contratos de Partilha de Produção com o Governo de Timor-Leste no referido bloco. Este objetivo foi alcançado quando, em novembro de 2016, a TIMOR GAP assinou o Acordo Comercial com a TIMOR RESOURCES, nos termos do qual a última adquiriu um interesse participativo nos Blocos A e C. Prevê-se que o Contrato de Partilha de Produção seja assinado no início de 2017.



Cerimónia de Assinatura do Acordo Comercial entre a TIMOR GAP e a TIMOR RESOURCES para o bloco onshore

04 Projeto Tasi Mane: a Industrialização do Setor Nacional de Petróleo



Três agrupamentos do projeto Tasi Mane

AGRUPAMENTOS DO PROJETO TASI MANE

Os desenvolvimentos previstos incluem:

- Base Logística do Suai;
- Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano;
- Fábrica de GNL de Beço.

Infraestruturas Adicionais:

- Novas cidades para acomodar os trabalhadores e realojar os residentes locais;
- Reabilitação de duas pistas já existentes no Suai e Viqueque;
- Autoestrada que liga as localizações dos projetos ao longo da costa sul (Suai-Betano-Beço).

Preconizado no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo para o período de 2011-2030, o qual identifica o setor petrolífero como a base para um desenvolvimento sustentável da nação, o Projeto Tasi Mane pretende estabelecer a indústria nacional de petróleo e associadas infraestruturas de apoio, desenvolvimento de competências e capacidade de prestação de serviços, tornando-se num importante motor da economia de Timor-Leste.

O Tasi Mane é um projeto integrado plurianual compreendendo três agrupamentos industriais situados ao longo de um trecho de 155km da costa sul de Timor-Leste, prolongando-se desde o Suai no distrito de Covalima a oeste, até Beço no distrito de Viqueque a leste. O projeto prevê três agrupamentos industriais, nomeadamente, a Base Logística do Suai, a Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano e a Fábrica de GNL de Beço, incluindo a construção de infraestruturas adicionais para cada local.

O Projeto Tasi Mane é uma importante iniciativa estratégica do Governo de Timor-Leste que abrange um vasto leque de impactos económicos a nível nacional, regional e local ao proporcionar benefícios económicos diretos derivados dos recursos naturais de Timor-Leste. O projeto

aumentará o Produto Interno Bruto (PIB) nacional e os lucros de exportação, ao mesmo tempo que criará oportunidades de emprego durante a construção e operação, além de funcionar como um catalisador do desenvolvimento na região da costa sul. Prevê-se que até 10,000 postos de trabalho diretos sejam gerados a partir dos projetos do Tasi Mane e mais de 50,000 postos de trabalhos indiretos possam ser criados com a transformação do setor petrolífero da extração para a industrialização.

Adicionalmente, o Projeto Tasi Mane irá gerar benefícios indiretos, influenciando um maior desempenho económico como resultado do fluxo para outros setores industriais. Os gastos efetuados pelos participantes do projeto, trabalhadores, Governo e beneficiários privados produzirão “efeitos multiplicadores” na medida em que as atividades económicas associadas ao projeto causarão um impacto na economia geral. O investimento em ativos físicos produtivos (tais como instalações de produção de energia eléctrica, estradas e aeroportos) e ativos sociais (como por exemplo, a melhoria nos serviços de educação e saúde) poderão igualmente beneficiar a economia através da maximização da produtividade dos fatores económicos. Um dos impactos significativos do projeto prende-se com as oportunidades que irá proporcionar aos negócios

locais. Estas oportunidades incluem a subcontratação de serviços como restauração, engenharia, segurança, fornecimento de combustível, serviços de gestão, profissionais e técnicos.

A TIMOR GAP foi mandatada pelo Governo para gerir e administrar o projeto Tasi Mane. A companhia irá apoiar a criação de indústrias e o desenvolvimento dos recursos humanos necessários a uma operacionalização eficiente do setor petrolífero.

Prevê-se que a construção destas infraestruturas básicas impulse e incentive investimentos comerciais em outros projetos incorporados no Tasi Mane. Isto irá transformar o caráter do atual setor petrolífero de Timor-Leste de uma dimensão simplesmente extrativa, permitindo a sua evolução para num setor petrolífero de cariz mais industrial e diversificado, incluindo o desenvolvimento da refinaria e indústria petroquímica de Betano e da fábrica de GNL em Beaço.

O Governo de Timor-Leste, enquanto proponente do projeto integrado Tasi Mane, irá financiar alguns destes projetos, assim como as infraestruturas básicas, como por exemplo, o aeroporto e a base logística do Suai. Os restantes projetos do Tasi Mane serão construídos com base em financiamento de projeto & outras formas de investimento privado.

Base Logística do Suai

A instalação da Base Logística do Suai (*Suai Supply Base* ou SSB) desempenha um importante papel no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do Governo, sendo

reconhecido como um projeto notável e um ponto de referência na costa sul.



Disposição das instalações da SSB

Considerando o disposto *supra*, que identifica as instalações da SSB como um dos projetos nacionais chave para Timor-Leste, o Governo, através do Ministério do Petróleo e dos Recursos Minerais, desenvolveu as fases de implementação dos projetos do Tasi Mane, o qual incorpora a construção das instalações logísticas e marítimas da base logística no Suai, situada em Camanasa, Município de Covalima. Adicionalmente, irá servir de apoio a todas as atividades petrolíferas conduzidas na Área Exclusiva de Timor-Leste, na Área

de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto (JPDA) e áreas adjacentes, assim como, às atividades de negócio comerciais e industriais.

Servirá igualmente como um ponto de entrada para acomodar a gestão da cadeia de abastecimento das atividades dos outros dois agrupamentos industriais, nomeadamente, a refinaria e complexo petroquímico de Betano e a fábrica de GNL de Beaço.



Disposição das instalações integradas do Suai (SSB, aeroporto, autoestrada e Nova Suai)

Adicionalmente, o Front-End Engineering and Design (FEED) da base logística foi concluído em 2010, abrangendo o seguinte:

- **Instalações terrestres** – edifícios de operações, armazéns cobertos, mini bases terrestres, parque de depósitos de combustível, depósitos de armazenagem de água, sistema de gestão de resíduos, zonas de estacionamento, instalações recreativas e comunitárias, entre outros;
- **Instalações marítimas** - três pontes-cais que consistem na ponte-cais principal, ponte-cais para barcaças e rampa para embarcações de desembarque, apoiadas por um posto de atracação de rebocadores, posto de acostagem para embarcações de passageiros e um quebra-mar com ligação à costa que irá facultar um abrigo das ondas, criando um porto calmo, seguro e protegido para as instalações;
- **Impacto social** - o agrupamento do Suai será uma plataforma impulsionadora e estipulante da criação de novas oportunidades de trabalho, gerando centenas de postos de trabalho, apoiando o desenvolvimento económico nacional, e melhorando potencialmente as competências da mão-de-obra local em áreas como o fabrico de aço, construção civil marítima, engenharia mecânica e elétrica, etc. Adicionalmente, prevê-se que outras indústrias não-petrolíferas, tais como a pesca comercial, sejam incorporadas nas instalações marítimas da SSB, particularmente na área leste do quebra-mar; e
- **Questões ambientais** – o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para a SSB foi realizado em 2012, incluindo as necessárias consultas públicas (“socialization”) relativas ao projeto. A **Licença Ambiental** foi concedida em 2013 e posteriormente renovada em junho de 2015.

Organização da Gestão do Projeto

A Organização da Gestão do Projeto da SSB, aprovada e estabelecida em 2016, detém o principal papel de, enquanto um grupo de trabalho interno, supervisionar e apoiar a consultora e empreiteiro do projeto da SSB.

Neste âmbito, é confiada à Organização a coordenação de todas as tarefas de supervisão e gestão, monitorização e controlo de qualquer atividade executada durante o período de pré-construção e construção da SSB até à conclusão e entrega das infraestruturas

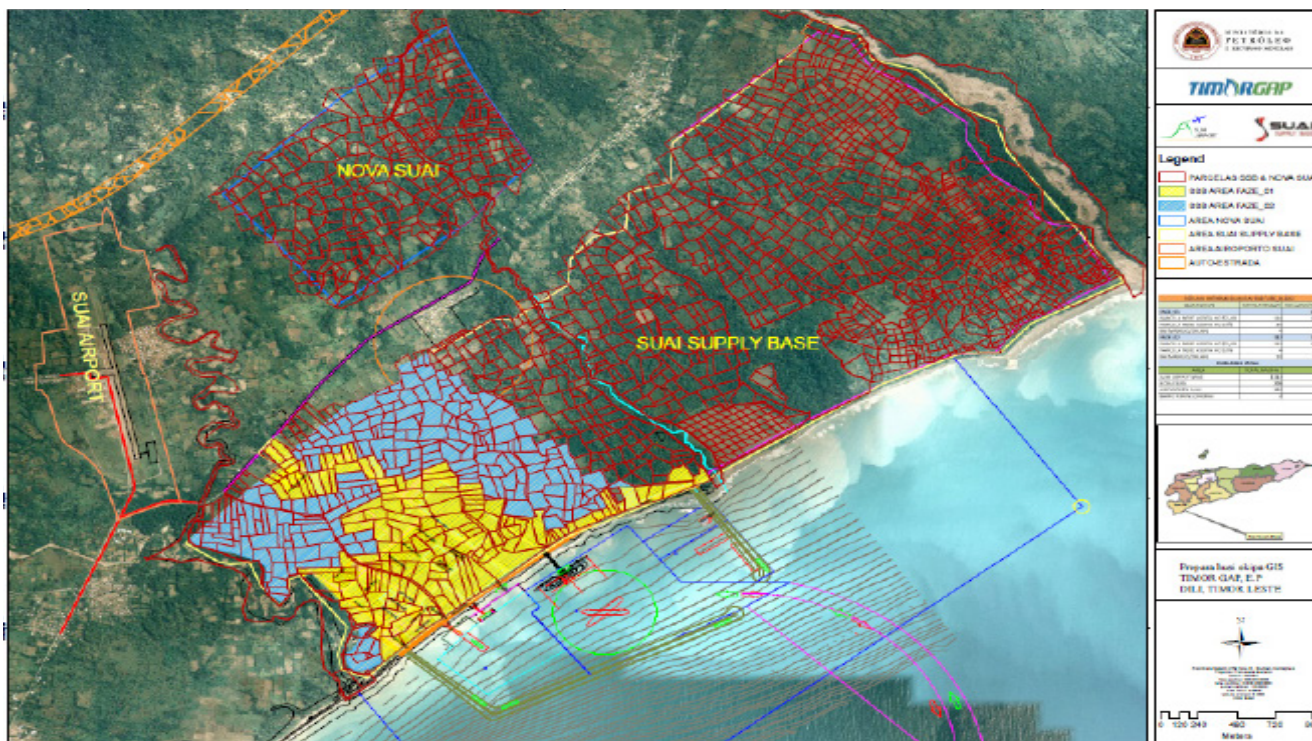
do projeto. Adicionalmente, a referida Organização é igualmente responsável por qualquer projeto no que respeita a questões administrativas e gestão de documentos do contrato, incluindo os trabalhos de supervisão com o objetivo de concretizar o estabelecimento de uma instalação de negócios da TIMOR GAP no Suai; é igualmente responsável por facilitar as atividades de coordenação interministeriais de apoio ao programa de construção do projeto da SSB, desde o processo inicial até à conclusão.

Processo de Aprovisionamento e Construção

O processo de aprovisionamento da SSB foi concluído quando a TIMOR GAP, em representação do titular do projeto (MPRM), e a Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA) submeteram o Contrato de Projeto e Construção para aprovação da Câmara de Contas previamente ao início da fase de construção do projeto da SSB. Contudo, em outubro de 2015, e na sequência do procedimento de verificação preliminar, a Câmara de Contas emitiu uma decisão de não aprovação do Contrato de Projeto e Construção.

Considerando o acima disposto, o Governo, através da aprovação do Conselho de Ministros, submeteu o recurso em novembro de 2015. O atraso na obtenção de uma resposta ao recurso submetido à Câmara de Contas resultou na desistência da Hyundai do Contrato de Projeto e Construção em 2016. Até ao momento, a aprovação do contrato da SSB ainda se encontra ao abrigo do processo de regulamentação da Câmara de Contas.

Apuramento de Títulos de Terras e Propriedades e Ligação com a Comunidade



Mapa das parcelas da SSB apuradas até ao final de 2016

No decorrer de 2016, a TIMOR GAP continuou com o processo de apuramento de títulos de terras e propriedades em estreita coordenação com a equipa interministerial (*Ekpa Konjunta Interministerial Alargado*), participando em várias reuniões, visitas de campo e consultas públicas com as autoridades locais, as relevantes partes intervenientes e a comunidade afetada. É essencial cumprir plenamente os critérios da disseminação de informação ao público e comunicar de forma precisa e rigorosa com a comunidade afetada para uma compreensão inequívoca do projeto da SSB e respetivo processo de identificação e compensação de títulos de terras e propriedades.

A primeira fase do pagamento da compensação de terras e propriedades teve início em 2014 com uma área total de 148 ha a ser apurada e prosseguiu em 2015 com o apuramento de uma área total de 178 ha. Em agosto de 2016, em coordenação com a Direção

Recalendarização do Plano de Ação

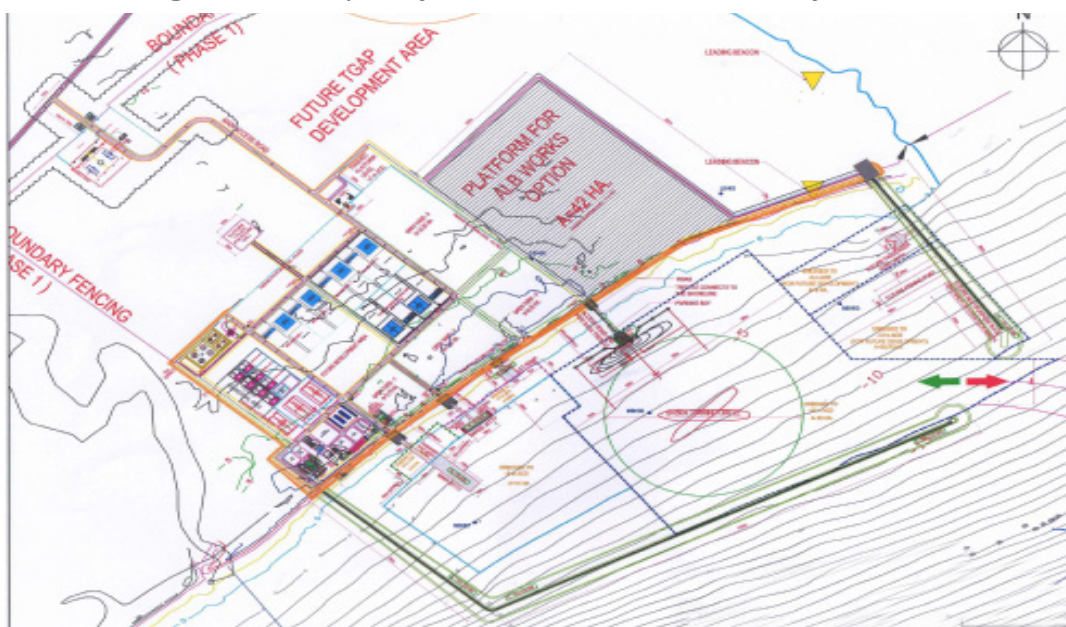
Nos termos da Resolução do Governo n.º 19/2014, de 24 de julho, o Conselho de Ministros aprovou a recalendarização do Plano de Ação do Projeto da Base Logística do Suai, da qual resultaram alterações e adições ao âmbito das obras inicialmente proposto para o Contrato de Projeto e Construção a fim de integrar e responder às necessidades das instalações marítimas previamente planeadas para a refinaria de Betano, que incluem um posto de atracação adicional para cargas líquidas, obras de dragagem, um aumento dos trabalhos no terreno e realocação do quebra-mar principal. Em outubro de 2015 e no seguimento da aprovação

Nacional de Terras & Propriedades e Serviços Cadastrais, uma reunião e visita de campo foram realizadas pela TIMOR GAP com o intuito de proceder à assinatura dos contratos com os beneficiários que decidiram alterar a opção de receber uma quota de 10% dos lucros do projeto para a opção de vender as suas terras (opção dos “\$3”). Os beneficiários que assinaram os contratos representam 23 parcelas de terras, com uma área total de 22.16 hectares.

No final de 2016, foi apurada uma área total de 348.16 hectares de 1,113 hectares.

Paralelamente ao processo de apuramento de títulos de terras e propriedades, foi definido e elaborado um programa de formação e desenvolvimento de competências para a fase de construção da SSB destinado à comunidade.

do Conselho de Ministros, o Governo e a Eastlog, a consultora do projeto, celebraram a Alteração n.º 2 ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de modo a englobar a alteração ao âmbito das obras a ser executadas, que implicará um acréscimo no *quantum* e o nível de recursos de engenharia destinados à supervisão das obras, assim como um aumento subsequente na duração do período de construção nos termos do Contrato de Projeto e Construção. Posteriormente, a Alteração n.º 2 foi submetida à Câmara de Contas para aprovação, tendo a mesma sido concedida a 9 de março de 2016.



Revisão do plano de ação geral da SSB, com uma ponte-cais adicional para líquidos e dragagem a -14m ACD

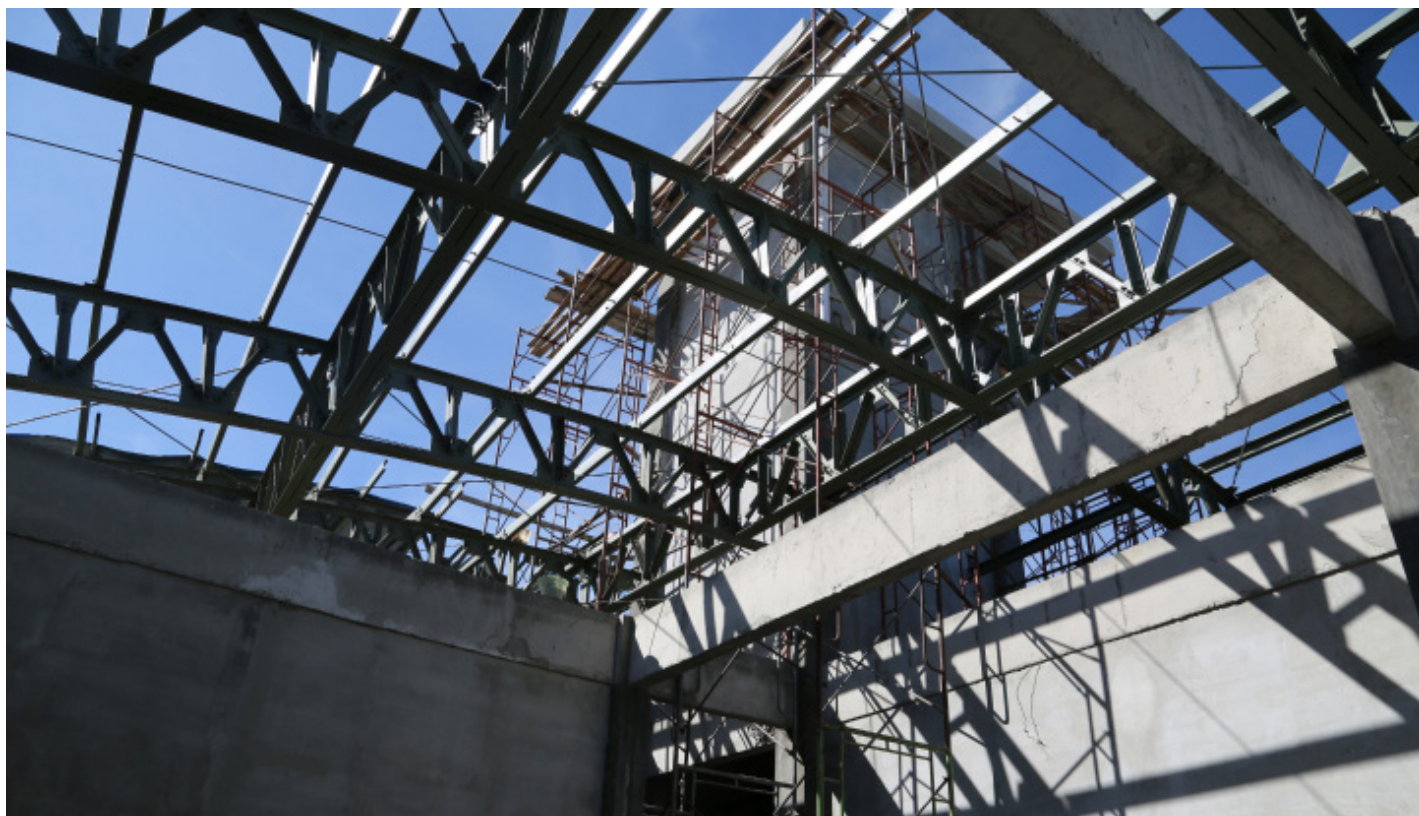
Projeto de Decreto-Lei sobre Produtos Explosivos Comerciais

Na sequência do processo iniciado em 2015, um grupo de trabalho composto pela TIMOR GAP, MPRM e Ministério do Interior concluiu, no final do mesmo ano, uma versão final do “Projeto de Decreto-Lei sobre a Importação, Transporte, Armazenagem e Utilização de Produtos Explosivos para a Implementação de Projetos de Interesse Público”. Este Projeto de Decreto-Lei estabelece as normas, regras e procedimentos especiais de segurança a que devem obedecer a importação, transporte, armazenagem e utilização de produtos explosivos comerciais em projetos de interesse público. A Base Logística do Suai, constituindo-se como um exemplo de um projeto de interesse público devido à

sua natureza e dimensão, irá requerer o emprego de materiais explosivos durante a fase de construção, particularmente no que diz respeito à gestão de detonações em pedreiras.

No final de 2016, a TIMOR GAP entregou o projeto de decreto-lei à ANPM, como a entidade capaz de coordenar a utilização de produtos explosivos comerciais nas atividades mineiras, e a ANPM irá assumir o papel de continuar a coordenação dos trabalhos do grupo de trabalho a fim de finalizar o referido projeto de decreto-lei. A TIMOR GAP continuará ativamente envolvida nos trabalhos realizados no âmbito do projeto de decreto-lei e apoiará a conclusão do mesmo.

Reabilitação do Aeroporto do Suai



Infraestrutura do Principal Terminal

O atual aeroporto do Suai, localizado entre Matai e Holbelis, distrito de Covalima, está classificado como um aeroporto distrital e será reabilitado de modo a permitir a expansão dos serviços de transporte de passageiros e mercadorias. As principais características da sua reabilitação serão uma pista de 1.5 km e um novo terminal com instalações para a alfândega e imigração,

quartel de bombeiros e heliporto com instalações de serviços aéreos de ambulância Medivac.

O projeto do aeroporto tem como base as normas da Organização de Aviação Civil Internacional (*International Civil Aviation Organization* ou ICAO), e a sua reabilitação tem como principal objetivo permitir a realização de

operações seguras de aeronaves ligeiras e helicópteros de apoio às atividades petrolíferas e às operações da base logística, beneficiando as companhias a operar em plataformas de petróleo e gás, o Projeto Tasi Mane, e as comunidades residentes na área da costa sul. Com o novo aeroporto múltiplos serviços serão estabelecidos, tais como controlo de tráfego aéreo, restauração, manutenção, serviços de bombeiros, serviços meteorológicos, transportes, segurança, assistência aos passageiros, comunicações, empresas de fornecimento de combustível, possibilitando deste modo a criação de inúmeros postos de trabalho.

Estabelecida em 2015, a Unidade de Gestão do Projeto

Progresso de Construção do Aeroporto do Suai

A construção teve início em maio de 2014 e prevê-se a sua conclusão em maio de 2017, alcançando um progresso físico na ordem dos 63,62% no final de 2016.

A PT. Waskita Karya, a empresa responsável pela construção

é constituída por representantes do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (através da TIMOR GAP) e pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, estando responsável pela supervisão e monitorização da reabilitação do aeroporto e do processo de apuramento de títulos de terras e propriedades.

O processo de compensação de terras e propriedades para o aeroporto do Suai e respetivas infraestruturas de apoio foi maioritariamente concluído em 2015.

do projeto sob a supervisão da Jurutera Perunding Zaaba SDN, Bhd. Ltd, emprega um total de 371 trabalhadores, dos quais 20% são contratados em conformidade com o disposto nos requerimentos do conteúdo local previsto para este ano.



De cima para baixo, da esquerda para a direita: Pista; Pista de Acesso A; Placa de Estacionamento Flexível



De cima para baixo, da esquerda para a direita: Terminal Principal; Edifício de ATCT; Edifício de AFRS; Hangar

Construção de Infraestruturas de Apoio à Reabilitação do Aeroporto do Suai



Crianças da comunidade de Lohorai no novo bairro residencial

A fim de permitir a planeada reabilitação e expansão do aeroporto do Suai, está prevista a construção de um novo bairro residencial para realojar a comunidade oriunda das aldeias de Lohorai e Holbelis afetadas pelo projeto.

Neste âmbito, a Community Housing Limited (CHL) Industries, Unipessoal Lda foi adjudicada para desenvolver um plano geral e desenho arquitetónico das habitações, concluído em inícios de 2014 e seguido da assinatura do contrato de construção das infraestruturas de apoio à reabilitação do aeroporto do Suai em dezembro de 2014 para a comunidade de Lohorai.

O projeto prevê a construção de 72 novas habitações a serem construídas em duas fases. A primeira fase comporta a construção de 25 novas habitações, com acessos rodoviários e sistema de drenagem, destinadas à comunidade afetada a residir na área do Terminal Principal. As obras de construção tiveram início em 2015 e foram concluídas em inícios de 2016, com a realização de uma cerimónia a 8 de fevereiro, na qual S. Exa. Secretário de Estado de Terras e Propriedades simboli-

camente entregou as 25 habitações à comunidade. O novo bairro residencial proporciona boas condições de habitação, oferecendo saneamento básico, eletricidade, acesso rodoviário, sistema de abastecimento de água e um ambiente confortável, maximizando os benefícios das propriedades térmicas da construção em *tijolu kesi* (tijolos de solo produzidos localmente).

Além das obras de construção, o âmbito do projeto de construção prevê igualmente a provisão de formação no local de trabalho facultada aos 200 trabalhadores locais empregados durante o período de construção. Neste sentido, foi estabelecido um Centro de Formação para a Produção e Construção, com o propósito de produzir materiais de construção locais, enquanto proporciona formação alusiva à produção e construção utilizando predominantemente os materiais de construção supra-mencionados.

As restantes 47 habitações estão de momento em construção, com um progresso geral de 93.74%, estando prevista a sua conclusão em inícios de 2017.



De cima para baixo, da esquerda para a direita: Novas habitações da comunidade afetada; Restantes habitações em construção; Via rodoviária de acesso; Sistema de drenagem



Vista panorâmica das infraestruturas de apoio à reabilitação do aeroporto do Suai

Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano

Localizado na costa do Distrito de Manufahi, a aproximadamente 70 km do sul de Díli, a Refinaria de Petróleo e Complexo Petroquímico de Betano estão planeados como o segundo agrupamento industrial do Projeto Tasi Mane, com o propósito de converter condensado, transportado para o local a partir dos campos do Mar de Timor, numa variedade de combustíveis e outros produtos. Prevê-se que o projeto torne Timor-Leste autossuficiente no que respeita ao fornecimento de gasolina sem chumbo e diesel, com espaço para satisfazer o crescimento da procura.

A refinaria dispõe de uma área de aproximadamente 230 hectares. O principal complexo da refinaria consiste na unidade de processamento e unidades de apoio, tais como unidades de utilidades, unidade de tratamento de resíduos, depósitos, água para o combate de incêndios e aterro destinado à gestão de resíduos sólidos. O complexo disporá de instalações de apoio, como por exemplo, Armazéns, Edifício de Operações, Edifício de Administração, Laboratório, Gabinete de Segurança e Combate a Incêndios e Refeitório. A água destinada às operações da refinaria será canalizada para o local a partir de uma fonte hídrica situada a 10 km da refinaria.



Disposição da refinaria e complexo petroquímico de Betano

A fase inicial da fase de desenvolvimento irá estabelecer uma refinaria para produção de combustíveis para consumo doméstico (diesel, gasolina, GPL e Nafta), a serem utilizados tanto a nível local como para exportação. A capacidade de produção inicial é de 30 mil barris por dia (kbpd) com uma capacidade máxima de 40kbpd.

O desenvolvimento da refinaria será apoiado pela construção de uma nova cidade, Nova Betano, com uma capacidade para acomodar até 14,500 funcionários,

empreiteiros e respetivas famílias, abrangendo uma área de aproximadamente 1,065 ha. A atual pista de Betano será reabilitada, elevando-se ao estatuto de aeroporto regional com uma nova pista e instalações do terminal.

O agrupamento da refinaria em Betano será concretizado através de uma parceria comercial, na qual a TIMOR GAP desempenhará um papel de condutor para o desenvolvimento.

Estudo de Impacto Ambiental

Nos termos do Memorando de Entendimento (MoU) assinado ente a TIMOR GAP e a PTT Tailândia, as duas empresas realizaram em colaboração os estudos de viabilidade para o projeto da Refinaria de Betano, que englobam o Front-End Engineering Design (FEED) & Estimativa de Custos, Topografia, Estudo de Desenvolvimento do Terreno, Estudo de Mercado e Estudo de Impacto Ambiental/Avaliação do Impacto na Saúde. Neste âmbito, a TIMOR GAP e a TEAM Consulting celebraram um Contrato de Prestação de Serviços para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano em inícios de 2016, seguindo-se a Reunião de Lançamento (*kick-off*) e a aprovação do Plano de Execução do Projeto.

A recolha de dados em campo foi realizada pela TEAM Consulting e apoiada pela TIMOR GAP e líderes da

comunidade local. Em conformidade com os pré-requisitos dos regulamentos do EIA, consultas públicas foram efetuadas em março com Agências Governamentais e Organizações Não-Governamentais (ONG), e posteriormente com a comunidade afetada pertencente às Aldeias Ferik Sare, Selihasan, Be-Metan, loro & Raifusa, Aldeia Ainaro kiik (Bobe & Bonuc), Cassa, Vila do Suai e Zumalai.

Após a devida revisão efetuada pela Consultora e a TIMOR GAP, os relatórios finais do Plano de Gestão Ambiental e Declaração de Impacto Ambiental foram submetidos em 16 de agosto à Direção Nacional de Controlo de Poluição e Impacto Ambiental (DNCPIA) para aprovação.

Prevê-se que a Licença Ambiental seja emitida em 2017.

Identificação de Títulos de Terras e Propriedades

Ao longo de 2016, a TIMOR GAP prosseguiu com a identificação de títulos de terras e propriedades referente ao local da refinaria de Betano em estreita coordenação com a equipa interministerial.

Após a conclusão das fases de identificação e socialização em 2015, a publicação dos resultados da identificação de títulos de terras e propriedades para a comunidade afetada foi realizada em inícios de 2016 em duas localizações distintas, nomeadamente, no local da

refinaria e no gabinete da Direção Nacional de Terras e Propriedades em Manufahi, por um período de 30 dias cada. À luz dos resultados obtidos com a publicação dos resultados e subseqüentes reclamações, a reverificação da base de dados relativa à identificação de títulos de terras e propriedades foi realizada, resultando na publicação da reverificação dos resultados com um total de 159 parcelas. Um total de 62 ha foram identificados como terreno vazio, fluvial e montanhoso considerado como propriedade estatal.



Mapa da área da barragem

Além dos títulos de terras e propriedades, dados respeitantes a 35 habitações, 11 animais domésticos & estábulos e plantações foram recolhidos, confirmados, publicados e considerados para a fase de compensação. No que concerne à barragem a ser construída de modo a providenciar água às operações da refinaria, os resultados da reverificação de dados da área de 8

ha em Ferik-Saren, onde está prevista a edificação da mesma, foi identificada como zona fluvial e, portanto, considerada como um terreno vazio administrado pelo Estado, exceto as plantações (teca & gamelina) reconhecidas como propriedade da comunidade e divididas em 3 parcelas.



Mapa dos resultados da reverificação

Avaliação de Investimento para o Projeto

A Decisão Final de Investimento para a refinaria de Betano está ainda a ser ponderada. O projeto da refinaria requer uma solução de financiamento e um plano de desenvolvimento, pelo que a TIMOR GAP continua a investir na procura de soluções de financiamento e potenciais investidores, além da parceria com a

PTT Tailândia.

Relativamente à matéria-prima destinada à refinaria, o projeto está a aguardar a produção de condensado do campo de Bayu-Undan e, nos anos vindouros, do Greater Sunrise e de outros campos presentes no Mar de Timor e no *onshore*.

Fábrica de GNL de Beaço



Mapa do Complexo de GNL de Timor-Leste

O Governo de Timor-Leste visa desenvolver o gás proveniente do campo do Greater Sunrise através da construção de um gasoduto submerso até ao *onshore* de Timor-Leste, e com o estabelecimento de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) a fim de se proceder ao seu processamento na costa sul de Beaço, em Viqueque (a cerca de 200 km a sudeste de Díli).

A primeira fase do desenvolvimento da Fábrica de GNL terá uma capacidade de produção de 5 milhões de toneladas por ano (Mtpa) ou uma unidade de liquefação (*train*), com uma possível expansão futura para uma capacidade de 20 Mtpa ou quatro unidades de lique-

fação.

Este agrupamento incorporará o complexo da Fábrica de GNL, incluindo as associadas instalações marítimas, assim como os novos desenvolvimentos urbanos. O aeroporto existente em Viqueque será reabilitado de modo a dispor de capacidade para operar deslocamentos "fly-in-fly-out" (FIFO) dos operadores de GNL, servindo igualmente como um aeroporto regional. Ambos os estudos do Front End Engineering Design (FEED) para o Gasoduto e Instalações Marítimas foram concluídos em 2013, enquanto que o estudo pre-FEED para a Fábrica de GNL foi concluído em 2016.

Pre-Front End Engineering Design (Pre-FEED) da Fábrica de GNL

Em 2015, o Governo, através do MPRM, celebrou um contrato com a Amec Foster Wheeler (AFW) com sede em Reading, Reino Unido, nos termos do qual o MPRM contratou a AFW para elaborar o Pre-Front End Engineering Design (Pre-FEED) para o projeto da Fábrica de GNL. A TIMOR GAP foi responsável pela supervisão do projeto em nome do MPRM.

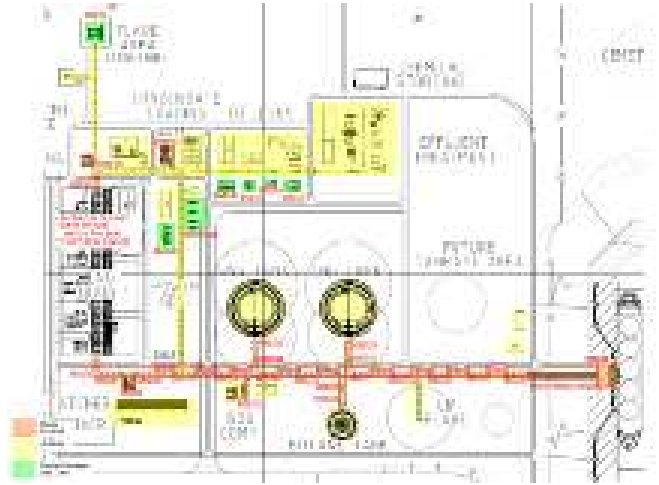
O estudo do Pre-FEED teve início em meados de 2015, demorando aproximadamente 8 meses a ser concluído.

Após a sua conclusão no início de 2016, os relatórios finais do estudo foram apresentados através de uma série de apresentações e *workshops* realizados nos escritórios da TIMOR GAP no final de janeiro de 2016.

Os principais resultados obtidos com o estudo incluem configurações de processamento e instalação abrangendo soluções técnicas de baixo risco, estratégias de contratos de alto nível para Engenharia, Aprovisionamento e Comissionamento (EPC), cronograma e estima-

tivas de custos. O núcleo da Fábrica de GNL reside na Unidade de Liquefação e a tecnologia a adotar no processo de liquefação consiste no método que recorre ao Refrigerante Misto Pré-refrigerado com Propano - ou geralmente designado de C3MR – apoiado por duas turbinas a gás industriais Frame -7, enquanto o principal motor dos compressores de refrigeração. A seleção

da tecnologia C3MR é consistente com a filosofia de Timor-Leste subjacente ao projeto de GNL dado que se trata de uma tecnologia comprovada e adotada por cerca de 70% ou dois terços das Fábrica de GNL a nível mundial que atualmente se encontram em operação ou em construção.



Disposição da fábrica de GNL

Curso de Língua Inglesa para a Comunidade de Beaçõ pela Science of Life (SOLS)



Várias atividades do curso de inglês da SOLS English na comunidade de Beaçõ

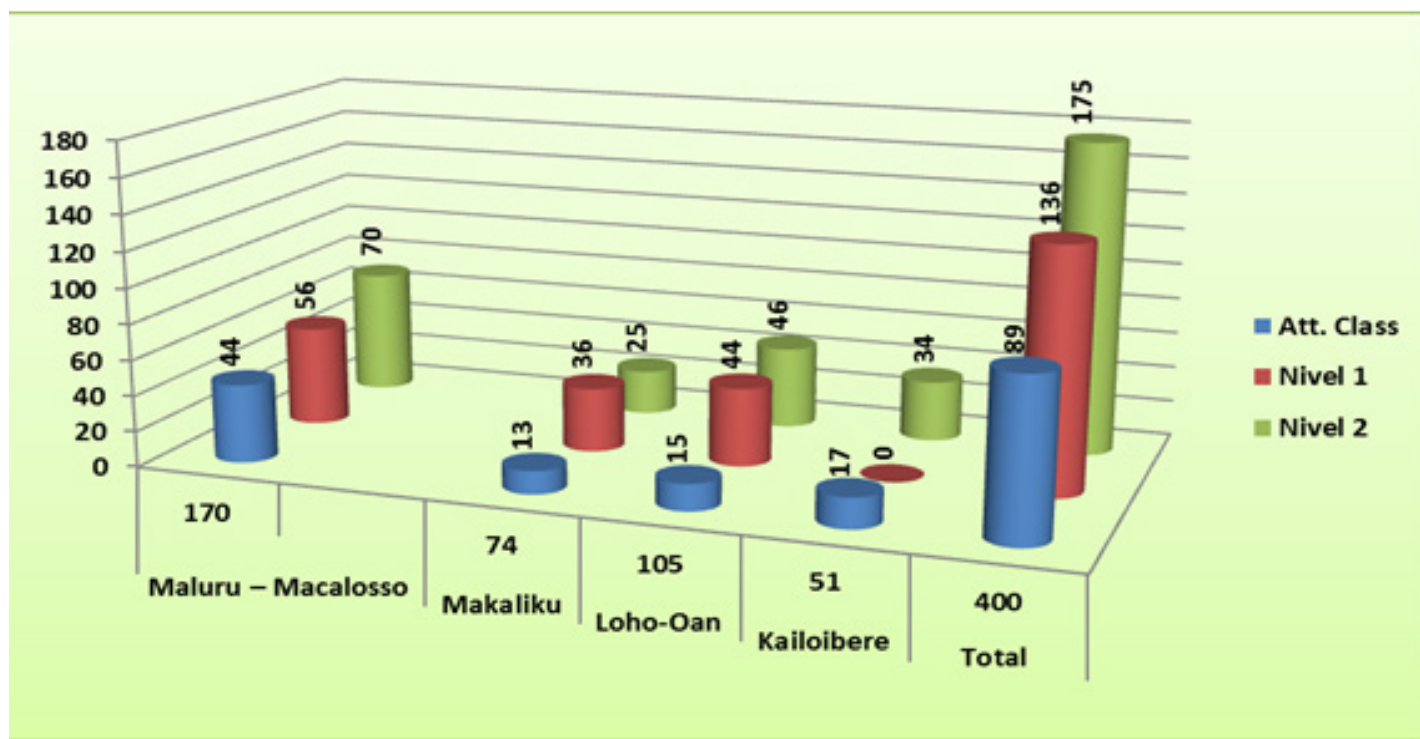
Continuamos a apoiar-nos nos recursos humanos como parte da preparação para a implementação dos projetos do Tasi Mane. Neste âmbito, o Governo, através do MPRM, lançou vários programas de formação com o intuito de maximizar a participação do conteúdo local no decorrer da implementação destes projetos.

O Curso de Língua Inglesa é um exemplo de um dos programas que o MPRM promove a fim de melhorar as competências linguísticas da comunidade afetada pelos projetos do Tasi Mane. Em julho de 2014, um grupo constituído por representantes da comunidade de Beço realizou uma visita de campo ao Suai para um estudo comparativo com o propósito de obter uma melhor compreensão da preparação e desenvolvimento dos cursos de informática e de língua inglesa facultados pela Science of Life Studies (SOLS 24/7) à comunidade local. Reconhecendo os benefícios logrados destes cursos no Suai, a comunidade solicitou a implementação de um programa de formação de língua inglesa semelhante em Beço.

Após várias discussões e preparações efetuadas ao longo de 2015, no dia 19 de janeiro de 2016, foi inaugurada a Fase 1 do Curso de Língua Inglesa para Beço pelo MPRM em colaboração com a TIMOR GAP, autoridades locais e representantes dos veteranos, entre outras autoridades governamentais.

Contando com 320 estudantes inscritos, este curso foi conduzido pela SOLS 24/7 em quatro centro distintos, dos quais um centro para as Aldeias Maluru e Makaloso, e três centros nas Aldeias Loho-Oan, Kailoi-Bere e Makaliku. A cerimónia de graduação da Fase 1 do Curso de Língua Inglesa decorreu no dia 15 de outubro de 2016.

A Fase 2 do Curso de Língua Inglesa teve início em agosto com 400 formandos inscritos, o que representa um aumento de 25% comparativamente à anterior Fase 1.



Número de estudantes matriculados na Fase 2 do curso de inglês

Autoestrada

Com o propósito de ligar os três agrupamentos e apoiar o crescimento da indústria petrolífera, está previsto que a estrada ao longo da costa sul seja construída por etapas de acordo com as necessidades logísticas e económicas.

Desenvolvimento da Autoestrada

A autoestrada disporá de quatro faixas de rodagem (duas em cada direção). Cada faixa tem 3.6m de largura, com uma largura de pavimentação total de cerca de 26m e um comprimento total de 155.7km.

A autoestrada será dividida em quatro secções:

- 1) Suai – Fatucaí /Mola - 30.4 km
- 2) Fatucaí/Mola – Betano - 34.3 km
- 3) Betano – Clacuc - 34.5 km



O limite de velocidade é de 100km/h em áreas planas e de 60 km/h em áreas montanhosas, com a duração da viagem entre o Suai e Beaço estimada em aproximadamente 2 horas. A autoestrada inclui 28 pontes principais com um comprimento total de 5.661 metros e um total de 240 passagens hidráulicas (199 passagens do tipo de conduta de betão armado e 41 do tipo de caixa de betão armado).

Estabelecida em 2015, a Unidade de Gestão de Projeto é constituída por representantes do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (através da TIMOR GAP) e Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sendo-lhe confiada a supervisão e monitorização da construção da primeira fase do projeto da Autoestrada.

Apuramento de Títulos de Terras e Propriedades

Em 2016, a TIMOR GAP continuou a registar progressos constantes na concretização do processo de identificação e compensação de títulos de terras e propriedades para a fase I do projeto da autoestrada (troço 1: Suai – Zumalai), em estreita colaboração com a equipa interministerial.

Além dos contratos assinados ao longo de 2015, contratos adicionais foram assinados entre a Direção Nacional de Terras & Propriedades e Serviços Cadastrais e os respetivos proprietários de terras e propriedades, nomeadamente:

- Suco Debos: 62 contratos de terras e propriedades e 2 contratos de pecuária
- Suco Ogues: 49 contratos de terras e propriedades e 2 contratos de pecuária
- Área de Realinhamento de Wemon:
 - Suco Tashilin: 22 contratos de terras e propriedades
 - Suco Beco: 172 contratos de terras e propriedades e 1 contrato de pecuária

Todos os contratos e outros documentos relevantes foram submetidos ao Secretariado dos Grandes Projetos (SGP) e à Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA) para aprovação. No total, 102 beneficiários oriundos do Suco Debos e Suco Ogues, e 136 beneficiários da área de realinhamento usufruíram da identificação de títulos de terras e propriedades, tendo sido efetuado o respetivo pagamento aos referidos beneficiários através do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL).

O processo de identificação de terras e propriedades para a área de realinhamento de Wemon teve início este ano, com a recolha de dados a totalizar 121 parcelas, equivalentes a uma área total de cerca de 41.80 hectares de 4 km, seguida da publicação dos supra dados e mapas. Com a publicação de dados e mapas, reclamações e disputas de terras foram levantadas e,

posteriormente, resolvidas em tempo útil.

Além da identificação e compensação de títulos de terras, a equipa interministerial efetuou igualmente o processo de socialização e negociação para a estimativa do custo de habitações com os respetivos proprietários. Das 23 habitações privadas diretamente afetadas pelo projeto da Autoestrada, 11 proprietários cujas habitações se localizam na área de construção do troço 1 da Autoestrada aceitaram a estimativa de custo e assinaram um contrato com a DTPSC, Covalima, na qualidade de representante do Governo, procedendo-se com os mecanismos de compensação, enquanto as restantes habitações ainda se encontram na fase de negociação. Os contratos assinados foram submetidos ao SGP e CNA para aprovação e pagamento aos referidos beneficiários foi efetuado através do BNCTL.



De cima para baixo, da esquerda para a direita: Identificação de títulos de terras e propriedades; Publicação do mapa e dados para a comunidade afetada da área de realinhamento de Wemon

Obras de Construção

No seguimento do concurso para a construção da autoestrada e sua supervisão, o contrato de construção para a fase I do projeto da autoestrada foi adjudicado à China Overseas Engineering Group Co.,Ltd. em parceria

com a China Railway First Group Co., Ltd. (COVEC-CRFG JV). As obras de construção tiveram início em 2016 após a entrega das terras destinadas às secções I, II e III, alcançando um progresso de 15.67% no final do ano.



De cima para baixo: Aterro rodoviário; Construção de pilares para ponte; Construção de “caixa de trânsito” (traffic box)

05 Área de Desenvolvimento Petroliífero Conjunto e Greater Sunrise

Além do desenvolvimento das atividades petrolíferas e da gestão dos projetos referidos nas secções anteriores relativas ao Tasi Mane, a TIMOR GAP, enquanto companhia nacional de petróleo, está envolvida na visão do Governo de construir um gasoduto do campo Greater Sunrise para Beçoço na costa sul de Timor-Leste, bem como na construção de uma fábrica de GNL de processamento de gás natural onshore.

Os campos de gás e condensado de Sunrise e Trouba-

dour, coletivamente apelidados de Greater Sunrise, estão localizados no Mar de Timor, 140 km a sudeste de Timor-Leste e 450 km a noroeste da Austrália. Estes campos foram descobertos em 1974.

A nossa empresa presta assessoria e participa na Comissão Conjunta e na Comissão do Sunrise, em conjunto com os representantes do Governo de Timor-Leste, da Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM) e da Austrália.

Comissão Conjunta

O **Tratado do Mar de Timor** foi assinado com a Austrália no dia da independência de Timor-Leste, a 20 de maio de 2002. A alínea c, do artigo n.º 6, do Tratado prevê a constituição de uma Comissão Conjunta para estabelecer as políticas e regulamentos relativos às atividades petrolíferas na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto, a qual é administrada conjuntamente por Timor-Leste e pela Austrália, e para supervisionar o trabalho da Autoridade Nomeada (ANPM).

A Comissão Conjunta é constituída por dois comissários nomeados por Timor-Leste e um comissário nomeado pela Austrália, sendo que todos podem ser representados por um substituto por si nomeado. A Comissão

reunirá regularmente com uma periodicidade trimestral e as reuniões poderão ser solicitadas pelos Comissários de ambos os países ou pela ANPM.

O Presidente & CEO da TIMOR GAP, o Sr. Francisco da Costa Monteiro, é um dos membros da Comissão Conjunta do Tratado do Mar de Timor. O Sr. António de Sousa, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração da TIMOR GAP, é igualmente Comissário da JPDA de Timor-Leste. Os Comissários suplentes são o Sr. Vicente Lacerda e o Sr. Domingos Lequi Siga, que são membros da Direção Executiva e Diretores da TIMOR GAP.



REUNIÕES DA COMISSÃO CONJUNTA REALIZADAS EM 2016

- 45ª reunião da Comissão Conjunta nos dias 7 e 8 de abril, em Adelaide
- 46ª reunião da Comissão Conjunta no dia 14 de setembro, em Díli

À semelhança do ano anterior, Timor-Leste salientou que as reuniões da comissão não prejudicam a arbitragem do Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar

de Timor (Certain Maritime Arrangements in the Timor Sea ou CMATS) e discussões do Governo para o Governo.

Comissão do Sunrise

O Acordo Internacional de Unitização (*International Unitization Agreement* ou IUA), celebrado em março de 2003 entre Timor-Leste e a Austrália, refere-se à unitização dos Campos de Sunrise e Troubadour. O IUA de Sunrise permite a exploração destes dois campos de petróleo e gás localizados no Mar de Timor, denominados conjuntamente de Greater Sunrise, como uma única unidade de reserva.

O acordo entrou em vigor em fevereiro de 2007 e o artigo n.º 9 prevê a constituição de uma Comissão do Sunrise para facilitar a implementação do acordo que se reunirá para abordar questões relacionadas com a pesquisa e produção de petróleo na área da unitização.

Enquanto a Comissão Conjunta é composta por dois comissários de Timor-Leste e um comissário da Austrália, a Comissão do Sunrise é composta por um comissário de Timor-Leste e dois comissários da Austrália.

O Presidente & CEO da TIMOR GAP, Sr. Francisco Monteiro, representa Timor-Leste na Comissão do Sunrise, e o Sr. António de Sousa (Vice-Presidente) é o Comissário suplente.

A última reunião da Comissão do Sunrise teve lugar em 2015 e, desde então, não se realizaram outras reuniões até ao final de 2016.



Dream BIG



06 Governação

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão máximo da TIMOR GAP, responsável por definir diretrizes, políticas e pela gestão.

O Conselho de Administração da TIMOR GAP é composto por um Presidente e 3 outros membros. O Presidente do Conselho de Administração é nomeado pelo membro do Governo responsável pelo setor do petróleo, mediante aprovação do Conselho de Ministros. Em 2011, o Sr. Francisco Monteiro foi nomeado Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Direção Executiva (Chief Executive Officer ou CEO) para um mandato de 4 anos. Em 2015, o mandato foi prorrogado por igual período findo a outubro de 2019.

Os restantes Membros do Conselho de Administração foram igualmente nomeados em outubro de 2011, logo após o estabelecimento da TIMOR GAP: Sra. Norberta Soares da

Costa, Sr. Dino Gandara e Sr. António de Sousa, igualmente nomeado Vice-Presidente em setembro de 2014.

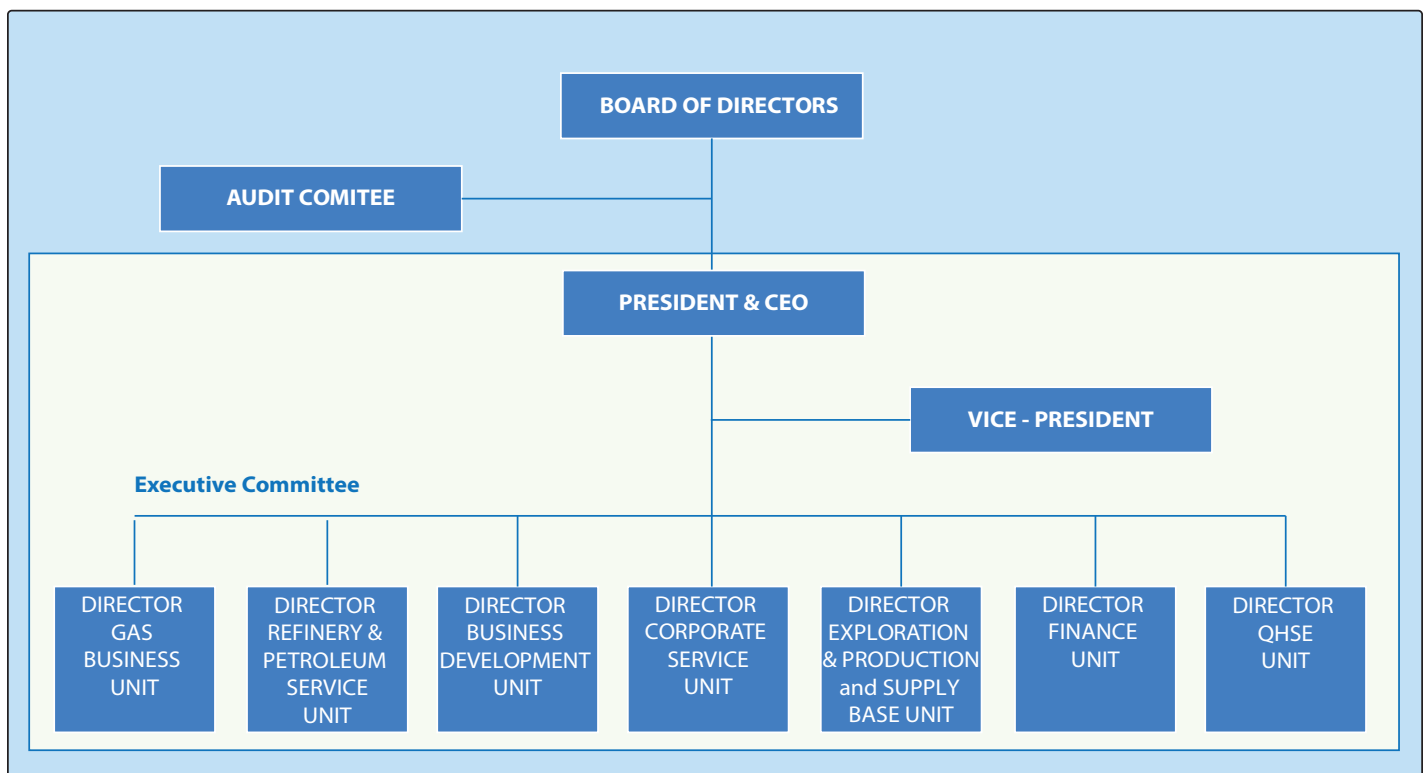
Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 31/2011, o Conselho de Administração é responsável pela direção e gestão da empresa, competindo-lhe, entre outras, as seguintes funções:

- Definir a orientação geral dos negócios da TIMOR GAP e aprovar estratégias, planos plurianuais, orçamentos, bem como aprovar a participação em operações petrolíferas, projetos relacionados, participação em Contratos de Partilha de Produção e constituição de subsidiárias;
- Definir as políticas globais (comercial, financeira, de investimentos, de meio ambiente, de recursos humanos);
- Nomear e supervisionar a Direção Executiva.

Direção Executiva

A Direção Executiva da TIMOR GAP é o órgão corporativo que exerce a gestão das atividades correntes de acordo com

os objetivos e estratégias do Conselho de Administração



Organograma da TIMOR GAP

A Direção Executiva é constituída pelo Presidente da Direção Executiva (*Chief Executive Officer* ou CEO), que exerce igualmente a função de Presidente do Conselho de Administração. Os outros membros são o Vice-Presidente e os cinco Diretores Executivos das nossas unidades de negócio:

Presidente & CEO

Sr. Francisco da Costa Monteiro

Vice-Presidente

Sr. António de Sousa

Diretor da Unidade dos Serviços Corporativos

Sra. Jacinta Paula Bernardo

Diretor da Unidade de Desenvolvimento de Negócios

Mr. Luís Martins

Diretor da Unidade de Pesquisa & Produção e Base Logística

Sr. Vicente Lacerda

Diretor da Unidade de Refinaria e Serviços Petrolíferos

Sr. Vicente Pinto

Diretor da Unidade de Negócios de Gás

Sr. Domingos Lequi Siga

Diretor da Unidade de Finanças

Sr. Henrique Monteiro

Diretor da Unidade de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente

(Vago)

Na secção seguinte são sucintamente apresentados os Membros do Conselho de Administração e da Direção Executiva da TIMOR GAP



“Nós valorizamos e acrescentamos valor aos nossos recursos”



Francisco Monteiro

Presidente & CEO

Em 2003, o Sr. Francisco Monteiro obteve um Mestrado em Geologia pela Universidade de Auckland, Nova Zelândia e foi doutorando de Geologia do Petróleo na Australian School of Petroleum, na Universidade de Adelaide. O Sr. Monteiro detém mais de 14 anos de experiência nas áreas da geologia, minerais, petróleo e gás, definição de políticas sectoriais, bem como gestão e administração na área do petróleo e recursos minerais. O Sr. Monteiro desempenha a função de Presidente & CEO da TIMOR GAP desde a sua criação em 2011. É igualmente o Comissário para a Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto desde 2007, e Comissário de Timor-Leste para o Greater Sunrise desde 2008. Em 2012, foi nomeado pelo Primeiro-Ministro como membro do Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero.



António de Sousa

Vice Presidente - Perfuração e Tecnologia, Novos Empreendimentos

O Sr. António de Sousa graduou-se em 1998 com um bacharelato em Engenharia Mineira pela ITB, Bandung, Indonésia, especialização em Mecânica de Rochas e, em 2007, obteve um Mestrado em Engenharia do Petróleo pela NTNU, Trondheim, Noruega – Especialização em Engenharia de Jazidas/Simulação. O Sr. Sousa detém mais de 18 anos de experiência na área do petróleo e gás e é especializado em Engenharia de Jazidas/Simulação, geomecânica, gestão, e definição de políticas sectoriais. Ele desempenhou a função de Engenheiro de Jazidas/Simulação, no North Sea Non Operated Assets, Subsurface Department, Premier Oil Plc na Escócia, Reino Unido. O Sr. Sousa é um dos Comissários de Timor-Leste para a Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto desde 2007, e Comissário de Timor-Leste do Greater Sunrise desde 2008. Foi nomeado Vice-Presidente da TIMOR GAP em setembro de 2014.



Norberta da Costa

Membro do Conselho de Administração

A Sra. Norberta Costa licenciou-se em Geologia pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 2008. Ela detém 7 anos de experiência profissional envolvendo as áreas de minerais, petróleo e gás, definição de políticas sectoriais, gestão e administração no sector do petróleo e recursos minerais. A Sra. Costa desempenhou a função de Diretora Geral dos Serviços Corporativos do Ministério das Finanças de Timor-Leste previamente à sua nomeação em 2016 como Diretora Executiva da subsidiária TIMOR GAP Onshore Block



Dino Gandara

Membro do Conselho de Administração

O Sr. Dino Gandara licenciou-se em Geologia pelo Trinity College Dublin, Irlanda, em 2004. O Sr. Gandara detém mais de 10 anos de experiência na área dos minerais e geologia do petróleo e do gás. Após o seu regresso a Timor-Leste em 2008, foi responsável pelo mapeamento geológico de prospeção de hidrocarbonetos onshore, juntamente com o Dr. Tim Charlton, desde 2009 até ao início de 2013, identificando 17 prospectos de hidrocarbonetos onshore nos últimos 3 anos. O Sr. Gandara exerceu a função de diretor nacional da companhia de pesquisa de gás Minza Ltd (que opera um bloco no Mar de Timor). Atualmente, o Sr. Gandara desempenha a função de Diretor Executivo da subsidiária TIMOR GAP Offshore Block.



Luís Martins

Diretor - Unidade de Desenvolvimento de Negócios

O Sr. Luís Martins é bacharel em Engenharia Industrial pela Universidade de Winaya Mukti e detém um Mestrado em Economia e Gestão Ambiental e Energética pela Universidade de Scuola Enrico Mattei (ENI), em Milão, Itália. O Sr. Martins tem mais de 6 anos de experiência em competências técnicas e de gestão no sector do petróleo e gás na Secretaria de Estado dos Recursos Naturais (SERN) de Timor-Leste. Antes de se juntar à SERN, ocupou a posição de gestor na Organização das Nações Unidas, bem como noutras organizações internacionais presentes no país. Atualmente, ele é o Diretor da Unidade de Desenvolvimento de Negócios da TIMOR GAP, cujas principais responsabilidades são procurar e aproveitar oportunidades de desenvolvimento de indústrias e serviços associados ao petróleo.



Domingos Lequi Siga

Diretor - Unidade de Negócios de Gás

O Sr. Domingos Lequi Siga obteve em 2006 um Bacharelato em Ciências, especialização em Recursos Naturais e Gestão Ambiental pela Universidade do Hawaii em Manoa, Honolulu, EUA. Em 2008-2009, foi-lhe concedida uma bolsa de estudo (Fullbright Scholarship) para prosseguir o seu Mestrado em Gestão Energética, pelo Instituto de Tecnologia de New York, EUA. O Sr. Lequi Siga detém mais de 10 anos de experiência e competências técnicas e gestão no sector do petróleo e gás na Secretaria de Estado dos Recursos Naturais (SERN) de Timor-Leste. Atualmente, ele é o Diretor da Unidade de Negócios de Gás da TIMOR GAP, cujas principais responsabilidades são gerir e coordenar todas as atividades de negócios dentro da área do gás natural, incluindo GNL, GPL e gasoduto.



Vicente Pinto

Diretor - Unidade da Refinaria & Serviços Petrolíferos

O Sr. Vicente Pinto obteve em 2010 um Mestrado em Engenharia, especialização em Gestão de Petróleo e Gás pelo Asian Institute of Technology (AIT), Bangkok, Tailândia. O Sr. Pinto tem mais de 10 anos de experiência profissional como funcionário público na área de administração e gestão de recursos petrolíferos e minerais. O Sr. Pinto é o Diretor da Unidade de Refinaria e Serviços Petrolíferos da TIMOR GAP, desde outubro de 2011.



Vicente Lacerda

Diretor - Unidade de Pesquisa & Produção e Base Logística

O Sr. Vicente Lacerda obteve em 2008 um Mestrado em Geociências do Petróleo, especialização em Geofísica do Petróleo pela Universidade Norueguesa de Ciências e Tecnologia, Trondheim, Noruega. O Sr. Lacerda tem 17 anos de experiência na indústria do petróleo e gás e competências técnicas e de gestão. Ele começou a sua carreira em 1998 como funcionário - geólogo do Departamento Regional de Minas e Energia em Timor-Leste, com sede em Díli. Atualmente, ele é Diretor da Unidade de Pesquisa & Produção e Base Logística da TIMOR GAP.



Henrique Monteiro

Diretor - Unidade de Finanças

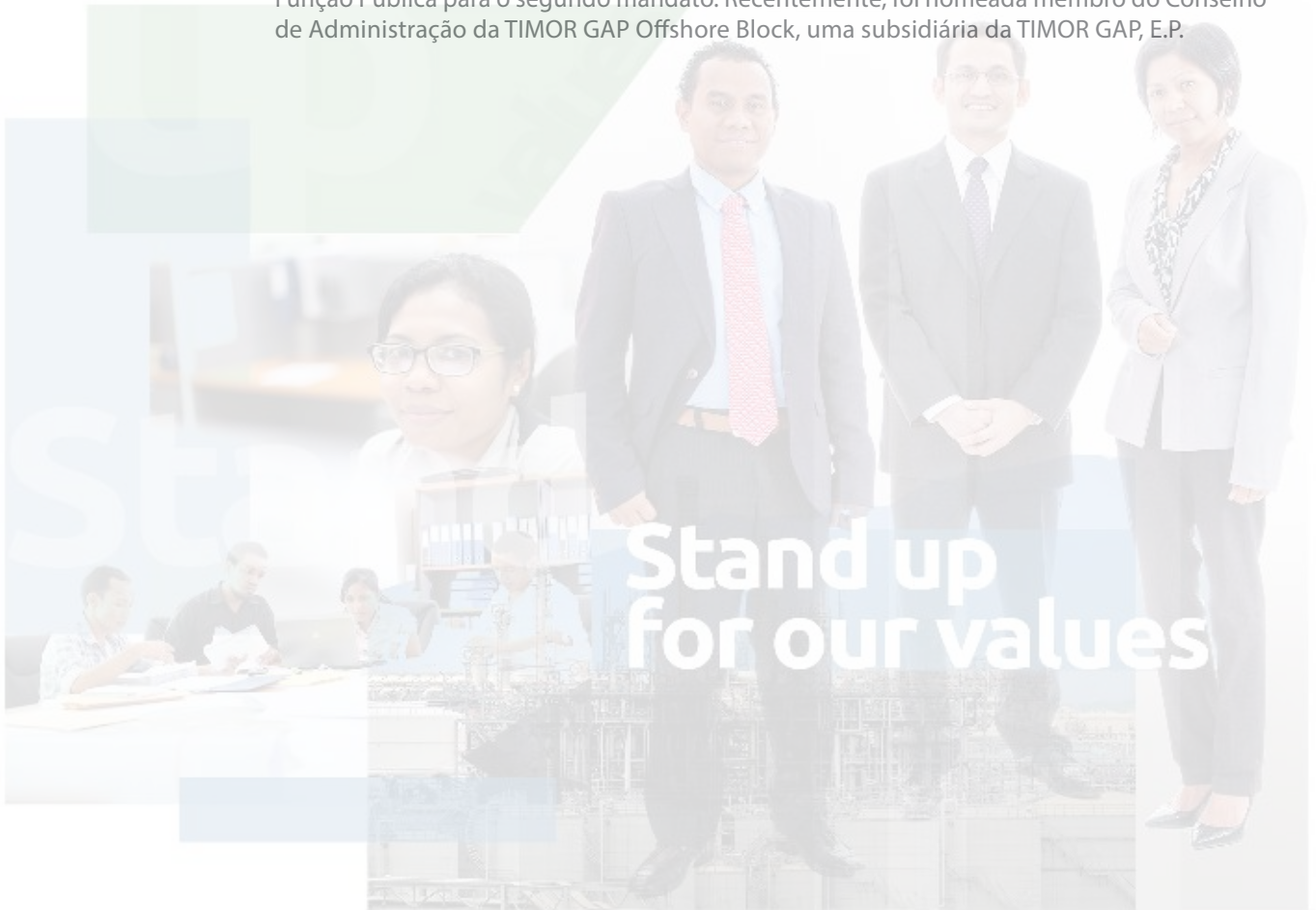
O Sr. Henrique Monteiro graduou-se pela Universidade de Griffith, Brisbane, Austrália, com um Mestrado em Finanças. Ele iniciou a sua carreira em 2000 na Agência da Nações Unidas e detém 16 anos de experiência nas áreas de finanças & economia de projetos e finanças corporativas, em ambas as competências técnicas e de gestão. Antes de se juntar à TIMOR GAP como gestor de finanças & economia de projetos, o Sr. Monteiro desempenhou a função de gestor de finanças corporativas na ANP. Em 2015, ele foi nomeado Diretor da Unidade de Finanças da TIMOR GAP.



Jacinta Paula Bernardo

Diretor - Unidade dos Serviços Corporativos

A Sra. Jacinta Bernardo formou-se pela Universidade de Monash, em Melbourne, Austrália, com uma licenciatura em Negócios e Comércio, dupla especialização em Gestão de Recursos Humanos e Gestão; e Gestão de Turismo. A Sra. Bernardo tem uma experiência profissional de mais de 10 anos em agências internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), Embaixada da Austrália e a Oxfam International. Através destas Agências de Desenvolvimento Internacional, ela adquiriu experiência nas áreas de gestão de projetos, gestão financeira e aprovisionamento, gestão de recursos humanos e administração geral. Atualmente, trabalha na TIMOR GAP como Diretora da Unidade de Serviços Corporativos, cujas principais responsabilidades são gerir e coordenar as atividades de negócio associadas à Gestão de Recursos Humanos, Gestão do Aprovisionamento, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Administração Geral. Em 2015, a Sra. Bernardo foi nomeada, pelo Governo de Timor-Leste, Comissária da Comissão da Função Pública para o segundo mandato. Recentemente, foi nomeada membro do Conselho de Administração da TIMOR GAP Offshore Block, uma subsidiária da TIMOR GAP, E.P.



Stand up
for our values

Quadro de Governação

Lei das Atividades Petrolíferas

A Lei n.º 13/2005 das Atividades Petrolíferas refere que no quadro do direito internacional, Timor-Leste goza de direitos de soberania relativos à pesquisa, exploração e gestão dos seus recursos naturais, incluindo os recursos petrolíferos. Todos os recursos petrolíferos existentes no subsolo do seu território, tanto *onshore*

como *offshore* pertencem ao Estado de Timor-Leste. Um dos objetivos desta Lei é assegurar a estabilidade e a transparência na regulação do desenvolvimento dos recursos petrolíferos. Por conseguinte, a Lei é complementada por requisitos de transparência.

Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi estabelecido através da Lei n.º 9/2005 do Fundo Petrolífero, com o intuito de contribuir para uma gestão sensata para benefício da geração atual e das gerações vindouras. O Fundo Petrolífero contribui para uma política fiscal sólida e será integrado no Orçamento Geral do Estado. O Fundo deve ser gerido de forma prudente e opera de modo aberto e transparente, no quadro constitucional e jurídico.

O Banco Central de Timor-Leste é o responsável pela administração do Fundo Petrolífero e o Ministério das Finanças é responsável pela sua gestão em geral e estratégia de investimento. O Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero emite pareceres de investimentos estratégicos ao Ministério das Finanças relativamente aos investimentos do Fundo Petrolífero.

Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE)



Timor-Leste está empenhado na total transparência da contabilidade dos rendimentos provenientes dos recursos petrolíferos, os quais são a maior fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado. O nosso compromisso com a transparência está patente na adesão à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE), a qual é uma aliança global de governos, companhias e grupos da sociedade civil colaborando na promoção de uma melhor transparência e gestão responsável das receitas dos recursos naturais. Uma maior transparência no modo como o país gere os seus recursos naturais, tais como o petróleo, gás, metais e minerais, permite assegurar que esses recursos beneficiam todos os cidadãos. Em 2008, Timor-Leste foi admitido como um candidato à implementação do ITIE

e recebeu o Estatuto de Conformidade em 2010, o que significa que cumpre todos os requisitos das Normas da ITIE.

As Normas do ITIE garantem a divulgação integral dos impostos e outros pagamentos efetuados pelas companhias de petróleo, gás e mineiras ao Governo. Tais pagamentos são divulgados num Relatório Anual da ITIE, o qual permite aos cidadãos ter conhecimento dos montantes recebidos pelo Governo provenientes dos recursos naturais do seu país. Timor-Leste elabora Relatórios Anuais da ITIE que divulgam as receitas derivadas da extração dos seus recursos naturais: as companhias divulgam o montante pago em impostos e outros pagamentos e o Governo divulga o montante recebido.

TL-ITIE

Timor-Leste está orgulhoso em ser o primeiro país do sudeste asiático e o terceiro no mundo a alcançar o Estatuto de Conformidade da ITIE. Em 2007, o Governo de Timor-Leste convidou a sociedade civil e a indústria a nomearem representantes de modo a formarem um Grupo de Trabalho de Intervenientes Múltiplos (*Multi-Stakeholder Working Group* ou MSWG), presidido pelo

então Secretário de Estado dos Recursos Naturais e atual Ministro do Petróleo e Recursos Minerais, S. Exa. Sr. Alfredo Pires, igualmente nomeado ponto focal do processo da ITIE em Timor-Leste e membro do Conselho de Administração da ITIE Internacional. Após o seu estabelecimento, o MSWG constituiu o gabinete do Secretariado de TL-ITIE, que se encontra em funciona-

mento desde 2008 e está sob a tutela do MPRM. O Secretariado apoia as atividades do MSWG e organiza formações, *workshops* & seminários, assegurando que os relatórios da TL-ITIE estão disponíveis e são inteligíveis ao público.

O departamento de gestão das receitas petrolíferas do Ministério das Finanças proporciona assessoria em transparência e responsabilização de acordo com as normas da ITIE e participa, em conjunto com a TIMOR GAP, enquanto empresa pública, no grupo de trabalho nacional da ITIE. Em junho de 2012, seis meses após o início das suas atividades, a TIMOR GAP tornou-se uma das poucas companhias nacionais de petróleo no mundo a apoiar a ITIE.

O MSWG reúne-se mensalmente, juntando os relevantes intervenientes, tais como representantes do Governo (MPRM, ANPM, Banco Central de Timor-Leste e Minis-

tério das Finanças), indústria petrolífera, incluindo a TIMOR GAP enquanto empresa pública, sociedade civil e organizações internacionais. As reuniões do MSWG continuaram a decorrer ao longo de 2016, com a presença contínua e participação ativa da TIMOR GAP. Além das reuniões supramencionadas, participamos igualmente em várias atividades de divulgação. Um exemplo dessas atividades é o debate público organizado a nível do Ensino Superior, subordinado ao tema “O potencial dos recursos naturais em Timor-Leste e distribuição de rendimentos para sustentabilidade fiscal”. A abertura oficial do debate público realizou-se a 10 de junho de 2016, na Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), seguindo depois para o Díli Institute of Technology (DIT) e, por último, para a Universidade de Díli (UNDIL).



Intervenção do Presidente & CEO da TIMOR GAP no debate público alusivo ao tema “O potencial dos recursos naturais em Timor-Leste e distribuição de rendimentos para sustentabilidade fiscal”

O objetivo deste debate foi disseminar informação sobre o setor dos recursos minerais, para que os estudantes possam aprofundar os seus conhecimentos, e responder a dúvidas sobre a gestão do Governo em matéria de recursos naturais em Timor-Leste, em matéria de transparência, contabilidade e adoção do mecanismo global da ITIE. Para além disso, os estudantes puderam informar-se sobre a utilização dos rendimentos do petróleo e gás, para desenvolver infraestruturas de obras públicas, educação e saúde, entre outras.

A TIMOR GAP colaborou igualmente com os restantes membros da MSWG a fim de completar o Relatório Anual para 2013 da ITIE, compilado por Moore Stephens na qualidade de Auditor Independente, e submetido para aprovação no início de 2016; e completar o Plano de Trabalho para 2016 e o Relatório de Validação da ITIE, ambos aprovados e publicados este ano. A validação é um elemento essencial ao processo da ITIE,

e é essencial ao estatuto da Iniciativa como uma norma internacional.

A TIMOR GAP participou igualmente na disseminação do 6º Relatório de TL-ITIE a nível dos submunicípios que decorreu em outubro em Venilale, Baucau, e contou com a presença de 75 participantes provenientes da função pública, líderes da comunidade, líderes tradicionais, entre outras entidades.

A fim de responder aos resultados obtidos com os relatórios de observação e pré-validação elaborados pelo Secretariado Internacional da ITIE, o grupo de trabalho de Timor-Leste produziu um Relatório Suplementar. O Relatório Suplementar foi submetido para aprovação em abril de 2016, com o propósito de minimizar as discrepâncias entre o relatório emitido pelo Secretariado Internacional da ITIE em relação ao esboço do Relatório Anual para 2013 da ITIE e facultar informação adicional necessária à conclusão do último.

07 Comentários aos Resultados Financeiros

As demonstrações financeiras auditadas e consolidadas do grupo TIMOR GAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 encontram-se definidas *infra*. Trata-se do quinto período de operações do grupo. A TIMOR GAP

adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards*) de modo a assegurar que o respetivo reporte é realizado com base num enquadramento de renome.

Subvenções

Durante o corrente exercício, o Governo atribuiu uma subvenção de \$6 milhões (\$9.7 milhões em 2015) para financiar as operações da companhia em 2016, incluindo

a realização de estudos associados à avaliação dos ativos e transações de apoio às Reservas do Sunrise.

Receitas

À semelhança dos anos anteriores, o subsídio do Governo no valor de \$6 milhões (\$9.7 milhões em 2015) constitui a maioria das receitas da TIMOR GAP no exercício de 2016. Além do subsídio do Governo e durante o exercício, a companhia recebeu comissões contratuais fixas por serviços no valor de \$8,498 (\$28,922 em 2015). Estes montantes foram recebidos do Governo sob a forma de adiantamento e têm sido libertados durante a vida do contrato, tendo por base o método da percentagem da conclusão sobre os

custos incorridos por comparação com o valor total do contrato. (Ver Contrato 1/20012 e Contrato 2/2012 *infra*).

A companhia detém uma participação de 60% na GAP-MHS Aviation Lda (GAP-MHS). Nenhum dividendo foi declarado no decurso do exercício de 2016 (\$1.357,038 em 2015). A participação em lucro da GAP-MHS contribuiu com \$419,959 (\$403,861 em 2015) para os resultados consolidados do grupo.

Contrato 1/2012

O Contrato 1/2012 diz respeito aos estudos de pré-viabilidade anteriormente concluídos e as opções de *pre-Front End Engineering Design* (pre-FEED) para o design das instalações marítimas de Beaço, distrito de Viqueque, como parte do projeto de GNL. Em consulta com a SERN (Secretaria de Estado dos Recursos Naturais), a configuração do porto costeiro foi selecionado para o FEED ou a fase de projeto. O projeto será parte da Fábrica de GNL planeada e oferece-nos uma instalação marítima padronizada, a qual inclui uma

ponte-cais, instalação de carregamento de produtos, instalação de descarregamento de materiais, e um pontão de apoio aos gasodutos de transporte do GNL até ao equipamento de carregamento e um quebra-mar. Para além do projeto, serão realizados estudos meteorológicos para determinar o ambiente físico circundante, tanto do ponto de vista meteorológico como oceanográfico. O contrato foi concluído no final do ano.

Contrato 2/2012

O Contrato 2/2012 diz respeito ao estudo das instalações da refinaria, nomeadamente, o FEED da refinaria de Betano. O objetivo deste projeto corrobora a visão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo de Timor-Leste na obtenção de mais valor acrescentado a partir do petróleo produzido.

O contrato é constituído por cinco principais componentes que incluem o seguinte:

- FEED da refinaria de Betano – que inclui o ISBL e o OSBL, oleoduto, a estrutura da ponte-cais que auxiliará o funcionamento das infraestruturas da refinaria (precisão de 15%-20%); e
- Estudo de Impacto Ambiental e Avaliação de Impacto Social da refinaria de Betano;
- Estudos do terreno;

- Estudos e trabalhos no terreno;
- Estudo de mercado.

No exercício corrente não foram recebidos fundos adicionais do Governo de Timor-Leste para estes projetos uma vez que o valor total do contrato, com a respetiva dedução dos impostos de retenção na fonte, foi recebido em 2012 e 2013. Durante 2016, um montante adicional de \$128,117 foi gasto para o Contrato 2 e foi feito um ajustamento no montante de \$115,689 relativo a montantes desembolsados previamente para o contrato 1 (\$371,626 em 2015). A comissão contratual fixa por serviços do projeto é apenas reconhecida como um rendimento com base na percentagem dos custos incorridos até à data comparando com o custo total estimado. Durante 2016, \$8,498 (\$28,922 em 2015)

foram recebidos como rendimento do contrato. No final do exercício, dos fundos recebidos sobrava o

montante de \$1,030,770 para ser usado em 2017, altura em que se espera que estes projetos sejam concluídos.

Despesas com Projetos

Os principais projetos com os quais a TIMOR GAP incorreu em despesas durante este período incluem:

- Base Logística do Suai;
- Projeto do Aeroporto do Suai;
- Revisão do conceito upstream do Greater Sunrise e estudo de viabilidade;
- Projeto de avaliação dos ativos e transações de apoio;
- Projeto da autoestrada;
- Novos empreendimentos – pesquisa de áreas abertas;
- Projeto da refinaria.

Estes projetos foram apresentados em detalhe nas Secções 2 a 5 do presente relatório.

Resultados Financeiros

Lucro/Perda do Exercício

O lucro/perda operacional da companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ascendeu a um montante de \$2,521,217 (\$1,616,525 em 2015), prévios à dedução do imposto sobre o rendimento de \$336,000 pago em adiantado o que torna o lucro/perda da TIMOR GAP em \$2,185,217 (\$2,973,563 em 2015).

Na base do grupo, o lucro/perda operacional para o exercício findo a 31 de dezembro de 2016 foi de -\$35,937 (\$1,616,153 em 2015), aumentada pela participação de 60% no resultado da GAP-MHS no valor de \$419,959 (\$403,861 em 2015) para um lucro/perda na base do grupo de \$48,021 (\$2,020,014 em 2015).

O lucro/excedente no exercício melhorou a deterioração do total do Capital recebido em 2012 ao nível da Companhia,

com a companhia agora a apresentar um capital próprio de \$3,972,046 (\$1,878,562 em 2015) e ao nível do grupo é de \$2,035,756 (\$2,079,466 em 2015). No decorrer do exercício, o rendimento recebido excedeu as despesas operacionais.

Os lucros acumulados da companhia em 31 de dezembro de 2016 são de \$1,472,046 e a perda fiscal acumulada no início do exercício é no valor de \$438,361 (\$599,200 em 2015), a qual foi superior ao lucro tributável a 10% no exercício corrente no valor de \$224,916. A perda fiscal acumulada da companhia no final do exercício foi de \$213,445 (\$438,361 em 2015).

As principais categorias de despesas operacionais incorridas encontram-se definidas *infra*.

Despesas com Depreciações e Amortizações

Durante o período, a TIMOR GAP adquiriu ativos fixos tangíveis no valor de \$835,438 (\$239,213 em 2015) conforme estabelecido na Nota 8, e acréscimos de \$154,981 (\$350,865 em 2015) em *software* informático conforme estabelecido na Nota 9 das demonstrações financeiras.

Tal como estabelecido nas políticas contabilísticas, a TIMOR GAP adotou a depreciação e amortização pelo método das quotas constantes durante o período de vida útil do ativo

desde o momento da sua aquisição.

Durante 2016, a depreciação dos ativos tangíveis ascendeu o valor de \$467,118 (\$441,150 em 2015), e para o *software* informático a amortização para o exercício foi de \$251,241 (\$140,798 em 2015). O aumento do valor da amortização deveu-se à compra de *software* adicional (Eclipse & Petrel, Hampson Russel Avo e IP *Software*) em 2015 para uso da Unidade de Pesquisa & Produção.

Custos/Despesas com Pessoal

A 31 de dezembro de 2016, a TIMOR GAP contava com 128 trabalhadores no seu quadro de pessoal (117 trabalhadores em 2015). Os custos com o pessoal aumentaram de

\$2,578,714 em 2015 para \$2,692,248 em 2016. O aumento nos custos deve-se principalmente a novos recrutamentos e ao sistema remuneratório implementado no decurso do

exercício com base na aprovação do plano de progressão na carreira (Política de Gestão de Desempenho), o qual

normaliza a renumeração consoante as categorias.

Imparidade da Conta Empréstimo

A TIMOR GAP detém 100% da TIMOR GAP PSC 11-106 Unipessoal, tal como previsto na lei e no contrato. Esta sociedade veículo (*Special Purpose Vehicle* ou SPV) é parte de uma parceria conjunta na JPDA. A TIMOR GAP entrou num Acordo de Operação Conjunta, segundo o qual não é obrigada a contribuir para a conta conjunta pelos custos incorridos no decurso da fase de pesquisa.

A TIMOR GAP PSC 11-106 incorreu em custos próprios os quais são exteriores aos incorridos pela conta conjunta. Uma vez que o plano de desenvolvimento ainda não foi aprovado,

não há rendimentos previstos para esta companhia num futuro imediato. Consequentemente, os custos incorridos pela companhia foram pagos pela TIMOR GAP e incluídos, uma vez que a conta empréstimo foi considerada como imparidade até ao momento em que a recuperação dos custos seja provável. No exercício corrente não houveram montantes adicionais considerados como imparidade, pelo que o montante da imparidade permaneceu tal como registado no exercício anterior (\$268,954 em 2015) nas demonstrações financeiras da TIMOR GAP.

Outras Despesas

As “outras despesas” mais significativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incluem os seguintes itens:

	2016	2015
Honorários de Consultoria	231,586	351,930
Formação & Desenvolvimento Profissional	176,622	305,790
Renda do Escritório & Despesas Associadas	779,780	807,934
Despesas de Telefone & Internet	170,717	156,313
Viagens & Despesas		
Locais	166,297	311,911
Estrangeiro	84,039	297,213
Despesas de Veículos a Motor	44,875	43,596
Despesas Gerais	753,761	777,201
Total	2,407,677	3,051,888

Os honorários de consultoria despendidos pela companhia foram maioritariamente para pagar consultores jurídicos a prestar serviços no âmbito das Negociações do Greater Sunrise & Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto e incluem algumas despesas menores para o consultor da Unidade de Finanças.

Desde outubro de 2016, a companhia negociou a renda do escritório e obteve um desconto de 25% no valor mensal do aluguer.

Viagens & Despesas incluem despesas relacionadas com a participação em viagens de campo realizadas no âmbito da gestão e administração dos projetos do Tasi Mane. Estas viagens incluem atividades como ligação com a comunidade, apuramento de títulos de terras e propriedades

pela equipa interministerial, etc. Adicionalmente, a rubrica Viagens & Despesas cobre igualmente várias atividades de desenvolvimento de competências, participação em *workshops* e conferências, reuniões, incluindo reuniões da Comissão Conjunta, assim como outras solicitações oficiais do Governo para fins específicos.

As Despesas Gerais dizem respeito a despesas com a ligação com a comunidade para os projetos do Tasi Mane, equipamentos menores, promoção da organização e outras despesas diversas.

Em linha com o mandato da TIMOR GAP para criar atividades de negócio, os custos novos da Companhia Nacional de Petróleo na persecução do desenvolvimento da indústria do petróleo e gás são muitas vezes imprevisíveis.

Tributação

A TIMOR GAP está sujeita à Lei Tributária de 2008. No exercício corrente não há impostos sobre o rendimento a pagar devido às perdas incorridas pela companhia. A companhia deduziu e pagou ou suportou os impostos

retidos na fonte sobre os pagamentos efetuados a trabalhadores e a fornecedores de acordo com as taxas aplicáveis. No decurso de 2016, foi deduzida a retenção na fonte no valor total de \$420,030 (\$594,467 em 2015).

Demonstrações da Posição Financeira

Ativos Correntes

Os ativos correntes incluem os montantes que se esperam que sejam recebidos no prazo de um ano após a data do balanço. Os ativos correntes da companhia totalizam \$3,893,254 (\$1,761,009 em 2015) e incluem pré-pagamentos e outras contas a receber no valor de \$137,533 (\$59,584 em 2015), o depósito da renda e outros depósitos no valor de \$179,514 (\$195,914 em 2015). No final do exercício de 2016, o depósito bancário e o dinheiro em caixa totalizam \$780,090 (\$1,169,511 em 2015).

Conforme descrito na Nota 26, as demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade, o que pressupõe a realização de ativos e a satisfação de passivos no decurso normal da atividade. A companhia incorreu num lucro líquido de \$2,185,217 (\$2,973,563 em 2015) (consolidada: \$48,021) durante o exercício findo em

31 de dezembro de 2016 e, desde dessa data, os ativos correntes da Companhia excederam os seus passivos correntes em \$2,030,945 (-\$230,295 em 2015), enquanto que para o grupo os passivos correntes excederam os ativos correntes em \$507,128, e a companhia tem o capital próprio de \$3,972,046 (\$1,878,562 em 2015).

Enquanto companhia nacional de petróleo jovem, a TIMOR GAP encontra-se dependente dos subsídios do governo que sustentem as suas operações até ao momento que a companhia registre um crescimento nas suas atividades comerciais de modo a se tornarem suficientemente autosustentáveis. Nesta fase de desenvolvimento de negócio, a despesa pode ser menos previsível na busca de oportunidades em linha com a visão que Timor-Leste e a TIMOR GAP têm para a indústria do petróleo e gás no país.





08 Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Para o exercício findo em 31 de dezembro.

	Notas	Grupo		Companhia	
		2016	2015	2016	2015
		\$	\$	\$	\$
Receitas					
Receitas do subsídio do governo	5	6,000,000	9,700,000	6,000,000	9,700,000
Rendimento gerado pela pesquisa <i>farm-out no onshore</i>	5	3,000,000	-	3,000,000	-
Rendimento gerado pelos serviços de embarcações no <i>offshore</i>	5	44,777	-	44,777	-
Comissões contratuais fixas por serviços	5	8,498	28,922	8,498	28,922
Outros rendimentos	5	11,864	-	11,864	-
Lucro sobre a venda de combustível	5	36,960	-	36,960	-
Total das receitas		9,102,098	9,728,922	9,102,098	9,728,922
Despesas					
Despesas com projetos		(3,038,673)	(1,899,846)	(762,597)	(1,899,846)
Despesas de depreciação e amortizações	8 & 9	(718,359)	(581,948)	(718,359)	(581,948)
Despesas com pessoal		(2,866,350)	(2,578,714)	(2,692,248)	(2,578,714)
Outras despesas	6	(2,514,653)	(3,052,260)	(2,407,677)	(3,051,888)
Total das despesas		(9,138,035)	(8,112,769)	(6,580,881)	(8,112,397)
Lucro operacional/ (Perda)		(35,937)	1,616,153	2,521,217	1,616,525
Dividendos recebidos de associadas		-	-	-	1,357,038
Participação em lucro de associada	11	419,959	403,861	-	-
Lucro / (Perda) antes de impostos		384,021	2,020,014	2,521,217	2,973,563
Gastos com impostos sobre o rendimento	7		-		-
Anulação de imposto sobre o rendimento pago antecipadamente	25	(336,000)	-	(336,000)	-
Lucro / (Perda) do exercício		48,021	2,020,014	2,185,217	2,973,563
Outros resultados		-	-	-	-
Total do Lucro / (Perda)		48,021	2,020,014	2,185,217	2,973,563
Total do Lucro / Perda atribuível a: Interesse maioritário		48,021	2,020,014	-	-

As demonstrações *supra* devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas.

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro

	Notas	Grupo		Companhia	
		2016	2015	2016	2015
		\$	\$	\$	\$
Ativo					
Ativo não-corrente					
Ativos tangíveis	8	1,154,588	786,268	1,154,588	786,268
Ativos intangíveis	9	763,513	859,774	763,513	859,774
Imobilizações em curso		-	449,813	-	449,813
Participações financeiras em subsidiárias	10	-	-	20,000	10,000
Participações financeiras em associadas	11	624,783	204,824	3,000	3,000
		2,542,884	2,300,680	1,941,102	2,108,856
Ativo Corrente					
Clientes e outras contas a receber	12	226,130	591,498	3,067,376	591,498
Inventários	13	45,788	-	45,788	-
Caixa e equivalentes de caixa	14	1,090,918	1,174,592	780,090	1,169,511
Total do ativo corrente		1,362,836	1,766,090	3,893,254	1,761,009
Total do ativo		3,905,720	4,066,770	5,834,355	3,869,865
Capital próprio e passivo					
Capital próprio					
Capital social	15	2,500,000	2,500,000	2,500,000	2,500,000
Resultados acumulados / (Perdas acumuladas)		(464,244)	(420,534)	1,472,046	(621,438)
Total do capital próprio		2,035,756	2,079,466	3,972,046	1,878,562
Passivo corrente					
Fornecedores e outras contas a pagar	16	769,692	890,964	762,038	894,964
Comissões contratuais fixas por serviços não utilizados e adiantamentos para projetos	17	1,100,272	1,096,340	1,100,272	1,096,340
Total do passivo corrente		1,869,964	1,987,304	1,862,309	1,991,304
Total do capital próprio e passivo		3,905,720	4,066,770	5,834,355	3,869,865

As demonstrações *supra* devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro

	Notas	Grupo		Companhia	
		2016	2015	2016	2015
		\$	\$	\$	\$
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro Operacional / (Perda)		(35,937)	1,616,153	2,521,217	1,616,525
Ajustamentos para:					
Depreciação		467,118	441,150	467,118	441,150
Amortização		251,241	140,798	251,241	140,798
		682,422	2,198,101	3,239,576	2,198,473
Redução / (aumento) em clientes	12	365,368	70,041	(2,475,878)	70,041
Aumento / (redução) em fornecedores e outras contas a pagar		(121,271)	(1,592,085)	(132,926)	(1,593,085)
Fluxo de caixa usado em operações		926,519	676,057	630,772	675,429
Imposto sobre o rendimento pago		(427,731)	-	(427,731)	-
Fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais		498,788	676,057	203,041	675,429
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Compra de ativos tangíveis	8	(835,438)	(239,213)	(835,438)	(239,213)
Compra de ativos intangíveis	9	(154,981)	(350,865)	(154,981)	(350,865)
Redução / (aumento) em imobilizações em curso		449,813	(449,813)	449,813	(449,813)
Redução / (aumento) em inventários		(45,788)	-	(45,788)	-
Participações financeiras em subsidiárias	10	-	-	(10,000)	-
Dividendos de associadas		-	1,357,038	-	1,357,038
Fluxos de caixa líquidos usados em atividades de investimento		(586,393)	317,147	(596,393)	317,147
Fluxos de caixa de atividades de financiamento					

	Notas	Grupo		Companhia	
		2016	2015	2016	2015
		\$	\$	\$	\$
Aumento/(redução) de adiantamento de projetos		3,931	(400,548)	3,931	(400,548)
Fluxos de caixa líquidos usados em atividades de financiamento		3,931	(400,548)	3,931	(400,548)
Aumento líquido na caixa e equivalentes de caixa		(83,675)	592,657	(389,421)	592,029
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1,174,592	581,935	1,169,511	577,482
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1,090,918	1,174,592	780,090	1,169,511

As demonstrações *supra* devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para o exercício findo em 31 de dezembro .

	Notas	Grupo		Companhia	
		2016	2015	2016	2015
		\$	\$	\$	\$
Transações com acionistas da companhia					
<u>Capital Social</u>					
- 1 de dezembro de 2011		2,000,000	2,000,000	2,000,000	2,000,000
- 23 de fevereiro de 2012		500,000	500,000	500,000	500,000
		2,500,000	2,500,000	2,500,000	2,500,000
Perda consolidada e perda abrangente do exercício atribuível a acionistas da sociedade-mãe:					
No início do exercício		(420,534)	(2,440,548)	(621,439)	(3,595,002)
Lucro / (Perda) no exercício		48,021	2,020,014	2,185,217	2,973,563
Imposto sobre o rendimento pago durante o exercício		(91,731)	-	(91,731)	-
No final do exercício		(464,244)	(420,534)	1,472,046	(621,438)
Interesses minoritários		-	-	-	-
Total do Capital Próprio em 31 de dezembro		2,035,756	2,079,466	3,972,046	1,878,562

Políticas contábilísticas e notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

1. Informação Geral

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, que inclui a Timor Gás e Petróleo, Empresa Pública (TIMOR GAP, E.P. como sociedade-mãe) e a sua subsidiária e afiliada, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram emitidas após autorização nos termos da deliberação dos diretores a 24 de abril de 2017.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board. Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras separadas da empresa-mãe e as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos da América (USD ou \$). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Grupo e das suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2016. O controlo é obtido quando o Grupo está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos através do seu poder sobre a participada.

Em especial, o Grupo controla uma participada quando, e apenas se tiver:

- Poder sobre a participada (isto é, os direitos existentes que lhe conferem a efetiva capacidade de dirigir as atividades relevantes da participada)
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada, e
- A capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para influenciar o seu rendimento.

Quando o Grupo tem menos do que uma maioria de voto ou direitos semelhantes de uma participada, o Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se tem poder sobre a participada, incluindo:

- Acordo com os demais titulares de direitos de voto na participada
- Os direitos decorrentes de outros acordos
- Os direitos de voto e os direitos de voto potenciais do Grupo.

O Grupo reavalia se detém ou não o controlo de uma participada se os factos e as circunstâncias indicarem alterações em um ou mais dos três elementos de controlo. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária e cessa quando o Grupo perde o controlo da subsidiária. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício estão incluídos na demonstração de rendimentos abrangentes a partir da data em que o Grupo obteve o controlo e até à data em que o Grupo deixa de controlar a subsidiária. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas pelo mesmo exercício financeiro que a sociedade-mãe, utilizando as mesmas políticas contábilísticas. Todos os saldos intragrupo, transações intragrupo, ganhos e perdas não realizados resultantes de transações intragrupo e dividendos são eliminados por completo.

Quando a titularidade de uma subsidiária é inferior a 100% e existe, portanto, uma participação não dominante (PND), à PND é atribuída a sua parte do rendimento total do período, mesmo que daí resulte um saldo negativo.

Investimento em associada

Uma associada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participação nas decisões de política financeira e operacional da sociedade objeto do investimento, mas não se trata de controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

O investimento do Grupo na sua associada é contabilizado segundo o método de equivalência patrimonial.

Segundo o método de equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é inicialmente reconhecido como custo. O valor contábilístico do investimento é ajustado para reconhecimento das alterações nas participações do Grupo no ativo líquido da associada ou no empreendimento conjunto desde a data da aquisição. O trespasse respeitante à associada ou empreendimento conjunto é incluído no valor contábilístico do investimento e não é amortizado, nem é individualmente considerado como imparidade.

2. Bases de elaboração e políticas contabilísticas

Receita

A Receita é calculada pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos e bruta de quaisquer impostos retidos na fonte relacionados com vendas, colectados em nome do governo de Timor-Leste. Os subsídios do Governo são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que o subsídio será recebido e que todas as condições conexas serão cumpridas. Quando o subsídio se refere a um item de despesa, é reconhecido como rendimento numa base sistemática durante os períodos em que os custos relacionados, pelos quais se pretende compensar, são lançados. Quando o subsídio se refere a um ativo, é reconhecido como receita em montantes iguais ao longo da vida útil esperada do respetivo ativo.

As Receitas provenientes de comissões contratuais fixas por serviços são reconhecidas por referência à fase de conclusão do contrato como uma percentagem do valor total do contrato da despesa efetivamente incorrida com o projeto. As Vendas de Combustível são reconhecidas quando os riscos e prémios significativos de titularidade dos bens são transferidos para o comprador, normalmente com a entrega dos mesmos. A compra de combustível é paga após o recebimento dos resultados da venda ao cliente.

Tributação

A despesa com imposto sobre o rendimento representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente é baseado no lucro tributável do exercício/ano.

O imposto sobre o rendimento de ativos e passivos correntes no exercício corrente é calculado sobre o montante que se estima recuperável junto das, ou pago pelas, autoridades tributárias. As taxas de imposto e as leis fiscais usadas para calcular o montante são as aprovadas ou substantivamente aprovadas, à data do reporte nos países onde o Grupo opera e gera rendimento tributável. O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças entre os valores contabilísticos de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as suas bases fiscais correspondentes (conhecidos como diferenças temporárias). Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que poderão aumentar o lucro tributável no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que poderão reduzir o lucro tributável no futuro, e todos os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados. Os impostos diferidos ativos são calculados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, é mais provável que não seja recuperado. O valor contabilístico líquido do ativo fiscal diferido é revisto à data de cada relatório e é ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Eventuais ajustes são reconhecidos no resultado. O imposto diferido é calculado com base nas taxas de imposto que se espera aplicar ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos em que se espera que o ativo fiscal diferido seja realizado ou o passivo fiscal diferido seja liquidado, com base nas taxas de imposto que foram aprovadas ou substantivamente aprovadas até o final do período de reporte. Com base no acordo contratual, os impostos retidos na fonte ou são retidos contra fornecedores em indústrias específicas, ou os montantes dos pagamentos são incrementados às seguintes taxas e as verbas serão pagas ao governo de Timor-Leste:

- Rendimento de atividades de construção e edificação - 2%
- Rendimento de serviços de consultoria para construção - 4%
- Rendimento da prestação de serviços de transporte aéreo ou marítimo - 2.64%
- Contratação de serviços petrolíferos - 6%
- Rendas - 10%
- Pagamentos feitos a não-residentes - 10%

Quando a companhia é destinatária de um rendimento pela prestação de qualquer serviço acima elencado, a companhia pode optar entre tratar o imposto retido na fonte como imposto final deduzido ou ser tributada com base no lucro real.

Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em dólares dos Estados Unidos da América e todos os valores são arredondados para o dólar mais próximo (US \$), excepto quando indicado de outra forma. O Grupo não possui operações no estrangeiro.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registadas na moeda funcional na respectiva taxa de câmbio à vista (spot), em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a taxa de câmbio à vista vigente na data do relatório. Todas as diferenças são levadas para o resultado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são declarados pelo custo líquido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam.

A depreciação é reconhecida de forma a amortizar o custo líquido ou a avaliação de ativos (com exceção dos imóveis em propriedade perfeita e dos imóveis em construção) menos o seu valor residual durante a vida útil esperada, utilizando o seguinte método linear:

- Benfeitorias em imóveis arrendados durante o período remanescente do arrendamento
- Instalações e Equipamentos 33.3%
- Móveis, utensílios e acessórios 20%
- Veículos a motor - 20% com um valor residual de 20% do preço de custo.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício anual, com o efeito de quaisquer mudanças a ser reconhecido de forma prospectiva.

Um item de ativos tangíveis e qualquer parte significativa inicialmente reconhecido é desconsiderado mediante a sua disposição ou quando não são expectáveis quaisquer benefícios futuros com sua utilização ou disposição. Qualquer ganho ou prejuízo com a desconsideração do ativo (calculado como a diferença entre o resultado líquido da disposição e o valor contábilístico do ativo) é incluído na declaração de rendimentos quando o ativo é desconsiderado.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos em separado são calculados no reconhecimento inicial enquanto custo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são transportados enquanto custo menos qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por imparidade.

Os ativos tangíveis com vida limitada no tempo são amortizados sobre a vida económica útil e avaliados para imparidades quando exista uma indicação de que o ativo intangível possa originar imparidade. O período de amortização e o método de amortização de um ativo intangível com vida limitada no tempo são revistas, pelo menos, no final do exercício de cada período de reporte. As alterações na vida útil expectável ou no padrão de consumo estimado de benefícios económicos futuros incorporados no ativo são considerados para alteração do período ou método de amortização, conforme apropriado, e são tratados como alterações às estimativas contábilísticas. O custo de amortização de ativos intangíveis com vida limitada no tempo é reconhecido na declaração de resultados como categoria de despesa que seja consistente com a função dos ativos intangíveis.

Os ganhos ou perdas resultantes de pró-reconhecimento de um ativo intangível são calculados como a diferença entre os resultados líquidos da disposição e o montante alocado ao ativo são reconhecidos na declaração de resultados quando o ativo é desconsiderado.

Os ativos intangíveis englobam principalmente os produtos de software e são amortizados sobre a vida útil estimada..

Imparidade dos ativos não-financeiros

Em cada data de reporte, os ativos não-financeiros são revistos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram uma perda por imparidade. Se houver indicação de possível perda por imparidade, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábilístico. Se a quantia recuperável estimada for menor, o valor contábilístico é reduzido ao seu valor recuperável estimado, e uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente no resultado.

Se uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contábilístico do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista do seu valor recuperável, mas não excede o montante que teria sido determinado caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida para o ativo (grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente no resultado.

Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e contas a pagar. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor. Os ativos financeiros do Grupo incluem:

- Contas a receber, e
- Caixa e equivalentes de caixa.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como Contas a Receber ou Caixa e equivalentes de caixa.

Desconsideração

Um ativo financeiro é primariamente desconsiderado quando:

- Caducam os direitos a receber os fluxos de caixa relativos ao ativo, ou
- Tenham sido transferidos todos os riscos e prêmios do ativo.

Imparidade dos ativos financeiros

O Grupo avalia, em cada data de reporte, se existe prova objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é imparidade. Existe uma imparidade se um ou mais eventos que tenham ocorridos desde o reconhecimento inicial (um "evento de perda" incorrido), tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam, de forma fiável, ser estimados. A prova de imparidade pode incluir indicações de que os devedores ou grupo de devedores estão a viver dificuldades financeiras significativas, incumprimento ou atraso relativamente a pagamentos de juros ou de capital, a probabilidade de que vão entrar em falência ou noutra forma de reorganização financeira e dados observáveis que indiquem que existe um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados, tais como alterações na mora ou condições económicas relacionadas com incumprimentos.

Ativos financeiros ao custo amortizado

O valor contabilístico do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e a perda é reconhecida na demonstração de resultados. Se uma anulação for recuperada posteriormente, a recuperação é creditada para financiar custos na demonstração de resultados.

Passivos financeiros a valor justo através dos resultados

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, no caso de contas a pagar, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo são classificados, no reconhecimento inicial, como:

- Contas a pagar, ou
- Comissões contratuais fixas por serviços não utilizados e aditamentos não desembolsados.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados como Contas a pagar, ou comissões contratuais fixas por serviços não utilizados e aditamentos não desembolsados.

Desconsideração

Um passivo financeiro é desconsiderado quando a obrigação ao abrigo do passivo for cumprida ou cancelada ou caducar.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira incluem depósitos bancários que não vençam juros e dinheiro em caixa.

Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações com base em condições normais de crédito e não vencem juros. As contas a pagar denominados em moeda estrangeira são convertidas para US dólares à taxa de câmbio na data do relatório. Os ganhos ou perdas cambiais são incluídos em outras receitas ou outras despesas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou contratual) em resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa credível do montante da obrigação.

Comissões contratuais fixas por serviços não utilizados e adiantamentos por projetos

A caixa recebida pela companhia do Governo de Timor-Leste com adiantamento por projeto e por comissões contratuais fixas por serviços não utilizados é reconhecida como um passivo no recebimento.

O passivo do adiantamento por projeto é reduzido pelos custos incorridos com fornecedores de serviços acrescido dos impostos de retenção na fonte.

A comissão de gestão de projeto não ganha é reduzida por referência à fase de conclusão do contrato como uma percentagem do valor total do contrato da despesa efetivamente incorrida.

3. Juízos contabilísticos significativos, estimativas e pressupostos

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo exige à administração que faça juízos, estimativas e elabore pressupostos que tenham impacto no reporte dos montantes das receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, e a divulgação de passivos contingentes. A incerteza relativa a estes pressupostos e estimativas podem dar origem a resultados que exijam um ajustamento substancial em exercícios futuros do valor contabilístico dos ativos ou passivos afetados.

Juízos

Durante o processo de aplicação das políticas contabilísticas do Grupo, a administração fez os seguintes juízos, que têm o impacto mais significativo nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Contingências

Pela sua natureza, as contingências apenas serão determinadas quando ocorram, ou deixem de ocorrer, um ou mais eventos futuros incertos. A avaliação da existência e do quantum potencial de contingências envolve, por inerência, o juízo significativo e o recurso a estimativas sobre o resultado de eventos futuros.

Tributação

Existem incertezas sobre a interpretação de regulamentação fiscal complexa e alterações nas leis fiscais sobre rendimento estrangeiro e retenções na fonte. Tendo em conta que a companhia e o grupo trabalham em diferentes jurisdições internacionais e fiscais, as diferenças que resultam entre o rendimento real e os pressupostos assumidos, ou futuras alterações a esses pressupostos, podem exigir ajustes futuros na despesa de impostos já registada. O grupo constitui provisões, baseadas em estimativas razoáveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições onde opera.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos por perdas fiscais não utilizadas na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual as perdas podem ser utilizadas. É exigido à administração um juízo significativo por forma a determinar o valor dos ativos fiscais diferidos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável e ao nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planeamento fiscal futuras.

4. Aplicação de novas e alteradas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF)

4.1 Novas e alteradas NIRF aplicadas sem impacto nas demonstrações financeiras

Nenhumas NIRF novas e alteradas foram adotadas nestas demonstrações financeiras.

4.2 Novas e alteradas NIRF emitidas mas não efetivas

A companhia não aplicou as seguintes novas e alteradas NIRF que foram emitidas, mas ainda não são efetivas. Os Diretores da Companhia ainda não tiveram oportunidade de considerar o potencial impacto da adoção das normas e interpretações emitidas mas ainda não efetivas e antecipar quais dessas alterações serão adotadas nas demonstrações financeiras da companhia, quando as mesmas se encontrarem em eficácia.

Norma / Interpretação	Data de Eficácia (exercícios com início em ou após)
NIRF 9 Instrumentos Financeiros – Versão finalizada, incorporando os requisitos para classificação e mensuração, imparidade, contabilidade de cobertura geral e desconsideração	Torna-se eficaz para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.
NIRF 12 Divulgação de Interesses em Outras Entidades – Alterações resultantes do Ciclo Anual de Melhorias 2014-16	Torna-se eficaz para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.
NIRF 15 Rédito de Contratos com Clientes	Torna-se eficaz para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.
NIRF 16 Locações	Torna-se eficaz para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.
Alterações à NIC 7 Demonstrações do Fluxo de Caixa	Torna-se eficaz para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.
Alterações à NIC 12 Impostos sobre o Rendimento	Torna-se eficaz para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.
Alterações à NIC 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Torna-se eficaz para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

5. Receitas e outros rendimentos

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Receitas e outros rendimentos				
Subsídio do governo	6,000,000	9,700,000	6,000,000	9,700,000
Rendimento gerado pela pesquisa <i>farm-out</i> no <i>onshore</i>	3,000,000	-	3,000,000	-
Rendimento gerado pelos serviços de embarcações no <i>offshore</i>	44,777	-	44,777	-
Receitas das comissões fixas de contratos	8,498	28,922	8,498	28,922
Outros Rendimentos	11,864	-	11,864	-
Receitas	9,065,138	9,728,922	9,065,138	9,728,922
Vendas de Combustível	176,013	-	176,013	-
Custo do combustível vendido	139,053	-	139,053	-
Lucro sobre as Vendas de Combustível	36,960	-	36,960	-

6. Outras despesas

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Outras Despesas				
Honorários de Consultoria	231,586	351,930	231,586	351,930
Despesas de Formação & Desenvolvimento de Pessoal	176,622	305,790	176,622	305,790
Renda do Escritório & Despesas Associadas	779,780	807,934	779,780	807,934
Despesas de Telefone & Internet	170,717	156,313	170,717	156,313
Despesas de Viagens	250,336	609,124	250,336	609,124
Locais	166,297	311,911	166,297	311,911
Estrangeiro	84,039	297,213	84,039	297,213
Despesas com Veículos a Motor	44,875	43,596	44,875	43,596
Outras Despesas	860,737	777,573	753,761	777,201
Total	2,514,653	3,052,260	2,407,677	3,051,888

7. Impostos sobre o rendimento

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Impostos sobre o rendimento				
Despesa com imposto sobre o rendimento:				
Taxa do Imposto sobre o rendimento corrente:				
Encargos com a Taxa do Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento diferido:				
Relativo ao surgimento e reversão de diferenças temporárias	-	-	-	-
Total de despesa fiscal reportada aos resultados	-	-	-	-
A reconciliação entre a despesa fiscal e o lucro contabilístico multiplicado pela taxa de imposto doméstico de Timor-Leste para o exercício é a seguinte:				
Lucro / (Perda) contabilística antes de impostos	384,021	2,020,014	2,521,217	2,973,563
À taxa de imposto sobre o rendimento doméstico em vigor em Timor-Leste de 10%	38,402	202,001	252,122	297,356
Ajustada por efeitos de taxa:				
Dividendos recebidos isentos de taxa	-	-	-	(135,704)
Ativo fiscal diferido devido a depreciação acelerada não reconhecido	(27,206)	(813)	(27,206)	(813)
Participação em lucro de associada isenta de taxa	(41,996)	(40,386)	-	-
Exercício corrente – Lucro / (Perda) tributável a 10%	(30,800)	160,802	224,916	160,840
Impostos diferidos				
Imposto diferido relativo a:				
Exercício corrente – lucro / (perda) tributável a 10%	(30,800)	160,802	224,916	160,840
Perda fiscal acumulada no início do exercício da perda tributável a 10%	(465,348)	(626,150)	(438,361)	(599,200)
Perda fiscal acumulada no final do exercício da perda tributável a 10%	(496,147)	(465,348)	(213,445)	(438,361)

O grupo ainda não obteve lucro e depende de financiamento do Governo e, portanto, nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido.

8. Ativos tangíveis

	Benfeitorias em imóveis arrendados	Instalações & equipamento	Móveis, utensílios e acessórios	Veículos a motor	Total
	\$	\$	\$	\$	\$
Exercício findo a 31 de dezembro de 2016					
Custo:					
Balanço no início do exercício	465,543	745,892	412,645	652,540	2,276,619
Acréscimos	26,860	713,803	7,775	87,000	835,438
Balanço no final do exercício	492,403	1,459,694	420,420	739,540	3,112,057
Depreciação:					
Balanço no início do exercício	(369,822)	(514,527)	(296,669)	(309,333)	(1,490,351)
Encargos no exercício	(106,025)	(176,223)	(69,317)	(115,553)	(467,118)
Balanço no final do exercício	(475,847)	(690,750)	(365,986)	(424,886)	(1,957,468)
Valor contabilístico no início do exercício	95,721	231,365	115,976	343,206	786,268
Valor Contabilístico no final do exercício	16,556	768,945	54,434	314,654	1,154,588
Exercício findo a 31 de dezembro de 2015					
Custo:					
Balanço no início do exercício	465,543	596,442	409,996	565,425	2,037,406
Acréscimos	-	149,450	2,649	87,115	239,213
Balanço no final do exercício	465,543	745,892	412,645	652,540	2,276,619
Depreciação:					
Balanço no início do exercício	(234,985)	(382,675)	(214,208)	(217,333)	(1,049,201)
Encargos no exercício	(134,837)	(131,852)	(82,461)	(92,000)	(441,150)
Balanço no final do exercício	(369,822)	(514,527)	(296,669)	(309,333)	(1,490,351)
Valor Contabilístico no início do exercício	230,559	213,766	195,788	348,092	988,205
Valor Contabilístico no final do exercício	95,721	231,365	115,976	343,206	786,268

9. Ativos intangíveis

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Custo:				
Balanço no início do exercício	1,156,290	805,425	1,156,290	805,425
Acréscimos	154,981	350,865	154,981	350,865
Balanço no final do exercício	1,311,271	1,156,290	1,311,271	1,156,290
Amortização:				
Balanço no início do exercício	(296,515)	(155,717)	(296,515)	(155,717)
Encargos no exercício	(251,241)	(140,798)	(251,241)	(140,798)
Balanço no final do exercício	(547,756)	(296,515)	(547,756)	(296,515)
Valor Contabilístico Líquido no início do exercício	859,774	649,708	859,774	649,708
Valor Contabilístico Líquido no final do exercício	763,513	859,774	763,513	859,774

10. Investimento em subsidiárias

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
A Companhia detém uma participação financeira de 100% numa entidade constituída em Timor-Leste, a TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda, adquirida a 10 de fevereiro de 2012 pelo custo de:			5,000	5,000
A Companhia detém uma participação financeira de 100% numa entidade dormente constituída em Timor-Leste, a TIMOR GAP Marine Oil & Gas & Logistic Services, Unipessoal, Lda, adquirida a 10 de setembro de 2014 pelo custo de:			5,000	5,000
A Companhia detém uma participação financeira de 100% numa entidade constituída em Timor-Leste, a TIMOR GAP Offshore Block, Unipessoal, Lda, adquirida a 16 de dezembro de 2015 pelo custo de:			5,000	-
A Companhia detém uma participação financeira de 100% numa entidade constituída em Timor-Leste, a TIMOR GAP Onshore Block, Unipessoal, Lda, adquirida a 16 de fevereiro de 2016 pelo custo de:			5,000	-
			20,000	10,000

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Divulgação das operações da Companhia Subsidiária				
<p>TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda</p> <p>No decurso de 2013, a companhia celebrou um Acordo de Operação Conjunta (<i>Joint Operating Agreement</i>) com a ENI JPDA 11-106 B.V. e a Inpex Offshore Timor-Leste Ltd, respeitante à Área do Contrato JPDA 11-106 da Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto, Mar de Timor.</p> <p>Nos termos do acordo a TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Limitada não é obrigada a contribuir para os custos incorridos para a conta conjunta pelo seu interesse financiado. A quota-parte da TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Limitada nos referidos custos é suportada pelas partes financiadoras (ENI e Inpex) proporcionalmente. Cada uma das partes financiadoras irá recuperar da TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda, a respetiva quota-parte nos custos, acrescidos de uplift, após a Autoridade Designada aprovar um plano de desenvolvimento e verificadas outras condições previstas no acordo. O interesse participativo da companhia no Acordo de Operação Conjunta é de 24%.</p>				
Total de despesas aprovado pela autoridade			18,753,000	13,861,000
Despesas não auditadas incorridas desde o início			(10,365,130)	(8,579,933)
Não utilizado no final do exercício			8,387,870	5,281,067
<p>TIMOR GAP Marine Oil & Gas & Logistic Services, Unipessoal, Lda</p> <p>Em 2014, a TIMOR GAP estabeleceu uma subsidiária totalmente detida pela TIMOR GAP, TIMOR GAP Marine Oil & Gas & Logistic Services, Unipessoal, Lda destinada à prestação de serviços gerais à indústria marítima e de serviços logísticos e de apoio à indústria petrolífera a operar no Mar de Timor, em Timor-Leste e em outras localizações. Está previsto que a subsidiária para além da gestão, eventualmente detenha e opere embarcações de abastecimento, rebocadores, e preste serviços marítimos gerais requeridos pela indústria petrolífera. Esta subsidiária continua dormente até ao momento.</p>				
Total de despesas aprovado pela autoridade			30,000	30,000
Despesas não auditadas incorridas desde o início			(350)	(155)
Não utilizado no final do exercício			29,650	29,845

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
TIMOR GAP Offshore Block, Unipessoal, Lda A TIMOR GAP, através da subsidiária TIMOR GAP Offshore Block, celebrou o seu segundo Contrato de Partilha de Produção para a área de contrato do bloco TL-SO-15-01, situado na Área Exclusiva de Timor-Leste. O Contrato de Partilha de Produção foi assinado a 23 de dezembro de 2015, seguido da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços com a TGSS & BGP Geoexplorer a fim de executar o levantamento sísmico 3D para a área do contrato como parte do programa de trabalho de pesquisa.				
Total de despesas aprovado pela autoridade			2,692,945	-
Despesas não auditadas incorridas desde o início			(2,373,966)	-
Não utilizado no final do exercício			318,979	-
TIMOR GAP Onshore Block, Unipessoal, Lda TIMOR GAP Onshore Block, Unipessoal, Lda é uma subsidiária detida a 100% pela TIMOR GAP com objeto de pesquisar recursos de hidrocarbonetos no bloco <i>onshore</i> da TIMOR GAP.				
Total de despesas aprovado pela autoridade			224,205	-
Despesas não auditadas incorridas desde o início			(155,337)	-
Não utilizado no final do exercício			68,868	-

11. Investimento em associadas

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
A Companhia detém uma participação financeira de 60% numa entidade constituída em Timor-Leste, a GAP-MHS Aviation Lda., sendo os restantes 40% detidos pela MHS Aviation (Timor-Leste) Lda. As atividades da GAP MHS Aviation Lda prendem-se com a prestação de serviços de apoio e logística às operações da MHS Aviation (TL) Lda, que fornece serviços de aviação e instalações a outras entidades. A participação do Grupo na GAP MHS Aviation Lda. é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas. A tabela seguinte ilustra as informações financeiras resumidas do investimento do Grupo na GAP MHS Aviation Lda:				
Ativos correntes	2,123,731	3,918,747		
Ativos não-correntes	-	177,153		
Passivos correntes	(1,082,426)	(3,754,526)		
Capital próprio	1,041,305	341,374		
Percentagem da titularidade do Grupo	60%	60%		
Valor contabilístico do investimento	624,783	204,824		
Receitas	806,928	5,060,722		
Custo de vendas	(53,759)	(1,064,859)		
Despesas administrativas	(809,180)	(3,054,140)		
Outros rendimentos	-	4,953		
Lucro antes de impostos	(56,012)	946,677		
Despesas de imposto sobre o rendimento	(43,574)	(273,576)		
Reversão da provisão em excesso de impostos nos exercícios anteriores	799,517	-		
Lucro do exercício (operações contínuas)	699,931	673,101		
Participação do Grupo no lucro do exercício	419,959	403,861		
A participação de 60% detida pela TIMOR GAP E.P. foi adquirida pela Companhia em julho de 2012 pelo custo de			3,000	3,000

A TIMOR GAP Seismic Services foi estabelecida a 26 de novembro de 2015 através de um Acordo de Parceria Conjunta (Joint Venture Agreement) entre a TIMOR GAP (60%) e a BGP Geopexplorer Pte, Ltd. (40%). Esta subsidiária foi criada com o objetivo de prestar serviços na área do levantamento de dados sísmicos no território de Timor-Leste, prevendo-se uma expansão que englobe projetos no estrangeiro.

O capital próprio inicial da TIMOR GAP Seismic Services foi decidido ser de \$ 5,000, com as contribuições para o capital/capital próprio da TIMOR GAP, E.P. e da BGP Geexplorer Pte Ltd na respetiva proporção de 60:40. Contudo, até 31 de dezembro de 2016 estas contribuições não foram transferidas pelos acionistas para a TIMOR GAP Seismic Services uma vez que nenhuma conta bancária foi aberta para o efeito.

12. Clientes e outras contas a receber

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Clientes	-	-	-	-
Pagamentos efetuados em nome de subsidiária	-	-	-	-
Outras contas a receber e pré-pagamentos	46,616	59,584	137,533	59,584
Imposto de retenção na fonte a recuperar	-	336,000	-	336,000
Depósitos reembolsáveis	179,514	195,914	179,514	195,914
Empréstimos a receber de subsidiárias:				
TIMOR GAP Offshore Block, Unipessoal, Lda	-	-	2,510,000	-
TIMOR GAP Onshore Block, Unipessoal, Lda	-	-	140,329	-
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda	-	-	368,954	268,954
Imparidade da conta empréstimo	-	-	(268,954)	(268,954)
	226,130	591,498	3,067,376	591,498

13. Inventários

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Inventário – Posto de Abastecimento de Combustível do Suai (Diesel)	27,510	-	27,510	-
Inventário – Posto de Abastecimento de Combustível do Suai (gasolina sem chumbo)	18,278	-	18,278	-
	45,788	-	45,788	-

14. Caixa e equivalentes de caixa

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Depósitos bancários – ANZ Bank	1,036,209	1,168,773	727,381	1,163,692
Depósitos bancários - Mandiri	619	819	619	819
Depósitos bancários – BNCTL	44,017	-	44,017	-
Dinheiro em caixa (<i>petty cash</i>)	10,074	5,001	8,074	5,001
Depósitos bancários e dinheiro em caixa	1,090,918	1,174,592	780,090	1,169,511

15. Capital Social

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
O capital inicial foi subscrito e pago por dotação do orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste nas seguintes parcelas:				
- 1 de dezembro de 2011	2,000,000	2,000,000	2,000,000	2,000,000
- 23 de fevereiro de 2012	500,000	500,000	500,000	500,000
	2,500,000	2,500,000	2,500,000	2,500,000

16. Fornecedores e outras contas a pagar

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Fornecedores	77,512	213,906	77,512	213,906
Outras contas a pagar	495,064	396,862	493,629	396,862
Imposto retido na fonte devido	197,116	235,419	186,896	235,419
Parceria conjunta do Lanpan 6	-	44,777	-	44,777
Montante devido a companhia subsidiária	-	-	4,000	4,000
	769,692	890,964	762,038	894,964

Termos e condições dos passivos financeiros acima mencionados:

- Os fornecedores estão isentos de juros e são normalmente pagos num prazo de 60 dias
- Outras contas a pagar estão isentas de juros e têm em média um prazo de 6 meses

17. Comissões contratuais fixas por serviços não utilizadas e adiantamentos

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Comissões contratuais fixas por serviços não utilizadas no início do período	78,000	106,921	78,000	106,921
Dinheiro recebido líquido dos 4% de imposto de retenção na fonte	-	-	-	-
Retenções na fonte tratadas como um adiantamento de pagamento de imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
Comissões contratuais fixas por serviços utilizadas com base no nível de cumprimento dos projetos	(8,498)	(28,921)	(8,498)	(28,921)
Comissões contratuais fixas por serviços não utilizadas no final do exercício	69,502	78,000	69,502	78,000
Adiantamentos no início do exercício	1,018,341	1,389,967	1,018,341	1,389,967
Dinheiro recebido para contratados líquido dos 4% de imposto de retenção na fonte	-	-	-	-
Retenções na fonte tratadas como um adiantamento de pagamento de imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
Montantes desembolsados e vencidos aos contratados	12,429	(371,626)	12,429	(371,626)
Adiantamentos no final do exercício	1,030,770	1,018,341	1,030,770	1,018,341
Comissões contratuais fixas por serviços não utilizadas e adiantamentos	1,100,272	1,096,340	1,100,272	1,096,340

18. Transações com entidades relacionadas

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
Compensação a pessoal-chave da administração:				
Salários e subsídio anual	829,558	611,458	653,772	611,458
Devidos por entidades relacionadas:				
TIMOR GAP Offshore Block, Unipessoal, Lda	-	-	2,510,000	-
TIMOR GAP Onshore Block, Unipessoal, Lda	-	-	140,329	-
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda	-	-	368,954	268,954
Imparidade da conta empréstimo	-	-	(268,954)	(268,954)
Devidos a entidades relacionadas:				
Timor Gap Marine Oil & Gas & Logistic Services, Unipessoal, Lda	-	-	4,000	4,000

19. Instrumentos Financeiros

a) Objetivos e políticas de gestão do risco financeiro

Os principais instrumentos financeiros do Grupo compreendem contas a receber, contas a pagar e dinheiro. A Companhia administra a sua exposição a riscos financeiros, de acordo com as suas políticas. Os objetivos das políticas são maximizar o rendimento para a Companhia, minimizando simultaneamente o risco de perda.

As atividades da Companhia expõem-na a riscos financeiros e comerciais normais. O principal risco decorrente dos instrumentos financeiros da Companhia é o risco cambial, o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos são considerados baixos.

A responsabilidade primária pela identificação e controlo do risco financeiro recai sobre a Gestão, que está sob a tutela do Conselho de Administração da TIMOR GAP E.P..

b) Valor justo líquido dos ativos e passivos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa: o valor contabilístico aproxima-se do valor de mercado por causa dos seus vencimentos a curto prazo.

Clientes e outras contas a receber e fornecedores e outras contas a pagar: os valores contabilísticos aproximam-se do valor de mercado devido à sua natureza de curto prazo.

c) Risco Cambial

Geralmente, a Companhia opera em moeda oficial dos Estados Unidos, tendo uma conta bancária em US dólares. A TIMOR GAP E.P. está exposta ao risco cambial em relação ao dólar australiano principalmente por causa dos valores devidos a fornecedores denominados em moedas estrangeiras.

d) Risco de Crédito

O risco de crédito surge a partir dos ativos financeiros da companhia, que inclui caixa e seus equivalentes e clientes e contas a receber. A exposição da companhia ao risco de crédito decorre do potencial incumprimento da contraparte, com uma exposição máxima igual ao valor contabilístico desses instrumentos. A exposição na data do balanço é abordada em cada nota respectiva.

A Companhia tem uma concentração significativa de risco de crédito por meio da sua caixa e depósitos junto do seu banco internacional. A Companhia não utiliza dívidas bancárias.

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir dos passivos financeiros da entidade e subsequente capacidade da Companhia para cumprir as suas obrigações de reembolso os seus passivos financeiros como e quando se vencem.

A Companhia possui um sistema de redução da sua exposição ao risco de liquidez através da monitorização de perto dos fluxos de caixa através de fluxos de caixa futuros contínuos e acompanhamento da maturidade das contas a receber e contas a pagar.

f) Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros no final do período de reporte são os seguintes:

Ativos financeiros	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
Clientes e outras contas a receber	226,130	591,498	3,067,376	591,498
Caixa e equivalentes de caixa	1,090,918	1,174,592	780,090	1,169,511
Total dos ativos financeiros	1,317,048	1,766,090	3,847,466	1,761,009
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	769,692	890,964	762,038	894,964
Comissões contratuais por serviços não utilizados e adiantamentos de projetos	1,100,272	1,096,340	1,100,272	1,096,340
Total dos passivos financeiros	1,869,964	1,987,304	1,862,309	1,991,304

g) Vencimento dos instrumentos financeiros.

A tabela *infra* detalha o vencimento esperado do Grupo para os seus ativos financeiros derivados. A tabela foi elaborada com base nos vencimentos contratuais não-descontados dos ativos financeiros. Nenhuma participação será utilizada uma vez que a companhia não tem fundos excedentários.

Ativos financeiros	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	1-3	1-3	1-3	1-3
	Meses	Meses	Meses	Meses
Clientes e outras contas a receber	226,130	591,498	3,067,376	591,498
Caixa e equivalentes de caixa	1,090,918	1,174,592	780,090	1,169,511
Total ativos financeiros	1,317,048	1,766,090	3,847,466	1,761,009

A tabela *infra* detalha os contratos de garantia financeira do Grupo para o máximo que o Grupo pode ser obrigado a estabelecer ao abrigo do acordo para o montante total da garantia se o montante for exigido pela contraparte da garantia.

Passivos financeiros	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	3-12	3-12	3-12	3-12
	Meses	Meses	Meses	Meses
Fornecedores e outras contas a pagar	769,692	890,964	762,038	894,964
Comissões contratuais por serviços não utilizados e adiantamentos de projetos	1,100,272	1,096,340	1,100,272	1,096,340
Total dos passivos financeiros	1,869,964	1,987,304	1,862,309	1,991,304

h) Mecanismos de Financiamento

O Grupo depende de financiamento do Governo para as suas operações.

20. Passivo contingente

	2016	2015
	\$	\$
No decurso de 2014, a companhia entrou num Memorando de Entendimento (MOU) com a Siglar Offshore Service Unipessoal Lda e a SDV Logistics East Timor Unipessoal Lda para a prestação de serviços de embarcações marítimas a entidades do petróleo e gás. Nos termos do MOU, as operações irão operar inicialmente como uma parceria conjunta não constituída de 3 parceiros com igual participação no lucro.		
Um projeto denominado de “Lanpan 6” foi executado no decurso do exercício e a companhia recebeu verbas descritas como a sua participação no lucro para o exercício de 31 de dezembro de 2015 totalizando	-	44,777
Subsequentemente, a SDV informou a companhia que devido a um erro de comunicação com o cliente, o projeto pode incorrer em perda por parceiro de	-	40,799
	-	85,576
O erro de comunicação está atualmente em discussão com o cliente e a TIMOR GAP ainda não determinou a extensão da perda, e se incorrer em perda qual irá aceitar. Nesta base, a 31 de dezembro de 2016:		
∞ a companhia considera o passivo contingente existente num total de	-	85,576
∞ os montantes recebidos até a data para este projeto foram tratados como um passivo	-	44,777
Montante que a companhia teria de pagar	-	40,799

Não há passivo contingente a registar em 31 de dezembro de 2016. A questão está resolvida.

21. Disposições do aluguer operacional

Disposições do aluguer

	Grupo		Companhia	
	2016	2015	2016	2015
	\$	\$	\$	\$
O aluguer operacional é relativo ao aluguer dos escritórios com os termos de aluguer entre 1 a 5 anos. O contrato de aluguer operacional contém cláusulas de revisões quinquenais aos preços de mercado. A Companhia não tem opção de compra do imóvel locado aquando o término dos períodos de aluguer.				
Pagamentos reconhecidos como despesas				
Pagamentos mínimos de renda	578,611	749,379	578,611	749,379
Rendas contingentes	-	-	-	-
Pagamentos de subaluguer recebidos	-	-	-	-
	578,611	749,379	578,611	749,379
Compromissos de aluguer operacional não canceláveis				
Até 1 ano	573,301	566,611	573,301	566,611
Após 1 ano e até 5 anos	1,029,889	-	1,029,889	-
Após 5 anos	-	-	-	-
	1,603,190	566,611	1,603,190	566,611

22. Despesas do exercício anterior

Nas demonstrações financeiras do exercício de 2016, a companhia reportou uma despesa de \$65,372, a qual está relacionada com o exercício de 2015.

23. Não cumprimento de obrigações legais

Do passivo pendente para o imposto de retenção na fonte em 31 de dezembro de 2016, um montante de \$153,207.11 relativo aos exercícios de 2012 a 2014 ainda não foi depositado pela TIMOR GAP, E. P.

24. Adiantamentos em dinheiro

Existe um balanço de adiantamentos em dinheiro no montante de \$24,601.18 nos livros de contas em 31 de dezembro de 2016. Desse montante, \$107.58 está relacionado com adiantamentos em dinheiro desembolsados durante o exercício de 2016, enquanto o remanescente balanço de adiantamentos em dinheiro de \$24,493.60 está relacionado com os exercícios de 2012, 2013 e 2014 ainda não liquidados. O balanço de adiantamentos em dinheiro pendente para os exercícios de 2012, 2013 e 2014 é de \$21,523, \$1,132.60 e \$1,838 respetivamente.

25. Anulação de imposto sobre o rendimento pago antecipadamente

O imposto de retenção na fonte de \$336,000 deduzido anteriormente pelo Governo de Timor-Leste dos fundos de projetos é considerado não recuperável e anulado no exercício.

26. Continuidade

O relatório financeiro foi elaborado numa base de continuidade, que pressupõe a realização de ativos e a satisfação de passivos durante o decurso normal de atividade. A companhia auferiu um lucro líquido de \$2,185,217 (Grupo: \$48,021) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Desde dessa data, os ativos correntes da companhia excederam os seus passivos correntes em \$2,030,945, enquanto que para o grupo, os passivos correntes da companhia excederam os seus ativos correntes em \$507,128.

A capacidade da companhia e do grupo para continuarem a sua atividade depende do recebimento de subsídios do governo para financiamento das respetivas operações.

A companhia está empenhada no desenvolvimento da indústria de petróleo e, conseqüentemente, em avaliar oportunidades de investimento identificadas e oportunidades submetidas à sua atenção. Isto gera um grau de imprevisibilidade na previsão das despesas.

Em face do exposto, existe uma incerteza material em relação à capacidade da companhia e do grupo em desenvolver a sua atividade numa base de continuidade e, nesse sentido, se a companhia irá realizar os seus ativos e satisfazer os seus passivos no decurso normal da sua atividade.

O relatório financeiro não inclui ajustamentos respeitantes à recuperabilidade e classificação dos valores dos ativos registados, ou em relação ao valor e classificação dos passivos que possam a vir ser necessárias, caso a companhia e o grupo não desenvolvam a sua atividade numa base de continuidade.



ANEXO 1

ACRÓNIMOS

ADN	Agência de Desenvolvimento Nacional
ANPM	Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais
Bpd	Barris Por Dia
CEO	Chief Executive Officer (Presidente da Direção Executiva)
CMATS	Certain Maritime Arrangements in the Timor Sea (Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor)
CNA	Comissão Nacional de Aprovisionamento
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPP	Central Processing Platform (Plataforma Fixa)
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIAE	Estudo de Impacto Ambiental Estratégico
EKI	Ekipa Konjunta Interministerial (Equipa Interministerial)
EP	Empresa Pública
E&P	Exploration & Production (Pesquisa & Produção)
FEED	Front End Engineering Design
FPSO	Floating Production, Storage and Offloading (Unidade de Produção, Armazenagem e Expedição)
GNL	Gás Natural Liquefeito
GPL	Gás de Petróleo Liquefeito
ICAO	International Civil Aviation Organization (Organização de Aviação Civil Internacional)
ISO	International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização)
ITIE	Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas
JPDA	Joint Petroleum Development Area (Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto)
MMbbls	Millions of barrels (milhões de barris)
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MOU	Memorandum of Understanding (Memorando de Entendimento)
MPRM	Ministério do Petróleo e Recursos Minerais
MSG	Multi-Stakeholder Group (Grupo de Intervenientes Múltiplos)
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
NIRF	Normas Internacionais de Relato Financeiro
Pre-FEED	Pre-Front End Engineering Design
PSC	Production Sharing Contract (Contrato de Partilha de Produção)
SAP	Sistema, Aplicação e Produto
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SERN	Secretaria de Estado dos Recursos Naturais
SSB	Suai Supply Base (Base Logística do Suai)
TLEA	Timor-Leste's Exclusive Area (Área Exclusiva de Timor-Leste)
TLNG	Timor LNG (Gás Natural Liquefeito de Timor-Leste)

TIMOR GAP

Level 3, Timor Plaza, Suit 301 - 314
Rua Presidente Nicolao Lobato, Comoro
P.O.Box No. 003
Dili, Timor-Leste

Tel : +670 3310953
Fax: +670 3310952
E-mail : info@timorgap.com

www.timorgap.com